



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – PPECO

Thales Augusto Medeiros Penha

AS REGRAS DO JOGO: mudanças estruturais na agropecuária do Rio Grande do Norte sob a ótica da Nova Economia Institucional (1990 – 2010)

Natal/RN
2011

Thales Augusto Medeiros Penha

AS REGRAS DO JOGO: mudanças estruturais na agropecuária do Rio Grande do Norte sob a ótica da Nova Economia Institucional (1990 – 2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de concentração: Economia Regional

Orientador: Dr. João Matos Filho

Natal/RN
2011

Catálogo da Publicação na Fonte.

UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Penha, Thales Augusto Medeiros.

As regras do jogo: mudanças estruturais na agropecuária do Rio Grande do norte sob a ótica da nova economia institucional (1990 – 2010) Thales Augusto Medeiros Penha. - Natal, RN, 2011.
119 f.

Orientador: Prof^o. Dr. João Matos Filho.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Economia.

1. Economia regional – Rio Grande do Norte - Dissertação. 2. Ambiente institucional - Rio Grande do Norte - Dissertação. 3. Estrutura de governança - Dissertação. 4. Desenvolvimento rural – Dissertação. 5. Agricultura familiar - Dissertação. 6. Economia institucional – Dissertação. I. Matos Filho, João. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

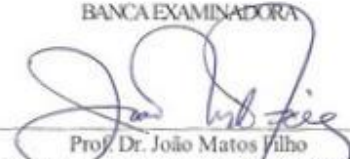
CDU 338.43(813.2)


THALES AUGUSTO MEDEIROS PENHA


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Área de Concentração: Economia Regional.

Aprovado em 13 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. João Matos Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Orientador


Prof. Dr. Edward Martins Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Examinador


Prof. Dr. Walter Belik
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Examinador

*Aos meus pais Tercio e Maria
José minha irmã Thaxia e a minha
amada Danièle por todo afeto e
compreensão nesta jornada.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi elaborado em conjunto com diversas pessoas e instituições, sem as quais não teria sido possível nem sequer começá-lo.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais Tércio Luiz Bezerra Penha e Maria José Medeiros Penha, dos quais adquiri os maiores ensinamentos da vida cercados de amor e carinho, tenho-os como grandes exemplos de conduta. Minha irmã Thazia pelo apoio em minhas jornadas.

Em especial a minha amada Daniele, pela compreensão, afeto e pela força e confiança em mim depositada, mesmo nos momentos de dificuldades.

Aos demais membros da minha família, mesmo aqueles que já não estão aqui, mas que influenciaram minha trajetória de vida e continuam sendo importantes.

Agradeço profundamente a meu orientador, Professor Dr. João Matos, pelo qual tenho imensa admiração não só como docente, mas, sobretudo pelo seu caráter. Verdadeiro mestre que se tornou fundamental na minha vida acadêmica, desde meus primeiros passos na graduação até hoje.

Ao professor Dr. Edward, por toda a atenção e dedicação em me ajudar a construir parte deste trabalho, tornando-se essencial para elaboração desta dissertação como também enriquecendo meu conhecimento sobre os métodos quantitativos, os quais pareciam mais enigmas a primeira vista.

Ao professor Dr. Fernando Bastos, o qual me deu contribuições valiosas na qualificação no projeto desta dissertação, como também na sua disciplina.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, os quais enriqueceram de forma imensurável meu arcabouço teórico.

Ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRN na figura de seu coordenador Dr. Jorge Luiz Mariano e a secretária do programa Veruska, os quais contribuíram para que eu fizesse da melhor maneira possível este curso de mestrado.

Agradeço aos demais professores do Departamento de Economia da UFRN, por todos os diálogos e sugestões sobre os diversos temas de economia.

Aos meus companheiros de estudo Fábio, Reili, José Antônio, Andrei e Johnatan, os quais fizeram enormes contribuições para esta dissertação nas diversas vezes que apresentei minha pesquisa.

Agradeço a CAPES pela confiança em mim depositada com a ajuda do recurso financeiro, com o qual me permitiu maior dedicação a esta pesquisa.

Enfim agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte do meu esforço e agora divido as honras. Obrigado!

Continue com fome, continue tolo.

Steve Jobs

RESUMO

Este trabalho busca analisar a trajetória do meio rural do Rio Grande do Norte à luz das teorias institucionalistas, com ênfase na corrente teórica da Nova Economia Institucional (NEI) baseada em dois níveis de análise: macroinstituições ou ambiente institucional e microinstituições ou estruturas de governança, assim como a sua interrelação. Desta forma, analisou-se as transformações no ambiente institucional do Rio Grande do Norte desde os anos 1990 até o final dos anos 2000, de maneira a identificar quem são e como se configuram os agentes ao longo deste processo. Partindo da hipótese de que diante do atual ambiente institucional, diversos agentes atuam no meio rural potiguar. Estes co-existem praticando diferentes estilos de agricultura e constituindo distintas estruturas de governança para dialogar com as macroinstituições. Percebendo também que os agentes que praticam o modo de produção familiar são os mais vulneráveis, estes travam uma luta constante pela sua autonomia. Este trabalho também se propõe a construir um mecanismo que possibilite estes agentes da produção familiar a ganharem maior autonomia diante do ambiente hostil que envolve a agricultura. Assim, a partir da teoria do desenho de mecanismos será constituída uma estrutura de governança, baseada na elaboração de incentivos aos agentes, levando em conta a racionalidade dos agentes em meio à assimetria de informação. Esta estrutura terá como estratégia a cooperação como meio de reduzir a vulnerabilidade dos produtores através da ação em conjunto.

Palavras-chave: Instituições. Ambiente-Institucional. Estruturas de Governança. Desenvolvimento Rural. Teoria do Desenhos de Mecanismos.

ABSTRACT

This work analyzes the path dependence of the rural areas of Rio Grande do Norte through the institutionalists theories, with emphasis in the approach of the New Institutional Economy (NIE) which is based on two analysis levels: macro institutions or institutional environment and micro institutions or governance structures, as well as the interrelationship between them. Thus, it was analyzed the transformations in the institutional environment of Rio Grande do Norte since the years 1990 until the end of the years 2000, in order to identify who are and as the agents are configured along this process. Following the hypothesis that due to the current institutional environment, several agents act in the rural areas in the Rio Grande do Norte. These agents co-exist practicing different agriculture styles and constituting different governance structures to dialogue with the macro institutions. Also realizing that the agents that practice the way of family production are the most vulnerable, these are in a constant fight for his autonomy. So this work also intends to build a mechanism to make possible these agents of the family production get it larger autonomy in front of the hostile atmosphere that it involves the agriculture. Thereby, starting from the Mechanism Design Theory a governance structure will be constituted, based on the elaboration of incentives to the agents, taking into account the agents' rationality amid asymmetry of information. This structure will have with strategy the cooperation as way of reducing the vulnerability.

Keywords: Institutions. Institutional Environment. Governance Structure. Rural Development. Mechanism Design Theory

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – Evolução do crédito rural no Brasil: financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2009.....59
- GRÁFICO 2** – Compra e Venda de Terras por Pessoas Jurídicas em Ipanguaçu63
- GRÁFICO 3** – Valor da produção das principais culturas temporárias do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI68
- GRÁFICO 4** – Valor da produção das principais culturas permanentes do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI68
- GRÁFICO 5** – Valor de produção leite Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI69
- GRÁFICO 6** – Área Plantada em Hectares das Principais Culturas Agropecuárias do Rio Grande do Norte em 199671
- GRÁFICO 7** – Valor de produção dos principais produtos do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI.....73
- GRÁFICO 8** – Valor de produção dos principais produtos do Rio Grande do Norte no período 2001-2009 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI79
- GRÁFICO 9** – Evolução do valor de produção das principais frutas produzidas no Rio Grande do Norte durante o período 2001-2009 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI80

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1** – Correntes Teóricas, Fenômenos, Autores e Eixo de Análise Acerca das distintas abordagens acerca do Desenvolvimento Rural 42
- QUADRO 2** – Áreas em hectares das principais empresas agrícolas considerada em seu total, em hectares irrigados em 1990..... 61
- QUADRO 3** – Projetos de Agricultura Irrigada para Pequenos Produtores, entre 1987 e 1990..... 62
- QUADRO 4** – Ranking do Valor de Produção das Microrregiões do Rio Grande do Norte e seus Produtos de Destaque no Ano de 2006..... 81

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Diferentes Tipos de Agricultura	41
FIGURA 2 – Níveis de Atuação das Instituições e sua Relação.....	47
FIGURA 3 – Esquema em três níveis das relações entre os ambientes macro e micro institucional	49
FIGURA 4 – Heterogeneidade dos agentes do meio rural	50
FIGURA 5 – Distribuição espacial dos principais produtos agrícolas no Rio Grande do Norte no ano de 2000, por microrregiões.....	72
FIGURA 6 – Estrutura Conceitual da Teoria dos Custos de Transação para Determinação das Formas de Governança de Oliver Williamson.....	94
FIGURA 7 – Ordenação das Formas de Governança de Oliver Williamson.....	95

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1** – Principais Frutas Exportadas pelo Rio Grande do Norte em toneladas no Período de 1995 a 200074
- TABELA 2** – Porcentagem dos Estabelecimentos que Recebem Transferências do Governo nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006..... 82
- TABELA 3** – Porcentagem dos Estabelecimentos com Família Pluriativas nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006 83
- TABELA 4** – Condição dos Produtores nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006..... 85

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISITANDO AS TEORIAS: DA “INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA” ÀS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS	25
2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	26
2.2 PROTAGONISMO DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	31
2.2.1 Agricultura familiar modernizada	32
2.2.2 As ocupações rurais não agrícolas e o surgimento de formas pluriativas na produção familiar.....	36
2.3 DOS FENÔMENOS DA AGRICULTURA PARA SEUS TIPOS	38
2.4 COMPREENDENDO OS FENÔMENOS E ANALISANDO O PROCESSO: O PRISMA DO ENFOQUE INSTITUCIONALISTA PARA O MEIO RURAL	44
2.4.1 As instituições importam	44
2.4.2 Uma abordagem institucional para a compreensão do meio rural	48
3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE	56
3.1 TRAJETÓRIA E INSTITUIÇÕES: A CONFIGURAÇÃO DOS AGENTES NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	57

4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS E OS AGENTES ECONÔMICOS NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE	89
4.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI): ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	89
4.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E O MEIO RURAL: A COOPERAÇÃO COMO UMA ESTRATÉGIA DE COORDENAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA OS AGRICULTORES DO MODO DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	95
4.3 DESENHANDO INCENTIVOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA COM BASE NA COOPERAÇÃO	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	109
REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

Apresentação do problema

A agricultura brasileira passou por profundas mudanças a partir da segunda metade do século passado, em particular no que se refere aos processos de organização da produção e do trabalho. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira uniforme e homogênea, configurando-se de formas e intensidades diferentes, de acordo com as particularidades dos agentes e regiões envolvidas no processo. Constituiu-se assim, uma diversidade de agentes, dependendo da localidade e suas características estruturais, conjunturais e culturais, assim como do produto e de suas especificidades.

Diversas teorias foram formuladas para explicar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mais especificamente, o surgimento das novas formas de organização da produção e do trabalho encontradas com mais frequência no meio rural brasileiro, em geral conhecidas pelas seguintes expressões: “complexos agroindustriais”; “industrialização e urbanização da agricultura”; “pluriatividade da agricultura familiar”; e “novo rural” ou “ocupações rurais não agrícolas”.

Na realidade, essas expressões também indicam que o esforço de interpretação privilegiou a análise de determinados fenômenos do complexo retrato da agricultura brasileira, convergindo para as teorias contemporâneas que enfocam a importância das instituições no processo de desenvolvimento. A análise das instituições permite compreender o caráter dinâmico e heterogêneo desse processo, pois se trata de uma teoria plural que compreende diversas dimensões, tornando-se um instrumental teórico analítico poderoso para a compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e suas diversas nuances.

O ponto de partida desta dissertação é que as instituições importam e são essenciais para a compreensão da heterogeneidade que permeia a realidade do meio rural brasileiro atual. A abordagem institucionalista é importante no entendimento da dinâmica dos fenômenos, pois observa de forma ampla o processo de desenvolvimento, interpretando-o por intermédio de

distintas trajetórias e de uma tipologia que inclui as macro e as micro instituições.

As macroinstituições compreendem o ambiente institucional, o qual através das regras formais e informais regula a interação entre os agentes. As microinstituições, por sua vez, formam as estruturas de governança (ou arranjos institucionais) entre os distintos agentes, isto é, as formas que os agentes adotam para se organizarem e defenderem seus interesses diante das *regras do jogo*.

As instituições dão forma ao modo de interação entre os indivíduos, diminuindo a incerteza e formando padrões de ações dos agentes. Não se trata de um processo estático; pelo contrário, é um processo dinâmico, mas de mudança lenta e gradual de modo a permitir uma estabilidade no sistema como um todo. Estas mudanças institucionais se dão através da interação entre os dois níveis, ambiente e as estruturas de governanças, tanto os agentes influenciam o ambiente, como o ambiente impõe restrições aos agentes, de modo que a trajetória e o marco institucional são constituídos de forma simbiótica (NORTH, 1993).

Deste modo, a partir das teorias institucionalistas o entendimento do desenvolvimento da agricultura ganha contornos mais complexos, conseguindo abarcar de forma ampla os múltiplos agentes no processo. A partir da análise do ambiente institucional e das estruturas de governança é possível compreender a trajetória do objeto de análise e até mesmo as distintas trajetórias diante de um ambiente institucional.

As estruturas de governança resultantes da íntima relação com o ambiente institucional podem ser múltiplas e são formadas de acordo com as relações de cada agente particular, considerando-se suas características e especificidades dos produtos que manuseiam. Portanto, destes arranjos irão brotar distintas estratégias para agir diante do ambiente institucional (AZEVEDO, 2000).

Assim, as transformações, ocorridas no meio rural brasileiro, interpretadas a luz das teorias institucionalista são explicadas por meio da trajetória do marco institucional, o qual é constituído no embate do ambiente institucional, e suas alterações ao longo do período, com as estruturas de governanças, construídas pelos indivíduos.

Na trajetória de desenvolvimento da agricultura do Rio Grande do Norte ao longo das últimas décadas o ambiente institucional apresentou mudanças, as quais levaram a uma reconfiguração dos agentes que constituem o seu território, pois as regras mudaram e alguns “jogadores” saíram enquanto novos adentraram.

Como consequência, o desenho dos agentes no território potiguar ganha contornos ainda mais complexos, tornando a análise de seu ambiente institucional importante para compreender a trajetória do desenvolvimento do meio rural no Rio Grande do Norte, e desta forma identificar a heterogeneidade de agentes. A partir deste entendimento torna-se possível perceber suas relações diante do ambiente institucional, levando a melhor compreensão da realidade, para que se possa desta maneira, desenhar e implementar mecanismos que atinjam de forma mais precisa estes agentes e assim possibilitem o desenvolvimento.

O processo de mudança ocorrido no meio rural brasileiro, e consequentemente no Rio Grande do Norte, provocaram a existência de uma diversidade de agentes, entre os quais se incluem aqueles que adentraram na trajetória da agricultura utilizando práticas modernas e inserindo-se em mercados competitivos. Como também abrange a produção familiar, a qual permaneceu como agente importante no Estado, porém de forma bastante diversificada, compreendendo um enorme espectro de tipos de agentes que praticam diferentes estilos de agricultura.

A partir da reconfiguração pela qual passou o Rio Grande do Norte foi possível a constituição de um determinado ambiente institucional, diante do qual emergiram as seguintes questões: Como se caracterizou o ambiente institucional que contribuiu para estas mudanças? Como se configuraram os agentes do meio rural do Rio Grande do Norte mediante estas mudanças?

Hipótese

Este trabalho parte da hipótese de que na conformação do ambiente institucional, diversos agentes fazem parte da trajetória de desenvolvimento, sendo que sua coexistência se dá pelos diferentes estilos de agricultura que praticam. Desta forma configura-se um espaço heterogêneo, no qual o

conhecimento destes agentes e suas estruturas de governança tornam-se importante para a concepção de políticas com maior precisão nos seus alvos.

Objetivo geral e específicos

A dissertação terá como objetivo geral identificar os diferentes agentes que emergiram diante do novo ambiente institucional que se configurou nos últimos anos no Rio Grande do Norte. Entretanto, para atingir este objetivo será necessário seguir algumas etapas na construção deste trabalho, as quais se desdobraram nos seguintes objetivos específicos:

- Elaborar um referencial analítico baseado nas teorias institucionalistas que dê conta da heterogeneidade e complexidade dos agentes inseridos na trajetória de desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Norte.
- Analisar a trajetória de conformação do ambiente institucional no qual os agentes estão inseridos.
- Identificar os agentes e seus diferentes estilos de agricultura praticados.
- Propor através da Teoria dos Desenhos de Mecanismos uma estrutura que dinamize os agentes da produção familiar.

Aspectos metodológicos

A pesquisa científica está entendida, nesta dissertação, como um processo que tem por finalidade buscar respostas para a questão de pesquisa, anteriormente referida. Mediante a utilização do método científico, e o percurso de um conjunto de etapas, que vão da pergunta de partida à confirmação ou negação da hipótese originalmente formulada. Não se trata, no entanto, de um conjunto de etapas que apenas se sucedem, de forma linear, mas de um processo que rompe com *os preconceitos; constrói-se pela razão; e, verifica-se pelos fatos*. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992; GIL, 2000).

O ponto de partida do procedimento metodológico adotado neste trabalho é a qualificação do que é ciência, ou seja, um conjunto organizado de conhecimentos, adquirido por intermédio do método científico, da leitura, do questionamento sistemático, da experimentação e da verificação, para distingui-la da ideologia e do senso comum. (DEMO, 1994).

Não quer isto dizer que a ciência seja algo isolado e impermeável. Ao contrário, ela poderá absorver elementos do senso comum e da ideologia na sua construção, desde que eventualmente estejam de acordo com os pressupostos do método científico.

O que difere o senso comum da ciência é justamente a sua falta de questionamento sistemático, a repetição, a tradição e a superficialidade dos seus argumentos. A ideologia, por sua vez, caracteriza-se pelo seu caráter justificador, pela busca da adesão e pela defesa do problema de pesquisa. (DEMO, 1994).

Tais conceitos estão na base deste projeto, cujos procedimentos se fundamentam em três atos: a ruptura, a construção e a verificação. Ruptura, representada pela superação dos preconceitos estabelecidos pelas distintas abordagens a respeito do fenômeno enunciado neste projeto; construção, representada pelo modelo teórico que fundamenta este projeto; e, verificação, realizada mediante a coleta, análise e interpretação dos dados primários e secundários à luz do quadro teórico de referência deste trabalho. Estes três atos são interdependentes na construção do procedimento científico e são realizados ao longo de sete etapas, conforme propõem Quivy e Campenhoudt (1992).

Os tipos de pesquisa e os seus delineamentos

O tipo de pesquisa que será adotada no desenvolvimento desta dissertação, corresponde a uma pesquisa exploratória, em que serão explorados os aspectos a respeito do desenvolvimento da agricultura, olhando-se de forma ampla através das teorias institucionalistas, para assim compreender todo o processo e não ater-se apenas aos fenômenos. Para isso, foram utilizados três tipos de delineamentos – bibliográfico, documental e pesquisa de campo – com os seguintes objetivos: buscar arcabouço teórico para situar o tema e resolver o problema levantado, explorar documentos para obtenção de dados sobre o tema de pesquisa e conseguir informações e conhecimentos sobre o problema.

Tipos dados e forma de coleta

A pesquisa científica requer a obtenção de dados da realidade, pois, sem coleta de dados não há pesquisa científica (GIL, 2000). Portanto, para este trabalho foram utilizados como métodos de coleta de dados três tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo.

As informações para construção dessa dissertação foram coletadas diretamente com as pessoas, através da utilização de entrevistas, assim como visitas técnicas aos produtores e seus locais de trabalho. As entrevistas foram estruturadas com perguntas abertas para obtenção de dados precisos e em primeira mão a respeito do tema abordado pela pesquisa. Outros dados e informações foram coletados através de consultas de livros, periódicos, documentos publicados por órgãos públicos, isto é, as chamadas fontes de papel, embora hoje esta pesquisa esteja ampliada a filmes, CD-ROM e outros.

Análise e interpretação dos dados

Após a coleta de dados, o próximo passo constou da análise e interpretação das informações coletadas. A análise teve o objetivo de organizar e resumir os dados de modo que indicassem a solução do problema apresentado para investigação. Por outro lado, a interpretação buscou dar um sentido mais amplo à resposta, ligando o resultado dos dados a outros conhecimentos obtidos.

Método de análise

Após a coleta dos dados, o próximo passo foi analisar e interpretar os resultados obtidos da pesquisa. Tais procedimentos estão ligados intrinsecamente, porém não têm o mesmo significado. A análise teve como objetivo organizar e resumir os dados de modo a responder o problema de pesquisa. Já a interpretação teve como objetivo dar um sentido mais amplo à resposta, mediante a utilização de outros conhecimentos (GIL, 2000).

Análise dos dados

Para responder a pergunta de partida desta dissertação, atendendo os objetivos gerais e específicos enunciados em seções anteriores, a pesquisa seguiu as seguintes etapas: primeiro foi realizada a análise de algumas teorias que explicam o desenvolvimento do capitalismo no meio rural em diálogo com as teorias institucionalistas, feita com base bibliográfica, reunindo e analisando documentos que embasaram as relações entre ambiente e arranjo institucional que influenciaram na trajetória dos agentes e regiões.

Logo após, foram analisados os dados do Censo Agropecuário do ano de 2006 para identificar os distintos agentes que co-existem na agricultura no Rio Grande do Norte. O Censo Agropecuário de 2006 é o documento mais recente que traz informações mais precisas a respeito dos fenômenos existentes no meio rural. A partir da análise deste ano foi possível distinguir de que maneira se reestruturaram os agentes diante da mudança no ambiente institucional.

Interpretação dos dados

Após a coleta e análise dos dados foi feita a interpretação dos resultados obtidos após tais processos. (GIL, 2000). Para isto conectaram-se os dados gerados a uma teoria de modo a interpretar tais resultados e dar uma resposta ampla a pergunta de partida.

Para a interpretação dos dados coletados e analisados na pesquisa, foram utilizadas as teorias institucionalistas, de forma a tentar responder de forma mais ampla o problema de pesquisa. Tais teorias foram utilizadas com o propósito de compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura como todo, ou seja, sair das explicações parciais que focalizaram seus estudos em fenômenos que ocorriam no desenvolvimento da agricultura e passar a olhar sob o prisma das teorias institucionalistas o desenvolvimento de forma mais ampla e plural.

Além da teoria institucionalista, foi utilizada a Teoria dos Desenhos de Mecanismos para propor uma estratégia para os agentes que praticam o estilo

de produção familiar. Este mecanismo será mais bem elucidado na seção 7 dessa dissertação.

Estruturação da dissertação

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, desta introdução e das considerações finais a respeito do estudo realizado. No primeiro capítulo fez-se uma discussão acerca de algumas abordagens importantes sobre o desenvolvimento rural, articulando os fenômenos estudados por estas teorias em um diálogo com as modernas teorias institucionalistas.

A partir da articulação entre estes distintos aportes teóricos envolvidos, construiu-se um instrumental teórico capaz de compreender a heterogeneidade e complexidade do meio rural. O envolvimento destas diversas teorias teve como eixo a abordagem das instituições, pois devido à pluralidade que é peculiar das teorias que estudam a importância das instituições, possibilitou a criação de uma lente de análise e ampla.

No segundo capítulo tendo como base a Nova Economia Institucional, especialmente com base nas idéias de Williamson na relação institucional em dois níveis (macro e micro institucional) e sua interrelação na trajetória de desenvolvimento. Utilizando-se deste aparato descreveu-se a trajetória da agropecuária do Rio Grande do Norte nos últimos anos, enfatizando as mudanças no ambiente institucional e o comportamento dos agentes durante estas transformações, caracterizando por fim um retrato atual dos agentes no meio rural do Rio Grande do Norte.

No terceiro capítulo foi feita uma abordagem teórica sobre a Nova Economia Institucional e a Teoria dos Custos de Transação, compreendendo a racionalidade dos agentes e como estes se organizam em estruturas de governança para se relacionar com o ambiente institucional. Com este enfoque foi proposto um modelo de estrutura de governança baseado no cooperativismo, como forma de diminuir a vulnerabilidade dos agricultores que praticam o estilo de agricultura familiar. Esta proposição baseia-se na Teoria dos Desenhos de Mecanismos, no qual se cria uma relação de incentivos entre os agentes para que o adotem espontaneamente, baseados na sua escolha racional, para alcançar o objetivo desejado. Este modelo matemático tem como

pressupostos na criação da estrutura de governança cooperativa que existe assimetria de informação e oportunismo.

Por fim, foram apresentadas as considerações finais deste trabalho, trazendo conclusões, os caminhos percorridos na criação deste estudo, como também sugestões de futuras pesquisas. No final constam as referências utilizadas na elaboração desta dissertação.

CAPÍTULO I

2 REVISITANDO AS TEORIAS: DA “INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA” ÀS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

As principais abordagens que trataram das transformações que ocorreram na agricultura brasileira, nas últimas quatro décadas, interpretaram o desenvolvimento da agricultura a partir de distintos fenômenos, contribuindo para enriquecer seu campo analítico. Entretanto, estas teorias analisaram o desenvolvimento rural privilegiando e aprofundando-se na compreensão individual de determinados fenômenos (agentes), dos mais variados possíveis que se expressam no meio rural: agricultores dependentes das transferências governamentais, as agroindústrias (grandes empresas), agricultores familiares modernos (*farmers*), agricultores pluriativos.

No entanto, o caminho seguido pelas modernas teorias institucionalistas permitiu alargar as suas perspectivas teóricas mediante a análise do papel das instituições naquelas mudanças, isto é, do Estado e suas políticas públicas, dos grupos de interesses e dos arranjos institucionais predominantes na agricultura modernizada – patronal e familiar – assim como na agricultura de auto-consumo, a qual permanece e se reproduz com o apoio das políticas públicas, em particular do financiamento rural e das transferências diretas.

Na realidade a agricultura brasileira passou por profundas mudanças a partir da segunda metade do século passado, o que deu origem a novas formas de organização da produção e do trabalho, ao lado da permanência de uma agricultura baseada na produção para o auto-consumo com a comercialização de pequenos excedentes nos mercados locais diretamente ou indiretamente.

As teorias que procuraram explicar essas mudanças fundamentaram-se em uma sequência de abordagens conhecidas pelas expressões: “industrialização e urbanização da agricultura”, “complexos agroindustriais”, “pluriatividade”, “novo rural” ou ocupações rurais não agrícolas”.

O objetivo deste capítulo é realizar uma discussão acerca de algumas abordagens importantes sobre o desenvolvimento rural, articulando os fenômenos estudados profundamente por estas teorias em um diálogo com as modernas teorias institucionalistas. A partir desta simbiose entre estes distintos aportes teóricos envolvidos, construir um instrumental teórico capaz de explicar

a heterogeneidade do meio rural e suas novas formas de organização da produção e de trabalho na agricultura brasileira e no Rio Grande do Norte. Dentre estas se destacam: empresas agroindustriais integradas, empresas corporativas, unidades familiares de produção pluriativas, e voltada para o auto-consumo dependente de políticas de transferência de renda, além de novas formas de ocupações rurais não-agrícolas.

O papel do Estado na conformação desta complexidade foi decisivo na constituição do ambiente institucional que possibilitou a emergência de diversas modalidades de políticas macroeconômicas e setoriais, legislações entre outras formas de atuação que modifique o clima de tomada de decisão dos agentes.

Os agentes que permeiam o meio rural são distintos, vão desde grandes empresas agroindustriais, as quais privilegiam o modelo produtivista – baseado na utilização de insumos, máquinas e equipamentos oriundos da indústria – com base no trabalho assalariado, na monocultura e na inserção comercial nos mercados externos; agentes que possuem ocupações rurais não-agrícolas, que surgem como consequência da interiorização das atividades industriais e de serviços; além de um enorme espectro de diferentes tipos de produtores que compreende produção familiar, entre os quais se inclui a unidade familiar modernizada, as formas pluriativas de organização e a agricultura que produz para o auto-consumo dependente da renda advinda de transferências nas suas diversas modalidades.

Nas seções a seguir serão tratadas algumas abordagens importantes acerca do desenvolvimento rural, explicitando suas análises sobre os agentes. Logo em seguida é introduzida a abordagem institucionalista, sendo utilizada como lente de análise para compreender a complexidade do meio rural, através de sua leitura plural.

2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura brasileira ao longo dos anos caminhou numa trajetória de transformação de suas estruturas, surgindo assim diversas dinâmicas, impulsionadas por fenômenos distintos, um destes é a modernização da agricultura e sua implicação no desenvolvimento rural. Esta modernização

conduz ao surgimento de grandes empresas agroindustriais que serão agentes ativos no processo do desenvolvimento como um todo, por isso torna-se importante conhecer as nuances desse fenômeno.

A análise da modernização da agricultura brasileira é contextualizada no processo histórico do desenvolvimento rural brasileiro, saindo de formas atrasadas de produção para mais modernas. Os complexos rurais, que na opinião de Graziano da Silva (1996) foram à base a partir da qual emergiram os *complexos agroindustriais*, caracterizavam-se por uma divisão social do trabalho incipiente, com sua dinâmica ditada pelas flutuações do mercado externo e a produção agrícola voltada para o mercado internacional. A produção era baseada na monocultura ocupando apenas parte dos meios de produção disponíveis, enquanto a outra parte era destinada à produção de bens de consumo e dos próprios bens de produção a serem utilizados em cada complexo. Portanto, o complexo rural concentrava diversas atividades dentro do seu próprio espaço uma vez que as relações mercantis eram pouco desenvolvidas e o mercado interno praticamente inexistia.

Diante do processo histórico do desenvolvimento capitalista as atividades que eram realizadas dentro dos próprios complexos rurais começaram a ser deslocadas para os centros urbanos em crescimento. Isto é, aconteceu um processo de aprofundamento da divisão social do trabalho, uma ampliação do mercado interno e uma nova divisão espacial das atividades industriais e de serviços nos centros urbanos constituídos ou em formação. (GRAZIANO da SILVA, 1996).

A relação produtiva harmônica que existia entre homem e natureza, na qual as especificidades da natureza ditavam o processo foi progressivamente quebrada na proporção em que a agricultura se integrava à indústria. O controle cada vez maior de tecnologias capazes de superar as especificidades inerentes ao caráter biológico da agricultura possibilitou um progressivo grau de subordinação da agricultura à produção fabril e seu capital.

A produção em bases artesanais, onde o trabalhador/produtor era um agente ativo e integral da produção, passou a especializar-se pelo processo de divisão social do trabalho. Para alguns estudiosos da modernização da agricultura a divisão do trabalho e o avanço tecnológico, originaram mudanças semelhantes àquelas ocorridas na indústria, onde a separação entre os

trabalhadores e os detentores dos meios de produção, caracterizou a relação social predominante no contexto do desenvolvimento capitalista. (GRAZIANO da SILVA, 1996).

A marcha induzida pela modernização fez com que a indústria se tornasse fundamental para a agricultura, especialmente a indústria de bens de capital e insumos básicos. A agricultura, nesta perspectiva, passaria a se constituir num ramo da indústria, fazendo com que o processo produtivo se tornasse cada vez mais intra-setorial, invertendo a dinâmica que existia anteriormente, onde a agricultura ditava o processo de desenvolvimento através de suas especificidades.

Com o progresso tecnológico a indústria passaria a impor suas demandas ao setor agrícola e a ditar os rumos das atividades agrícolas. À medida que a agricultura se integrasse à indústria perderia a sua singularidade para ser cada vez dependente dos diversos setores da economia, em particular da indústria de bens de capital e insumos, pois estes são fundamentais para aumentar a produtividade e o caráter mercantil da produção agrícola. (GRAZIANO da SILVA, 1996).

A internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura e a consolidação da agroindústria constituíram momentos históricos decisivos para a consolidação da matriz industrial que tornou possível a chamada industrialização da agricultura e a formação dos complexos agroindustriais. No entanto, o processo de modernização da agricultura não deve ser confundido com a formação dos complexos agroindustriais. A modernização é o processo histórico que vai desde a internalização do departamento produtor de bens de produção até a formação dos complexos agroindustriais que é um momento específico desse processo. Isto é, a modernização das práticas agrícolas possibilita uma maior interação entre os diversos setores da economia que dão origem aos complexos agroindustriais (GRAZIANO da SILVA, 1996).

O modo como esses complexos agroindustriais se relacionam com os setores econômicos e com o Estado configuram relações de mão-dupla, definidas por Graziano da Silva (1996) como uma espécie de “*orquestração de interesses*” que caracteriza o processo de formulação de políticas públicas nas modernas sociedades democráticas e define as trajetórias dos diversos

complexos e da agricultura como um todo¹. Esta abordagem confere ao estudo da modernização da agricultura um caráter multidisciplinar, onde a análise das dimensões econômica e política permitem perceber as relações de força entre os agentes e o papel do Estado na conformação do ambiente institucional e da trajetória das políticas públicas.

Apesar da sua força explicativa das mudanças ocorridas no meio rural, esta abordagem da modernização da agricultura imprimiu um caráter fatalista de transformação da agricultura num ramo da indústria, o que suscitou críticas de vários teóricos que reconheceram a impossibilidade da industrialização da agricultura como um todo, em virtude de certas especificidades como a dependência dos processos biológicos, a dispersão geográfica, a perecibilidade e a sazonalidade da produção agropecuária.

Dadas essas especificidades, a agricultura não poderia ser transformada em um ramo da indústria como um todo unificado. Para Goodman et al. (1990), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se dá por meio de dois processos complementares: a apropriação de elementos discretos do processo de produção rural, denominado “*apropriacionismo*”, e pela progressiva substituição dos produtos naturais por produtos oriundos da indústria, que recebeu o nome de “*substitucionismo*”.

Para os teóricos do “*apropriacionismo/substitucionismo*”, nem as abordagens neoclássicas, fundamentadas na alocação dos fatores de produção, nem as marxistas, embasadas nas relações sociais de produção, foram capazes de explicar porque a subordinação da agricultura à indústria não ocorre como um todo unificado. Na realidade, são as especificidades da agricultura, principalmente aquelas decorrentes do seu caráter biológico que impedem a subordinação da natureza ao capital, à imagem e semelhança do que ocorre com a indústria. (GOODMAN et al., 1990).

Para isto, estes teóricos buscaram inspiração no debate alemão do início do século XX sobre o desenvolvimento rural nos campos germânicos, principalmente nos estudos de Karl Kautsky, em sua obra seminal “A questão

¹ Este termo foi cunhado por José Graziano da Silva na análise do processo de formação dos Complexos Agroindustriais, trazendo para abordagem conceitos da ciência política, inspirados na análise neocorporativista, a qual busca entender as relações entre os agentes nas sociedades democráticas modernas, através das relações de poder entre os diversos agentes públicos e privados (GRAZIANO da SILVA, 1996).

agrária”. Alguns aspectos da obra de Kautsky devem ser compreendidos como uma percepção diferente do fenômeno da industrialização da agricultura. O principal deles aponta para a tendência da indústria de produtos manufaturados contribuírem para a diminuição da dependência na produção agrícola, como consequência da substituição de insumos agrícolas por não agrícolas, ou seja, substitucionismo. Apesar de sua abordagem não contemplar argumentos que indicasse o processo de apropriação, no pensamento de Kautsky já existiam algumas bases embrionárias para o entendimento do fenômeno da modernização e para a compreensão da industrialização da agricultura como uma série de apropriações parciais do trabalho rural e dos processos biológicos de produção, como também de substituições de produtos finais naturais por industrializados (GOODMAN et al, 1990).

A apropriação de partes da agricultura pela indústria no processo de produção rural conduziu à entrada e ampliação da participação dos capitais nas atividades agrícolas, resultando na absorção da reprodução natural pela ciência, impulsionada pelos capitais industriais. Assim, ocorre uma reestruturação constante do processo de produção rural na medida em que estes capitais se realizam no processo de acumulação, sendo esta reestruturação o fator que leva a industrialização. Por sua vez o *substitucionismo* é a substituição dos produtos originalmente agrícolas por não agrícolas, inseriu uma dinâmica diferente nos produtos finais agrícolas, criando novos setores na fabricação de alimento, implicando na completa substituição do produto rural, e conseqüentemente da agricultura. Estes dois processos se dão devido aos avanços científico-tecnológicos, especialmente na área das biotecnologias que são capazes de alterar produtos naturais e produzi-los sinteticamente. (GOODMAN et al., 1990).

De acordo com as abordagens referidas anteriormente as mudanças ocorridas no meio rural a partir da segunda metade do século passado configuraram um paradigma distinto, no qual a agricultura não se transformou em um ramo da indústria como um todo unificado. Ao contrário, são apenas elementos discretos do processo de trabalho rural que são apropriados pela indústria em face do caráter biológico do processo de produção rural. (GOODMAN et al., 1990)

Na realidade, o fato da agricultura trabalhar com organismos vivos que dependem de condições naturais e que impedem que a divisão do trabalho avance tal qual na indústria, leva os defensores do apropriação/substitucionismo afirmar que a agricultura jamais se industrializará. Ou seja, os obstáculos colocados pelos fatores biológicos impedem que as relações de produção se repitam na agricultura à semelhança do que ocorreu na produção fabril. Daí a contundência das palavras de Abramovay (1992), ao afirmar que a “industrialização da agricultura” é uma proposta absurda.

Deste modo, se a agricultura não se industrializa, é porque existem outros modos de organização da produção e do trabalho, com relações sociais de produção que lhe são próprias, como é o caso da agricultura familiar que foi a forma de organização e de trabalho predominante tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, inclusive na Inglaterra, historicamente considerada o país dos *landlords*. Ao contrário da agricultura empresarial, onde a forma de relação é o assalariamento, por sua vez a agricultura familiar está organizada em torno da força de trabalho familiar, tanto na direção quanto no trabalho que se organiza o processo de produção (ABRAMOVAY, 1992), como será visto a seguir.

2.2 PROTAGONISMO DA PRODUÇÃO FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta seção trata das teorias que analisam a importância da produção familiar no desenvolvimento rural. Por se tratar de um tema complexo e controverso, são várias as correntes teóricas que se debruçaram sobre o tema, gerando diversos paradigmas e perspectivas sobre o seu desenvolvimento. No entanto, todas essas interpretações brotaram de um mesmo tronco que foi a obra de Alexander Chayanov², um cientista russo que dedicou toda a sua vida

² Alexander Chayanov (1888-1930) era um russo que fez parte de um grupo chamado “Escola da Organização da Produção” no qual pretendia contribuir para a compreensão do modo de produção camponês e ajudá-los a gerir de melhor forma seus recursos. Foi grande expoente já no início do século XX com publicações a respeito do campesinato (ABRAMOVAY, 1992).

a estudar a existência e a permanência da agricultura familiar como um estilo de produção distinto.

Este autor tentou compreender a racionalidade camponesa, buscando uma abordagem alternativa ao foco dado pela revolução marginalista que desembocava numa visão fatalista para o camponês, já que a ausência da categoria lucro levaria ao seu desaparecimento decretado pela ineficiência de sua própria atividade. Também não existia espaço para a figura do camponês nas interpretações marxistas, já que este tipo de agricultor era a mesmo tempo patrão, trabalhador, arrendatário e proprietário da sua própria terra. (ABRAMOVAY, 1992).

Chayanov buscou interpretar o raciocínio do camponês para explicar sua existência em meio à adversidade. Para ele o camponês não estava preocupado com a rentabilidade de sua produção e sim com a reprodução da unidade de produção camponesa e de sua família. A lei básica da existência camponesa está no balanço entre trabalho e consumo, diferentemente de uma empresa o camponês trabalha apenas para satisfazer suas necessidades. Para Chayanov a agricultura camponesa é uma categoria que não desapareceria, pois o camponês tem uma lógica própria, portanto é capaz de se reproduzir e garantir sua existência. (ABRAMOVAY, 1992).

Tomando como referência os estudos de Chayanov e suas interpretações do *modo familiar de produção*, as correntes teóricas desenvolveram seus referenciais analíticos particulares e passaram a interpretar o fenômeno da produção familiar sob diferentes perspectivas. Estas análises apesar de nascerem do mesmo tronco ideológico e analisarem a permanência e a importância do modo familiar de produção se diferenciam quanto as suas definições e o seu desenvolvimento.

2.2.1 Agricultura familiar modernizada

Os teóricos que estudam a agricultura familiar argumentam que esta é uma forma de produção que existe e que tem sua importância no desenvolvimento rural, não estando fadada a desaparecer como previram os teóricos da modernização da agricultura no capitalismo devido a diversas especificidades, em particular a impossibilidade de reproduzir na agricultura as

formas e relações da indústria convencional (ABRAMOVAY, 1992), como já foi mencionado na seção anterior.

A agricultura é uma atividade que possui peculiaridades que de certa forma barram o processo de industrialização e impedem a transformação do campo numa indústria. O fato de trabalhar com organismos vivos extremamente dependentes de processos naturais implicam em diferentes dinâmicas nas formas de realização econômica da agricultura. Apesar das tecnologias estarem avançando, algumas propriedades biológicas dos seres vivos, como é o caso da fotossíntese, não são artificialmente reproduzidas. Existe uma enorme dificuldade na produção em escala dos produtos agrícolas, pois o tempo de produção e o de mercado são muito mais distantes e rígidos do que nos produtos artificiais, dificultando a presença de economias de escala, agravada pela alta perecibilidade dos produtos que inibe a formação de grandes estoques (ABRAMOVAY, 1992; RAMOS et al., 2007).

A completa industrialização e extinção da produção familiar como foi disseminado pelas vias modernizantes são negadas. A agricultura familiar se reafirma no processo histórico, tanto dos países mais desenvolvidos quanto dos menos desenvolvidos, a partir de suas peculiaridades no processo produtivo, em particular no que se refere à presença da força de trabalho familiar tanto na direção quanto na execução das tarefas que são próprias do processo de produção agrícola.

Entretanto, esses dois fenômenos não são dicotômicos, ou seja, uma grande empresa modernizada *versus* uma agricultura familiar estagnada com processos atrasados de produção. O modo de produção familiar atual nada tem a ver com o passado arcaico, a não ser sua origem histórica e fato de ter boa parte de sua mão-de-obra baseada na família (ABRAMOVAY, 1992).

O fenômeno do produtor familiar moderno tem uma dupla especificidade que é o seu dinamismo econômico e sua capacidade de inovação técnica, descaracterizando a figura do agricultor camponês arcaico e diferenciando-o das denominações “*small farm*”, “produção de baixa renda” e “agricultura camponesa”.

A agricultura familiar está completamente integrada ao processo de modernização, mas em seus próprios moldes, mantendo a produção familiar no processo produtivo, sendo utilizada mão-de-obra assalariada apenas de forma

complementar, além de ter trabalho e gestão completamente integrados, tendo uma íntima ligação com os recursos utilizados e o modo de produção, de maneira a garantir sua existência e reprodução de suas condições (VEIGA et al., 2007).

Este fenômeno da agricultura familiar emerge nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. A agricultura familiar foi fundamental para o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, este agricultor familiar está integrado ao mercado e domina tecnologias avançadas que podem propiciar ganhos de produtividade muito superiores ao da agricultura tradicional (ABRAMOVAY, 1992).

No entanto, a importância que a produção familiar ocupou nos países desenvolvidos se deu muito em função do papel ativo do Estado na garantia da renda agrícola para os agricultores. O governo percebeu a importância destes agricultores para pontos-chaves do desenvolvimento, como a produção de alimentos tendo em vista a segurança alimentar, a estabilidade demográfica, mantendo no campo os agricultores para evitar pressões demográficas nos centros urbanos, além de rebaixar os preços da cesta de consumo nos produtos alimentares.

Assim, o Estado nos países avançados promoveu diversas políticas para garantir a renda agrícola mínima para estes agricultores, o que foi crucial para mantê-los em condições de produzir, já que estão constantemente defrontados com uma relação desigual entre os preços dos seus produtos e seus custos de produção. Esta relação de desvantagem se dá pelo fato do agricultor estar integrado ao mercado que o submete à competitividade e que o impulsiona a aquisição de tecnologias que possibilitem o aumento de sua produtividade (ABRAMOVAY, 1992).

O agricultor enfrenta uma situação crítica, pois o aumento de sua produtividade implica numa maior safra dos produtos, os quais ao se defrontarem num mercado com características competitivas fazem com que os preços caiam devido a relação clássica oferta *versus* demanda. Esta relação ficou evidenciada na literatura como “tesoura dos preços” na qual o agricultor é vítima constante de preços decrescentes e custos crescentes. Desta maneira, o agricultor tem um aumento nos seus custos, devido ao constante emprego de

técnicas mais avançadas e a aquisição de produtos tecnológicos para aumentar sua produtividade (ABRAMOVAY, 1992).

Diante deste ambiente, os agricultores familiares que estão constantemente enfrentando a “tesoura dos preços” buscam outras estratégias para tentar garantir sua condição, uma das mais comuns é a diversificação de sua produção. Ao diversificar, o agricultor familiar tenta quebrar a fragilidade existente na produção agrícola, dadas suas especificidades, garantindo uma maior margem de manobra diante das possíveis adversidades (VEIGA et al., 2007).

No caso das empresas familiares onde o produtor familiar consegue incorporar tecnologias, diversificar a produção e adentrar em mercados competitivos, o seu papel como protagonista do processo de desenvolvimento passa a ter uma significância fundamental na produção dos produtos agrícolas (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA et. al., 2007).

Apesar de negar os pressupostos teóricos da industrialização da agricultura os estudiosos do desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar, ressaltam que a produção familiar que persiste até os dias de hoje, nada tem a ver com a agricultura camponesa, a não ser o seu caráter familiar. O produtor familiar moderno, dizem aqueles autores, está completamente integrado às tecnologias e aos mercados competitivos, do que se deduz que acabam incorporando parte do processo de modernização, como também, alguns traços da racionalidade competitiva do produtor familiar³ empregados pelas empresas.

Outras abordagens questionam a importância da agricultura familiar, uma vez que o campo passou por um processo de reestruturação do qual emergem outros fenômenos como as ocupações rurais não-agrícolas que ganharam importância no meio rural e na renda familiar e a pluriatividade. Portanto, o fenômeno da agricultura familiar deve ser olhado de maneira mais cuidadosa, não sendo recomendável generalizá-lo como uma “empresa rural” de produção familiar (GRAZIANO da SILVA; DEL GROSSI, 2000). Esses novos

³ Esta racionalidade pode ser vista em mais detalhes em ABRAMOVAY, 1992, o qual aborda a racionalidade do agricultor familiar, dividindo em três tipos, o maximizador de lucros, o minimizado de riscos e a aversão a penosidade. Estes tipos de racionalidade remontam o processo decisório dentro da empresa familiar.

fenômenos surgidos no debate do desenvolvimento rural serão abordados na próxima seção.

2.2.2 As ocupações rurais não agrícolas e o surgimento de formas pluriativas na produção familiar

Diante das análises acima realizadas, pode-se afirmar que a dinâmica rural não deve ser analisada isoladamente, isto é, distante das relações que ultrapassam os limites dos estabelecimentos rurais. O processo de desenvolvimento é bem mais complexo, principalmente ao perceber-se que a partir da reestruturação da agricultura houve o surgimento de novos fenômenos, entre os quais se inclui a crescente importância das ocupações rurais não-agrícolas, doravante chamadas de ORNA's.

As origens desse fenômeno podem ser encontradas em algumas mudanças conjunturais e estruturais que passaram a envolver a agricultura e conseqüentemente o meio rural, tais como: crescimento das cidades com o aumento e diversidade das oportunidades de ocupação; interiorização do desenvolvimento e das oportunidades de emprego não-agrícolas no meio rural; ampliação dos mercados de bens e serviços que geram novas ocupações rurais não agrícolas tanto no setor da indústria, como no setor de serviços, no turismo e na administração pública e privada, dentre outros (GRAZIANO da SILVA, 1997; SILVA; DEL GROSSI, 2000).

Na análise deste fenômeno a industrialização/modernização é o eixo dinâmico, no qual o capital comanda um processo de acumulação, que não se prende apenas ao setor agrícola, mas incorpora-se nos outros setores fazendo com que a divisão social do trabalho se dissipe em várias ocupações, sendo estas agrícolas ou não.

Assim, este rural permeado por atividades não-agrícolas se dá através do redirecionamento de empresas procurando minimizar seus custos por meio do aporte de mão de obra mais barata, menor preço dos imóveis, além de incentivos fiscais advindos de programas governamentais de incentivo a interiorização das indústrias. Além da indústria, o setor de serviços também se alarga, como também atividades que cultuam o espaço rural, como o turismo rural (GRAZIANO da SILVA; DEL GROSSI, 2000).

O surgimento das ORNA's desencadeia em outro fenômeno, a pluriatividade. Este fenômeno remonta a estudos que analisaram a situação dos *part-time farmers* que dedicavam apenas parte de sua jornada de trabalho em uma ocupação. Tais estudos evoluíram e mostraram que os trabalhadores não dedicavam apenas parte de seu tempo a uma atividade, mas sim, combinavam diversas atividades de modo a incrementar a renda dentro de sua família, o que passou a diferenciar e a caracterizar o fenômeno da pluriatividade (SCHNEIDER, 2003).

A pluriatividade caracteriza uma unidade de família rural que tem múltiplas ocupações, ou seja, tem sua renda proveniente de diversas atividades. Entretanto, esta combinação de diversas fontes de rendas está ligada às atividades realizadas pela família, portanto, fontes de rendas como aposentadorias, remessa de dinheiro e transferências governamentais não são incorporadas no conceito de pluriatividade (SCHNEIDER, 2006).

Todavia, a pluriatividade não é um fenômeno recente, as combinações de atividades que as caracterizam já aconteciam tradicionalmente. O que ocorre é que agora este fenômeno ganha novas roupagens devido à modernização, ao marcante processo de terceirização que avançou nos anos 1990 no Brasil, às mudanças no mercado de trabalho, e às políticas de estímulo às ORNA's (SCHNEIDER, 2006).

Desta forma, os fenômenos das ORNA's e da pluriatividade dão novas perspectivas de enxergar o meio rural e em particular a condição da agricultura familiar, pois alguns teóricos identificam a pluriatividade não como um fato decorrido da dinâmica da modernização, mas como parte de uma estratégia da agricultura familiar em aumentar sua autonomia perante as condições adversas enfrentadas. Tratando-se, portanto, de um fenômeno mais complexo do que uma simples decorrência do processo de modernização (SCHNEIDER, 2006).

A pluriatividade não é uma consequência direta do surgimento das ORNA's, uma vez que já existe desde muito tempo. Entretanto, pode-se afirmar que atualmente a relação existente entre os dois fenômenos é simbiótica, já que a pluriatividade incentiva e é incentivada pelo aumento das ORNA's. Além disto, a pluriatividade é recoberta de nuances: perpassa pela estratégia dos agricultores, é própria de uma conjuntura específica da localidade, e não se trata de um fenômeno temporário. Sua prática se modernizou com a

combinação de atividades de diferentes setores da economia, mas ainda mantém relações com as práticas “antigas”, como a combinação de atividade dentro do próprio setor agrícola, que de muito tempo já era algo comum e existente no meio rural (SCHNEIDER, 2006).

Esta relação de evolução das ORNA's e da pluriatividade tem implicância no desenvolvimento rural, com estes dois fenômenos atuando em conjunto e dando um contorno mais complexo da realidade, que cada vez mais combina ocupações agrícolas e não-agrícolas. A partir de então, a estratégia de desenvolvimento e a própria concepção das políticas e dos estudos têm que captar esta realidade. A estratégia que emerge desta combinação vem se tornando cada vez mais importante, uma vez que tem contribuído para a inclusão social, reduzido a pobreza e as desigualdades, além de ter diminuído a vulnerabilidade do produtor rural através da elevação da renda familiar. Além disto, tem possibilitado uma maior autonomia por meio da diversificação gerando maior estabilidade aos produtores frente às especificidades da agricultura (SCHNEIDER, 2006).

Esses fenômenos conferem maior complexidade às formas organizativas do meio rural, contrapondo-se à *standartização* da agricultura e seus agentes, tanto das abordagens que deram conta da modernização, levando os agricultores familiares a serem absolvidos pelo processo de industrialização e urbanização da agricultura, como pela vertente que enxerga a agricultura familiar e os agricultores como completamente integrados com os mercados e os pacotes tecnológicos. A expansão das ORNA's e o surgimento da pluriatividade dão uma nova roupagem a agricultura familiar e abrem um leque de perspectivas de análise, além de ampliar o espectro dessa categoria que está longe de ser homogênea.

Entretanto, os enfoques até aqui debatidos privilegiaram suas análises em fenômenos existentes dentro do desenvolvimento. Nas próximas seções trataremos de algumas abordagens que tentem compreender a diversidade de agentes do meio rural e suas implicações no processo de desenvolvimento.

2.3 DOS FENÔMENOS DA AGRICULTURA PARA SEUS TIPOS

A análise do meio rural clama por enfoques que fujam da padronização e homogeneização dos agentes presentes no processo, pois ao restringir a análise a um tipo de agente leva a uma compreensão particular de um determinado fenômeno e não ao processo em geral. As teorias até aqui apresentadas foram importantes para identificar processos particulares que ocorriam no meio rural, mas ainda necessita-se de um enfoque que compreenda a heterogeneidade presente no campo.

Partindo do pressuposto de heterogeneidade, admite-se que além do desafio de compreender os diferentes agentes é necessário interpretar seus diferentes tipos de relações no meio rural, portanto, é necessário um enfoque pluralista. Diante disto, surge uma abordagem que busca interpretar estes diferentes fenômenos existentes no meio rural pressupondo que os distintos agentes praticam diferentes estilos de agricultura, relacionando-se de formas diferentes. No desenvolvimento da agricultura é possível identificar três estilos de agricultura marcantes, que são a agricultura capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura familiar (PLOEG, 2008).

Na agricultura familiar, tanto a direção quanto a execução das atividades desenvolvidas no interior da unidade de produção estão fundamentadas no trabalho da família. Neste contexto, as principais estratégias de reprodução da agricultura familiar são a diversificação e a luta por autonomia, as quais aumentam as possibilidades de inserção e permanência nos mercados internos e externos (PLOEG, 2008).

O agricultor familiar trava uma luta permanente entre a autonomia e a dependência, à semelhança do famoso dilema de Coase, no seu clássico “A Natureza da Firma”: *to make or to buy*, quer dizer, “fazer internamente” e aprender com as rotinas⁴, ou comprar de fora, deixando o agente cada vez mais dependente do mercado, já que não cria competências para construir uma base endógena (PLOEG, 2008).

Entretanto, essa autonomia requer a criação de uma base de recursos que possa assegurar o auto-controle e o auto-gerenciamento da autonomia.

⁴ Conjunto de soluções internalizadas na solução de determinados tipos de problemas.

Esta base de recursos autônoma é constituída através de uma trajetória (“*path dependence*”) que possibilita a criação de ferramentas e insumos que são auto-controlados pelo conhecimento tácito dos agentes, e em particular, do agricultor (PLOEG, 2008).

A agricultura empresarial por sua vez tem especificidades em relação à familiar, em particular no que se refere à desconexão com a natureza. O que gera a artificialização da produção, ocorrida da padronização da produção resultante da aquisição de tecnologias exógenas, as quais não são auto-controladas pelos agentes, retirando o caráter artesanal da produção, devido à dependência externa. (PLOEG, 2008).

A opção por uma tecnologia exógena não somente retira a especificidade do produto como cria maior dependência do mercado nas suas duas pontas: aquisição dos insumos, máquinas e equipamentos e encaminhamento da produção para os mercados. Na medida em que a produção for mais dependente e mais padronizada haverá maior necessidade de tecnologias específicas que estão sob o controle de empresas, implicando em perda de autonomia, em custo permanente e crescente para aquisição dos novos pacotes tecnológicos e em uma crescente guerra com os demais concorrentes. Verifica-se, portanto, uma crescente desconexão com o passado e com o futuro, através de constantes rupturas, devido a falta de conhecimento tácito na escolha de cada um dos agentes (PLOEG, 2008).

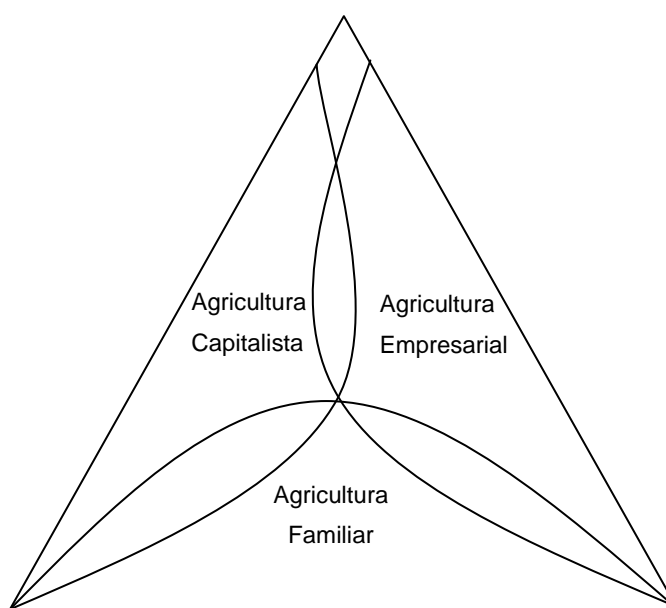
Já o estilo de agricultura capitalista caracteriza-se pela incorporação do modelo agroexportador com a participação de grandes impérios alimentares que chegam a atuar em diversas partes do globo, sem nenhuma identidade local e sem conexão com as políticas de conservação dos recursos naturais. Têm como principal objetivo a maximização dos lucros e utilizam basicamente trabalho assalariado. Na ótica dos impérios a produção e o consumo de alimentos estão cada vez mais desconectados entre si, tanto no tempo como no espaço. Seu único interesse é na reprodução capitalista do produto de forma predatória e de rápida transformação. Esse império assume esta forma através de sua dominação personificada em grupos de agronegócio, grandes varejistas, tecnologias etc. (PLOEG, 2008).

O império é continuamente constituído, através da instalação de uma arena em que se travam lutas pela hegemonia e pela busca do fortalecimento

mútuo conjecturando uma grande variedade de elementos, relações e interesses. Isto se dá de forma coercitiva com a sociedade, ou seja, os projetos devem obedecer às regras estabelecidas pelos impérios (PLOEG, 2008).

Esses três grupos possuem trajetórias dispares e características específicas, entretanto a linha que os delimitam chega a se confundir em sua fronteira, numa espécie de interseção entre as características comuns dos três grupos. Esta análise tenta integrar uma maior quantidade de fenômenos dentro de sua abordagem, traçando-se um espectro dentro das três formas de produção, nas qual não se consegue enxergar de maneira precisa os limites entre estas modalidades de produção agrícola, como pode ser observado na figura 1, abaixo (PLOEG, 2008).

Figura 1 – Diferentes Tipos de Agricultura



Fonte: Adaptado de Ploeg (2008) / Elaboração Própria

Esta análise engloba uma maior quantidade de fenômenos, traçando um espectro que compreende uma maior diversidade de agentes que atuam no meio rural. Entretanto, sua abordagem não consegue compreender o processo de desenvolvimento de forma ampla. Para Ploeg (2008) a constituição dos três distintos modos de agricultura está intimamente relacionada com três trajetórias que atuam sobre a agricultura atualmente: a industrialização, que é um fenômeno de longo alcance e multifacetado; a recampesinização, que é um fenômeno observado na Europa e que tem aumentado a quantidade de

produtores familiares; e por fim a desativação, que é um fenômeno que ocorre em áreas próximas a centros urbanos que são desativadas de suas funções produtivas com fins especulativos.

As trajetórias descritas acima permitem caracterizar a segmentação dos três estilos de agricultura (PLOEG, 2008). Tais trajetórias acabam levando a uma abordagem que define um gradiente que abarca um maior número de agentes, mas não compreende as relações travadas entre estes agentes e não aborda todo o ambiente que engloba e influencia estes agentes.

As diferentes correntes teóricas elucidadas até aqui buscaram compreender o processo reorganização rural nas últimas quatro décadas. Entretanto, percebe-se que cada uma dessas análises interpretou diferentes fenômenos, elaborando um arcabouço teórico próprio para sua explicação, como pode ser resumido no Quadro 1.

Quadro 1 - Correntes Teóricas, Fenômenos, Autores e Eixo de Análise Acerca das distintas abordagens acerca do Desenvolvimento Rural

Vertente Teórica	Fenômeno	Autores	Eixo de Análise
Leninista	CAI's	Graziano da Silva; Kageyama et al.	Constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs); integração da agricultura como um ramo da indústria através da destruição da harmonia homem-natureza e subordinação da agricultura aos capitais industriais.
Kautskyana	Apropriação e substitucionismo	Goodman; Sorj; Wilkinson	A análise centra-se no processo de industrialização da agricultura através de dois processos: o

			<i>apropriacionismo</i> e o <i>substitucionismo</i> .
Chayanoviana	<i>Farmers</i> /Agricultura familiar moderna	Abramovay; Veiga	A agricultura familiar é o principal agente no processo de desenvolvimento, sendo este agricultor completamente integrado ao mercado e a absorção das inovações tecnológicas.
Leninista	ORNA's	Graziano da Silva	Avanço das Ocupações rurais não agrícolas (ORNA's) no meio rural, as quais impulsionam o setor, ou seja, a dinâmica é dada de fora da agricultura por outros setores.
Chayanoviana	Pluriatividade	Schneider	Combinação de múltiplas atividades, encarada como uma estratégia que visa diminuir a dependência e a vulnerabilidade dos produtores rurais.
	Estilos de Agricultura	Van der Ploeg	Descreve a existência de três distintos tipos de agricultura: capitalista, empresarial e camponesa, cada uma tendo especificidades e características próprias

			de produção.
--	--	--	--------------

Fonte: Elaboração própria

Ao analisarem o processo de desenvolvimento rural as abordagens acima referidas incorporaram diversos fenômenos e distintos agentes do meio rural. Apesar disto não conseguiram constituir uma abordagem que levasse em conta as relações entre os agentes e todo o ambiente que os cercam. Uma maneira de superar esta limitação é analisar o processo como um todo, o que resulta numa tarefa complexa, pois o instrumental analítico deve ser capaz de interpretar as diferentes expressões ocorridas no processo de desenvolvimento.

Neste sentido a análise deve ter um caráter dinâmico e plural, além de compreender as interrelações existentes intra-agentes e destes com o ambiente que os cerca. Um instrumento capaz de contribuir para a compreensão deste tipo de complexidade é a análise proporcionada pelas Teorias Institucionalistas, particularmente pelo estudo das instituições, que contém uma abordagem dinâmica voltada para a compreensão dos agentes e sua relação com o ambiente institucional que os envolve. A relação entre as instituições como uma maneira alternativa de entender o desenvolvimento rural será abordada na próxima seção, a qual também trará com maiores detalhes aspectos das teorias institucionalistas.

2.4 COMPREENDENDO OS FENÔMENOS E ANALISANDO O PROCESSO: O PRISMA DO ENFOQUE INSTITUCIONALISTA PARA O MEIO RURAL

Esta seção tem a pretensão de construir um referencial analítico para o entendimento do meio rural e suas expressões, tendo as teorias institucionalistas como marco teórico para construir um conceito central de análise capaz de compreender as múltiplas faces do campo. Portanto, esta seção também esclarecerá alguns conceitos-chave e fará uma breve abordagem das referidas teorias.

2.4.1 As instituições importam

As abordagens institucionalista nos anos recentes têm ganhado destaque no meio acadêmico como uma alternativa a abordagem *mainstream*, pois rompem o paradigma estático empregado pela teoria neoclássica, a qual está baseada em conceitos newtonianos de equilíbrio e partem para um paradigma mais dinâmico de trajetória. Deste modo, a alternativa institucional nega alguns paradigmas da teoria ortodoxa, derivados da inspiração da filosofia utilitarista de Jeremy Bentham e Stuart Mill, tais como: racionalidade substantiva e perfeita informação (CONCEIÇÃO, 2002).

As teorias institucionalistas abrem um amplo leque de análise, não se prendendo a uma só corrente teórica, esta teoria tem sido alvo de estudiosos de diversas correntes da economia, sejam ortodoxos e heterodoxos. Entretanto, alguns conceitos chaves são preservados e devem ser considerados para caracterizar-se uma abordagem institucionalista, tais como: o conceito de trajetória (*path dependence*), assimetria de informações, incerteza fundamental, racionalidade limitada (CONCEIÇÃO, 2002).

As teorias institucionalistas têm sua origem no início do século XX com Veblen, mas foi apenas no final desse mesmo século que tiveram seus estudos aprofundados. Por isto existem ainda muitas indefinições e dúvidas a respeito desta teoria e de suas implicações analíticas, o que quer dizer que o estudo a respeito desta temática deve ser reforçado começando pela definição do conceito chave: instituições.

As instituições constituem um sistema durável de regras que moldam o comportamento dos agentes e de suas interações dentro de uma sociedade. Este sistema age de forma a tentar diminuir a incerteza entre os agentes e no sistema como um todo, uma vez que é impossível conhecer plenamente as possibilidades que se desdobrarão no futuro dada uma tomada de decisão de um agente individual, de um grupo de interesse ou do próprio Estado (HODGSON, 2003).

As instituições não fornecem a solução ótima para as estratégias que serão adotadas, mas apenas diminuem a incerteza, limitando o rol de escolha de cada agente, através da adoção de códigos de condutas e rotinas a serem utilizadas e qualificadas ao longo da trajetória individual de cada agente ou do

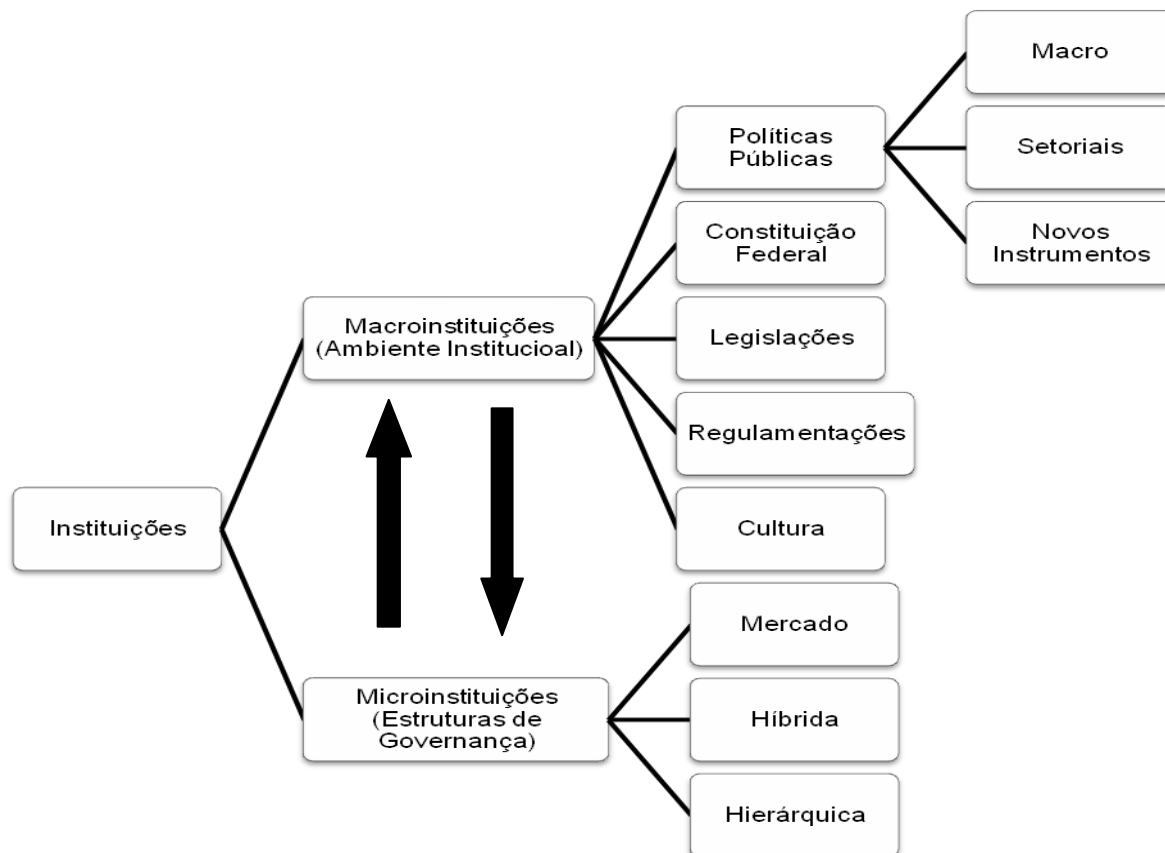
sistema. Todavia, as escolhas de cada agente individual podem ser distintas uma vez que cada agente tem seu modo de percepção do ambiente que o cerca (NORTH, 1993).

O termo instituição causa confusão na epistemologia da palavra, pois muitos interpretam instituição como organização. Portanto, é importante salientar que na leitura institucionalista a definição destes termos é bastante diferente. Como já referido no parágrafo anterior, as instituições são um conjunto de regras, já as organizações estão sob as sanções dessas regras (NORTH, 1993).

As instituições são formadas por regras formais e informais, onde as regras formais são instituídas dentro da sociedade de forma legal, por exemplo, a Constituição. Por outro lado, as regras informais fazem parte da genética da localidade, estão emaranhadas na cultura local, são evoluídas ao longo do tempo. Este caráter dual das instituições garante um sistema estável na sociedade, mas não estático. Este aparente paradoxo decorre devido a forma de relação entre as regras formais e informais, pois ambas estão em constante evolução. Entretanto, enquanto as regras formais podem ser mudadas a qualquer momento, bastando uma decisão de ordem superior, as regras informais estão mergulhadas na cultura local e, portanto têm um processo de mudança muito lento. Assim, o caráter estável das instituições é dado em função das regras enraizadas na cultura local (NORTH, 1993).

A interrelação entre agentes e instituições se dá em dois níveis distintos, através do ambiente institucional e das estruturas de governança. O ambiente institucional é formado pelas instituições de ordem macro, regras formais e informais que influem na tomada de decisão, e conseqüentemente na interação ente os agentes. Os agentes, por sua vez, tendem a se organizar para dialogar com este ambiente institucional através de estruturas de governança, como acordos bilaterais com outros agentes, ações cooperativas, estratégias estas que diferem conforme a percepção da realidade de cada agente e os seus objetivos, variando entre uma estrutura mais flexível (mercado) e uma estrutura mais hierárquica (AZEVEDO, 2000). Esta relação em dois níveis pode ser percebida na figura a seguir.

Figura 2 – Níveis de Atuação das Instituições e sua Relação



Fonte: Elaboração própria

Assim, o marco institucional evolui de acordo com esta relação de dois níveis das instituições, o ambiente institucional influencia os agentes, os quais se respondem adotando determinadas estruturas de governança que irão influenciar o ambiente institucional, ou seja, as políticas públicas, legislações, regulamentações, enfim as regras.

Portanto, as estruturas de governança emergem diante desta relação de diálogo entre o ambiente institucional e os indivíduos, os agentes buscam formas que diminuam os custos de transação nas suas relações. Esta estrutura de coordenação que intermédia as relações entre ambiente institucional e os agentes é conformada diante de alguns parâmetros, como as especificidades das relações, a frequência de relação entre os agentes e principalmente a incerteza que permeia o ambiente.

A governança pode variar de uma estrutura em que as informações acerca do ambiente são bastante conhecidas, ocasionando uma menor incerteza e com comportamentos oportunistas mais raros estabelecendo-se

desta forma uma estrutura menos regulamentada. Como também pode ocorrer de ter-se um alto grau de incerteza e especificidades na relação dos agentes, a qual demanda uma forma de governança bastante regulamentada, com estruturas hierárquicas. Uma mudança no ambiente institucional altera estes parâmetros, aumentando ou diminuindo os graus de relação específica entre os agentes e a incerteza em vigor, configurando uma nova governança a qual impõe uma reconfiguração da organização econômica (BELIK et al., 2007).

As diferentes instituições existentes definem as distintas trajetórias individuais, havendo um constante processo de evolução das instituições e dos agentes sob sua égide. No entanto, este caráter evolucionário característico das instituições e dos agentes não significa uma constante melhoria nas instituições e agentes. Pode ser que na trajetória escolhida por determinada sociedade as relações que se estabeleceram acabem por selecionar más instituições, e, conseqüentemente, os agentes adaptados a tais, o que leva a um resultado distante do ótimo. Isto gera uma espécie de *lock in*, ou seja, a sociedade fica presa num círculo vicioso, pois as escolhas passadas determinam o ambiente das escolhas futuras. Portanto, a adoção de uma má instituição levará a um processo evolucionário e cumulativo de más escolhas, sendo o preço de voltar ou de mudar a trajetória muito dispendioso e tortuoso (PESSALI; FERNANDEZ, 2006).

Desta forma, as instituições influenciam o processo de desenvolvimento, pois acabam relacionando-se diretamente com todos os agentes e criando um caráter seletivo sob eles. Assim, a análise do processo de desenvolvimento pela ótica institucional é capaz de contribuir para a compreensão das múltiplas faces do desenvolvimento.

2.4.2 Uma abordagem institucional para a compreensão do meio rural

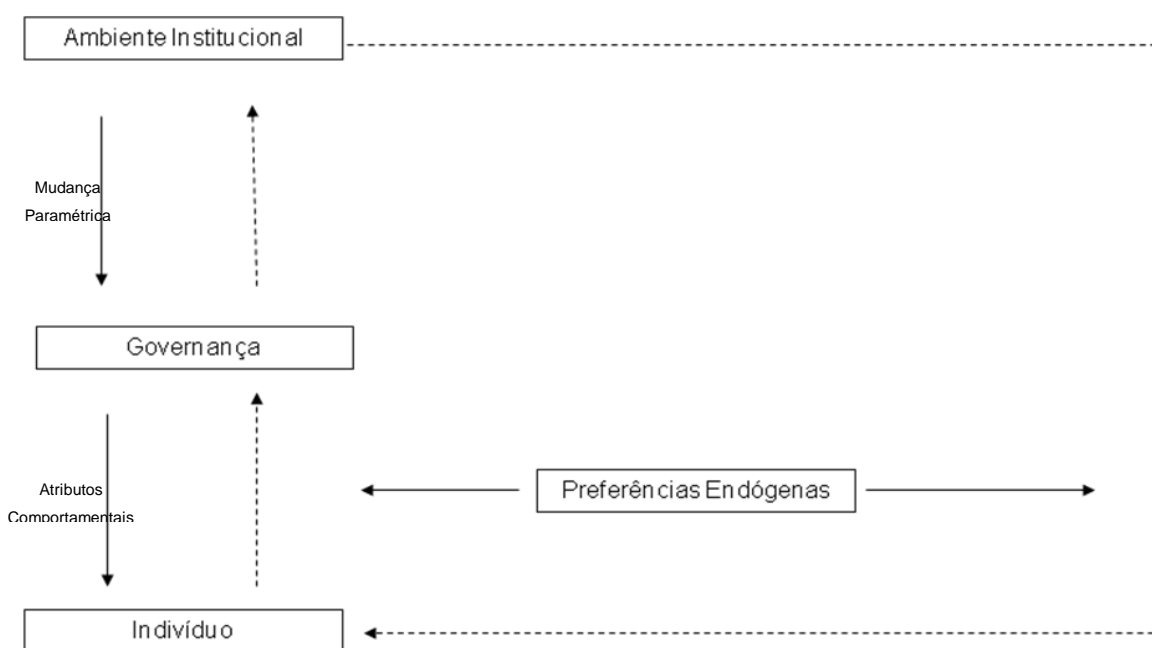
A agricultura é recortada por especificidades que a transformam num campo analítico peculiar, por ser um objeto de estudo heterogêneo que não pode ser abordado por generalizações e homogeneizações de suas características. A sua análise através de teorias que tinham suas raízes no estudo do desenvolvimento das relações vigentes no meio fabril deixou lacunas a serem preenchidas. Além do mais a agricultura devido ao processo de

industrialização ganhou contornos mais complexos e, portanto, os agentes se estabelecem de maneiras diferentes, co-existindo diversos tipos.

Por outro lado, a agricultura não pode ser analisada do ponto de vista individual ou de forma isolada, pois é da sua natureza formar vínculos com outros setores *a montante* e *a jusante*, já que alguns agentes incorporam algumas estruturas e padrões de organização semelhantes à indústria e participam de complexas relações de governança (BELIK et al., 2007). Deste modo, emerge a necessidade de uma teoria que dê conta de todas estas peculiaridades que abarcam a agricultura.

Pelas razões expostas, as teorias institucionalistas constituem um instrumental analítico dinâmico, plural e multidisciplinar que engloba as complexidades acerca do desenvolvimento rural. Ao empregarmos a análise pela lente institucionalista admite-se que as instituições nos seus níveis macro e micro influenciam as estruturas de governança do sistema e deste modo reconfigura os agentes e suas relações (Figura 3). Portanto, os agentes respondem com suas estratégias de acordo com que conforma o ambiente institucional. O ambiente institucional influenciará as escolhas de cada agente e por sua vez suas trajetórias, criando um ambiente seletivo em que serão identificados os agentes que conseguirem se adaptar ao ambiente, já que os que não conseguirem serão expurgados.

Figura 3 - Esquema em três níveis das relações entre os ambientes macro e microinstitucional

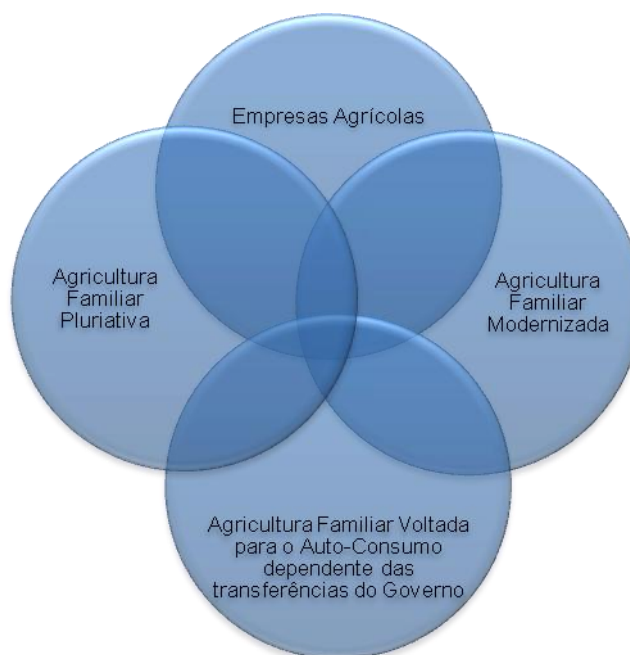


Fonte: Williamson apud. Belik et al., 2007.

Esta relação entre o ambiente e os agentes com suas estratégias caracteriza o meio rural como um espaço complexo, pois dependendo de como se dá esta combinação o meio rural pode ser mais ou menos heterogêneo. Pois, a partir da relação das macroinstituições com as estruturas de governança irão selecionar os agentes e, portanto, conformarem as respectivas trajetórias.

As diversas teorias levantadas até aqui neste trabalho debruçaram-se em estudar o desenvolvimento rural e caracterizar distintos fenômenos a partir de seus instrumentais de análise e seus conceitos centrais. Entretanto, estes fenômenos foram tratados de forma isolada. Percebe-se a partir da análise institucionalista é que estes fenômenos co-existem no mesmo espaço. O que ocorre é que sua intensidade e forma de manifestação irão depender das relações institucionais nos seus níveis micro e macro.

Figura 4 – Heterogeneidade dos agentes do meio rural



.Fonte: Elaboração Própria

A figura acima destaca a heterogeneidade do meio rural com a co-existência de quatro distintos agentes que configuram o meio rural, são as empresas agrícolas, a agricultura familiar modernizada, a agricultura pluriativa e a agricultura voltada para o auto-consumo que depende das rendas provenientes de políticas de transferência. A trajetória destes agentes é

conformada de acordo com as relações entre o ambiente institucional e suas estratégias, pois, de acordo com o modo de coordenação estabelecida no ambiente eles traçam suas estratégias e travam uma luta para manter-se.

A idéia da (Figura 4) é demonstrar que dentro de um determinado espaço, diferentes tipos de agentes podem co-existir dependendo da relação entre o ambiente institucional e estruturas de governança, além disso, existe um processo de interrelação dentre os distintos tipos de agentes. Mesmo os agentes de produção voltada para o auto-consumo se relacionam com os demais, seja de forma direta como, por exemplo, estabelecendo uma relação de parceria (meeiro, parceiro, etc.) com outro tipo de agente. Como também se pode estabelecer uma relação indireta influenciadas por determinadas ações e comportamentos de outros agentes, como por exemplo, a influência das empresas na maneira que é feita a adubação, a semente utilizada, a espécie de animal adotada.

Assim, os agentes das formas de organização familiar (modernos, pluriativos e voltados para ao auto-consumo) ficam sob a dependência técnica e econômica, da indústria, na qual se tornam parte da exploração, por cujas conveniências se orientam, tornando-se um operário parcial da fábrica, ou seja, reduz-se a condição de trabalhador a domicílio (KAUTSKY, 1980).

Cada agente possui uma trajetória particular, dada suas especificidades: as empresas agrícolas originam-se do fenômeno da industrialização da agricultura que contou com a entrada dos capitais que passaram a se reproduzir dentro da produção agrícola. Este fenômeno é guiado por empresas baseadas no sistema agroexportador, que têm como único e exclusivo objetivo a maximização dos lucros. Entretanto, dentre estas empresas agrícolas existe um verdadeiro gradiente de tamanhos de empresas que vão desde verdadeiros impérios alimentares que atuam em diversas partes do globo a empresas nacionais de capital mais modesto, sendo que cada empresa possui estratégias e raios de ações diferentes, dependendo de sua estrutura de capital, público entre outros fatores, no entanto, consegue-se perceber uma unidade no modo de reprodução de sua existência.

Entretanto, pelo fato da agricultura esbarrar em empecilhos que impossibilitam a sua completa industrialização, aparece um grupo de agentes que de certa forma conseguem incorporar parte dos avanços trazidos pela

onda modernizante da agricultura, embora continuem produzindo de modo familiar.

Porém, estes agricultores familiares modernos compreendem outro espectro que compreende agricultores familiares inseridos em mercados competitivos com adoção de pacotes tecnológicos, com maior ou menor grau de dependência, de acordo com a maneira com que estes produtores aderem às tecnologias e adentram nos mercados. Algumas unidades de produção agrícola ficam cada vez mais dependentes da indústria tecnológica para manter-se competitivas, mais especializadas em um determinado tipo de cultura, fatores que as deixam mais vulneráveis a choques naturais e econômicos.

Todavia, este espectro compreende também um agricultor moderno que consegue adentrar em certos mercados com uma relação de dependência menor, seja pelo fato de diversificar sua produção, aliando a isso um menor atrelamento aos pacotes tecnológicos. Este agricultor consegue internalizar de melhor maneira a tecnologia adquirida através de adoção de rotinas e reunindo competências que criam uma base de recurso auto-sustentada e auto-controlada (PLOEG, 2008).

A agricultura familiar pluriativa é um fenômeno que ganha contornos fortes pela maior expressão das ocupações rurais não-agrícolas, que dão uma configuração mais complexa e um gradiente ainda maior de agentes que fazem parte do meio rural. A pluriatividade por si só abre um espectro muito amplo de combinações de atividades agrícolas, não-agrícolas e para-agrícolas. Além do mais, os rendimentos dependem consideravelmente do ambiente e de suas regras formais e informais em que se encontram, tornando o meio rural e este espectro em particular ainda mais heterogêneo (SCHNEIDER, 2006).

Por fim, o último gradiente é incorporado pelos agricultores que produzem para o auto-consumo, os quais não estão integrados aos mercados nem têm acesso aos pacotes tecnológicos. A produção é realizada para o auto-consumo e vendem o excedente para a aquisição dos demais produtos que necessita. Este agente é quase em sua totalidade depende das transferências governamentais que auxiliam na reprodução de sua condição.

Esta categoria foi estigmatizada por diversas abordagens, sendo esta observada como resquícios de uma agricultura atrasada, na qual através do

fenômeno da modernização estaria fadada ao desaparecimento, ou seja, seria apenas um resíduo que com o avanço das novas formas de organização do campo seria completamente aniquilada. Entretanto, esta categoria apesar dos novos contornos de desenvolvimento que reorganizaram a agricultura, não desapareceu por inteiro, pode-se observar uma parte importante de agricultores, principalmente em áreas pouco dinâmicas, que ainda tem a reprodução da sua condição ligada à produção para o auto-consumo e dependente da benevolência do Estado.

Estes distintos agentes explicitados (Figura 4) fazem parte do meio rural, co-existindo de acordo como se expressas as macro e micro instituições, as quais criaram condições favoráveis para uma ou outra forma de expressão, ou poderá criar um ambiente que incite um maior equilíbrio dentre estes distintos tipos de agentes.

Diante desta abordagem institucional de análise do meio rural, os fenômenos não são observados de forma compartimentada, já que o processo é visto de uma maneira global. As instituições conseguem empreender este caráter dinâmico ao processo de desenvolvimento com seus pressupostos que possibilitam observar os comportamentos dos agentes, suas estratégias, diante do ambiente institucional gerido por regras formais e informais que moldam as interações entre os agentes, gerando diferentes tipos de governanças.

Entretanto, as relações entre as macro e micro instituições darão os contornos de como se apresentam estes agentes, principalmente o ambiente institucional que altera as regras, e assim configura uma nova ordem entre os agentes. Essa combinação de regras determina como se configurará a figura 4 acima, com preponderância de um fenômeno ou de outro e até possivelmente um equilíbrio. Portanto, a forma que se apresentarão estes fenômenos se diferenciará, mas estes são passíveis de coexistência.

Desta forma, o conceito de trajetória é fundamental para compreensão da constituição dos distintos grupos de agentes e processos, e para o entendimento do desenvolvimento da agricultura nos marcos do capitalismo. As escolhas feitas ao longo do tempo pelos agentes definem suas trajetórias, o que é crucial para a compreensão das particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico (CONCEIÇÃO, 2002).

As escolhas que determinaram as trajetórias, assim como seu processo evolutivo, são fortemente influenciadas pelas instituições vigentes, ou seja, o ambiente institucional é fundamental para as escolhas das trajetórias, pois é a partir deste ambiente que os agentes irão perceber e tomar suas decisões, o que por sua vez determinará a trajetória (CONCEIÇÃO, 2002). No próximo capítulo será feita uma análise sobre a reconfiguração Ambiente Institucional no Rio Grande do Norte e como se conformou os agentes e suas estratégias através da lente institucionalista.

CAPÍTULO II

3 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E A TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Como ressaltado no capítulo anterior, a atuação das instituições nos seus níveis macro e micro, de maneira simbiótica, acabam tendo papel central no processo de desenvolvimento e na trajetória dos agentes. Por esta razão, a análise das instituições torna-se uma questão-chave para a compreensão da trajetória e das estratégias dos agentes. A relação entre ambiente e estruturas de governança constrói a trajetória e seleciona os agentes diante do marco institucional que é construído ao longo desta (NORTH, 1993).

O ambiente institucional exerce uma relação de força muito maior sobre as estruturas de governança e sobre os agentes individuais do que no sentido contrário (dos agentes para o ambiente institucional), como foi demonstrado na (Figura 3), do capítulo anterior. No entanto, isto não quer dizer que o estudo destes deva ser negligenciado, o entendimento da constituição e da dinâmica destas formas de governança é fundamental para a compreensão do processo de forma ampla.

O ambiente institucional é formado por regras formais e informais, ou seja, todo e qualquer código escrito ou não-escrito, que influencia as interações entre os agentes (AZEVEDO, 2000). Exemplos de regras formais são a Constituição Federal, legislações, regulamentações e políticas públicas, já as regras informais são códigos de conduta e a cultura local de cada região. O ambiente e as estruturas de governança modificaram-se ao longo dos últimos anos na agricultura brasileira, o que contribuiu para a reconfiguração dos agentes.

A mudança institucional se dá de forma lenta, mas constante (NORTH, 1992). No caso do Brasil e, conseqüentemente, do Rio Grande do Norte, a trajetória do meio rural passou por um profundo processo de mudança institucional que levou ao surgimento dos diversos fenômenos no meio rural, explicitados no capítulo anterior, e à configuração de novos agentes inseridos neste processo.

Para podermos caracterizar a trajetória de desenvolvimento e a configuração dos agentes existentes no Rio Grande do Norte, é necessário ter mente os dois níveis em que atuam as instituições, isto é, o ambiente

institucional e as estruturas de governanças. Para isso, devemos nos ater à (Figura 2) do capítulo 1 e saber de que forma esses dois níveis foram afetados.

Portanto, este capítulo tem como objetivo explorar a trajetória de transformações que acometeu o meio rural vis-à-vis a análise do processo de mudança institucional que ocorreu nos anos recentes no Rio Grande do Norte, para assim identificar a configuração dos agentes mediante o ambiente institucional vigente.

3.1 TRAJETÓRIA E INSTITUIÇÕES: A CONFIGURAÇÃO DOS AGENTES NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Analisar o processo de mudança institucional que ocorreu no Rio Grande do Norte é importante para compreender o processo de reconfiguração dos agentes. Este processo de mudança se deu através de alterações nas regras formais e informais, como conseqüência de modificações nos cenários nacional e local.

O ambiente institucional que existia antes da crise dos anos 1980 proporcionou o surgimento de alguns fenômenos no meio rural brasileiro. Antes da crise da dívida, o Brasil era impulsionado pela ótica desenvolvimentista em tendo seus caminhos trilhados pelo Estado Nacional através de uma intervenção direta do setor público na economia (SOUZA, 2006), e conseqüentemente, na agricultura, onde aqueles traços foram ainda mais marcantes.

Na ótica desenvolvimentista, o Estado buscava interferir nos parâmetros orientadores dos agentes na sua relação com o mercado, e deste modo influenciar nas suas respectivas estratégias. Para isto, o Estado aplicava formas de regulação extra-mercado, como foi o caso do tabelamento de preços. Entretanto, os principais instrumentos de política utilizados pelo Estado foram os de interferência direta no mercado, como subsídios, créditos, isenções, e tarifas, além de legislações e regulamentações, visando reforçar o caráter de modernização no setor agrícola (BUAINAIN, 2007).

A postura desenvolvimentista e modernizante do Estado brasileiro vislumbrava o setor industrial como grande locomotiva do desenvolvimento nacional, desta forma, fez todo um esforço com vista a torná-lo cada vez mais

dinâmico. Contudo, o Estado brasileiro também imprimiu sua força modernizante na agricultura, a qual foi identificada como um setor de baixa produtividade do trabalho, da terra e do capital, em virtude da grande concentração da mão-de-obra na agricultura e da ausência de tecnologias modernas no processo de produção agrícola. Por esta razão, buscou-se implementar ações que possibilitassem a modernização do campo, e, como consequência, transferissem parte da mão-de-obra para os setores urbano-industriais, enxergados como eixo dinâmico capaz de impulsionar o desenvolvimento, bem ao estilo do modelo de Lewis⁵ (CONTINI et al., 2010).

As principais políticas utilizadas pelo Estado brasileiro para imprimir uma onda modernizante também na agricultura foram o crédito subsidiado, a extensão rural, a pesquisa agropecuária e a garantia de preços. O crédito subsidiado foi levado a campo por intermédio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)⁶, o qual buscava capitalizar os produtores rurais, possibilitando a estes capacidade financeira para adotarem as inovações com vistas à modernização da base técnica da agricultura. Além da necessidade de crédito para financiamento e custeio da produção, os *policy makers* da época também constataram que havia a necessidade de avançar na produção e difusão de conhecimento e tecnologia voltados para a agricultura, para isto foram instituídas as organizações de pesquisas agropecuárias (CONTINI et al., 2010).

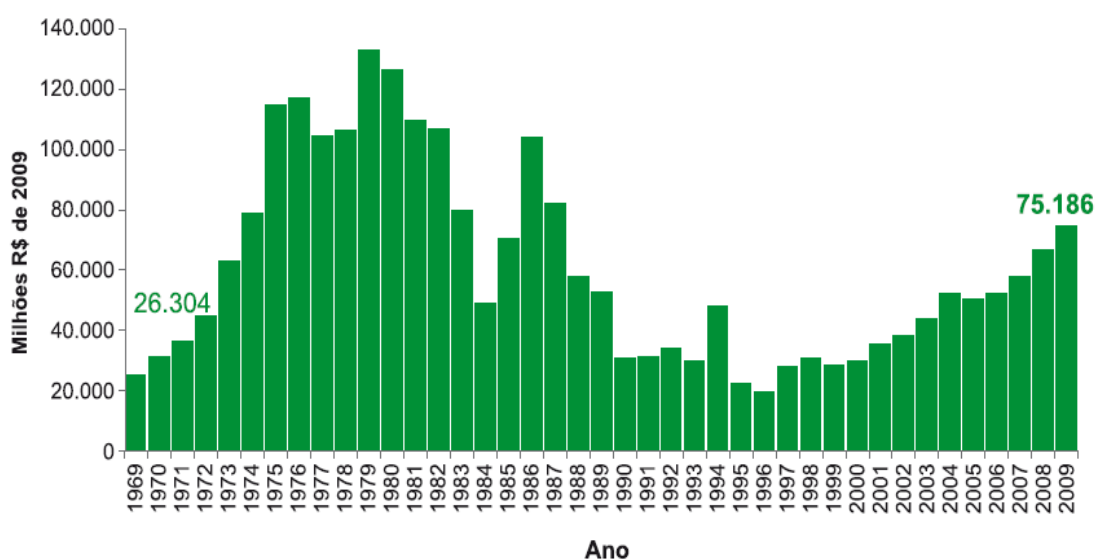
A produção de conhecimento foi conduzida principalmente por meio da EMBRAPA, em união com as universidades que produziam conhecimento nas ciências agrárias. Entretanto, produzir conhecimento era apenas uma etapa do processo, era necessário difundi-lo e para isto foram criadas as empresas de assistência técnica e extensão rural (CONTINI et al., 2010).

⁵ O economista Arthur Lewis através de estudos sobre o crescimento econômico argumentava que o crescimento econômico era limitado pelo estoque de capital de uma economia e não por sua mão-de-obra. Nos países pobres o limite do crescimento se dava por existir uma economia dual, com dois setores distintos. Um setor capitalista moderno (normalmente o setor industrial) de alta produtividade, com produtividade marginal do trabalho crescente, e outro setor estagnado voltado para a subsistência (normalmente a agropecuária) de baixa produtividade e com produtividade marginal do trabalho zero e até mesmo negativa. Deste modo o modelo apontava que existia um excedente de mão-de-obra na área não dinâmica, e que esta deveria ser levada para o setor dinâmico.

⁶ O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado em 1964 por meio da Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964. O SNCR foi fundamental para o processo de modernização agrícola que ocorreu no Brasil a partir da metade dos anos 1960.

O crédito rural teve um papel importante no processo de modernização da agricultura brasileira. Como pode ser observado no gráfico a seguir, na década de 1970 o crédito apresentou um forte crescimento. Na década de 1980 o volume de crédito ainda apresentou valores maiores do que no ano inicial do período analisado, apesar de já demonstrar indícios de instabilidade que marcaram os anos subsequentes.

Gráfico 1 - Evolução do crédito rural no Brasil: financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2009



Fonte: Contini et al., 2010

A lógica prevalecente de intervenção apoiada fortemente no crédito tinha um caráter seletivo, o que foi interpretado por uma parte da literatura neoclássica relativa à modernização da agricultura como a própria natureza da difusão tecnológica, que ocorria primeiro com os agricultores mais inovadores, seguidos dos médios e dos retardatários.

Este molde de política pública em si não seria capaz de levar todos os produtores à adoção tecnológica de maneira uniforme, como mostrou a literatura posterior sobre a chamada “modernização conservadora da agricultura”, segundo a qual este processo de modernização deu-se de forma tanto a excluir produtos e produtores, como também regiões. A região nordeste pelo fato de ser uma das mais pobres e assim conter uma parcela maior de produtores que não estavam aptos a receber o crédito rural foi menos favorecida com a política (CONTINI et al., 2010).

Apesar de menos favorecida, a Região Nordeste também respirou os ares da intervenção estatal com sua visão desenvolvimentista, que perdurou até o final dos anos 1980. Entretanto, reproduziram-se de maneira regional os instrumentos nacionais, com também o caráter seletivo de algumas regiões e produtos. Além disso, o processo de concentração do produto brasileiro na região sudeste, especialmente no estado de São Paulo, teve como consequência diversas ações na tentativa de reduzir os desequilíbrios regionais.

A Região Nordeste, que era uma das menos dinâmicas foi alvo de ações de intervenção do Estado, materializadas em incentivos fiscais, obras estruturais que visavam à dinamização, como também crédito. Entretanto, as tentativas de diminuir as assimetrias regionais tinham em sua concepção o desenvolvimento centrado no processo de industrialização. A lógica da revolução verde⁷ foi colocada em prática pelo Estado, contando com forte apoio de empresas multinacionais e agências multilaterais de financiamento, como o Banco Mundial, porém com as limitações acima referidas (ALBANO; SÁ, 2008).

Assim caracterizado, o processo de modernização passou a avançar no campo, a partir dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), os quais continham programas que visavam à expansão da agroindústria vinculada a exportação da produção. Dentre estes, destacaram-se o Programa de Redistribuição de Terras e o de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), e principalmente o Programa de Integração Nacional (PIN), o qual foi fundamental no processo de modernização da agricultura no nordeste (ALBANO; SÁ, 2008).

O PIN criou uma infra-estrutura hídrica que permitiu a atração de investimentos privados, que por sua vez possibilitaram a constituição de áreas com tecnologia avançada para a produção agrícola. O programa tinha como principais alvos os vales úmidos e os corredores de exportação, visando o aumento da produtividade dessas regiões. Os vales e os corredores de

⁷ Revolução Verde processo de intensificação de uso de novas práticas tecnológicas na produção agrícola para aumentar a produtividade agrícola, durante os anos 1960 e 1970 nos países subdesenvolvidos. Os principais produtos da Revolução Verde era o uso de sementes melhoradas geneticamente, uso intensivo de produtos industriais como agrotóxicos, além a intensa mecanização da produção.

exportação tiveram esforços dirigidos devido a conjuntura econômica vivida já em meados dos anos 1980, em que já se anunciavam problemas com o balanço de pagamentos, e as exportações tinham importância estratégica para tentar diminuir os desequilíbrios nas contas externas (ALBANO; SÁ, 2008).

O processo seletivo modernizante no Rio Grande do Norte acabou elegendo a as Microrregiões do Litoral Oriental, onde se concentra a cana-de-açúcar e parte da fruticultura irrigada e de sequeiro, e as Microrregiões Mossoró e Vale do Açu⁸ como pólos modernizantes e dinâmicos, através de diversos incentivos do Estado brasileiro, principalmente a criação de Programas Especiais, como o PROÁLCOOL, e a formação de infra-estrutura para acumulação, captação e utilização de recursos hídricos, e expansão agricultura irrigada. Uma das principais obras visando a criação de uma infra-estrutura que pudesse atrair empreendimentos modernizantes foi a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a qual possibilitou a irrigação em parte da região (SILVA, 2004).

Desta forma, os investimentos não só selecionaram a área de aporte, mas também os agentes beneficiados, pois os projetos executados na região foram concebidos para os agentes que tinham capacidade de se inserir no processo de modernização, no caso as empresas de capital privado, relegando os demais agentes, como pode ser percebido comparando os dois quadros a seguir.

Quadro 2 – Áreas em hectares das principais empresas agrícolas considerada em seu total, em hectares irrigados em 1990

Município	Empresa Agrícola	Área Irrigada	Área Total
Açu/Ipanguaçu/ Carnaubais	FRUNORTE	781	10920
Açu	AGROKNOLL Ltda	200	200
Açu	SÃO GUILHERME	74	194
Açu	TROPIK Ltda	49	49

⁸ A microrregião de Mossoró é constituída pelos seguintes municípios: Areia Branca, Baraúna, Grossos, Mossoró, Serra do Mel e Tibau. Por sua vez a microrregião do Vale do Açu é formada pelos seguintes municípios: Alto do Rodrigues, Assu, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael

Ipanguaçu	FINOBRASA	1600	2900
Ipanguaçu	TAISA	400	800
Total		3014	15063

Fonte: ALBANO; SA, 2008.

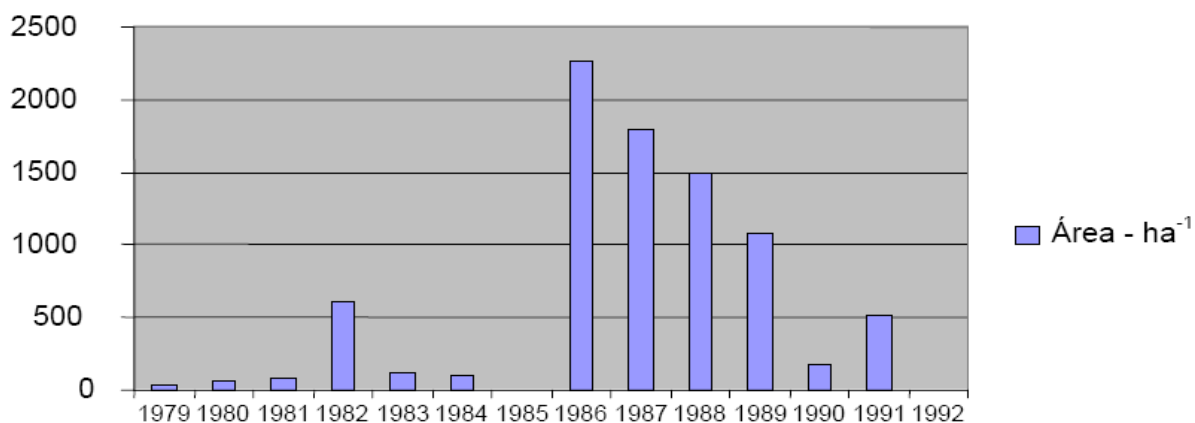
Quadro 3 – Projetos de Agricultura Irrigada para Pequenos Produtores, entre 1987 e 1990

Município	Número de Produtores	Área
Açu	120	397,11
Alto do Rodrigues	32	80,32
Carnaubais	51	214
Ipanguaçu	23	113,36
Pendências	9	55,72
Total	235	860,51

Fonte: ALBANO; SÁ, 2008

A área total ocupada pelas grandes empresas agrícolas é 17 vezes maior em relação àquela ocupada pelos pequenos produtores, retratando assim como o desenho das ações empreendidas ao longo dos anos privilegiou a área e o tipo de agente na trajetória local.

Além do mais, muitos produtores viram-se obrigados a saírem de determinados locais, devido a instalação das obras de irrigação, como também para ceder lugar para empresas, sendo uma parte vítimas de um processo de especulação imobiliária desenfreada que se deu devido a expectativa de valorização das terras após o término das obras irrigantes (NUNES, 2009). Este processo pode ser percebido no gráfico a seguir, o qual demonstra a relação de compra e venda de terras no município de Ipanguaçu, demonstrando um crescimento desta relação durante o processo de instalação das obras estruturantes para a modernização.

Gráfico 2 – Compra e Venda de Terras por Pessoas Jurídicas em Ipanguaçu

Fonte: ALBANO; SÁ, 2008

Além do apoio a infraestrutura as empresas se beneficiavam de vultosas somas de créditos, incentivos fiscais e subsídios concedidos pelas instituições do Estado, principalmente pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Fundo Constitucional de Investimento para o Nordeste (FINOR), os quais deixavam as empresas em uma posição privilegiada, já que não tinham firmado nenhum compromisso ou contrapartida. Além disto, as empresas instaladas na região adotaram relações de trabalho precárias e utilizaram por muitas vezes tecnologias agressivas ao meio ambiente local (NUNES; SCHNEIDER, 2008).

Deste modo, nos meados dos anos 1980 consolidou-se um ambiente institucional no Rio Grande do Norte guiado pela idéia da modernização, em que políticas públicas de infra-estrutura, principalmente obras hídricas, além de incentivos fiscais, e crédito auto-seletivo tornaram a região do Vale do Assu e a região de Mossoró um local propício para iniciativa privada desenvolver culturas modernas utilizando alta tecnologia. Portanto, diante deste ambiente institucional evidenciou-se a modernização agrícola de algumas regiões, as quais estavam aptas a receberem os projetos modernizantes, seja pelo fato de estar numa área favorável para instalação de projetos de irrigação como o Vale do Assu (ALBANO; SÁ, 2008), ou por ser influenciada por um ambiente já enraizado pelas relações comerciais, caso de Mossoró⁹.

⁹ Conforme entrevista realizada com o senhor José Lacerda, secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAN), além de professor do Departamento de Geografia da

Diante de tais investimentos, ao final dos anos 1980 e, principalmente, no início dos anos 1990 as Microrregiões de Mossoró e Vale do Açu constituíram-se em espaços de grande dinâmica econômica, sendo denominadas por Araújo (2000) como uma das “ilhas de prosperidade” no Nordeste em meio a um “mar” de estagnação econômica que existia. Tal dinâmica foi constituída especialmente pela especialização dessas regiões na fruticultura irrigada voltadas para exportação, tendo como principal cultura o melão. Acontecimentos posteriores vieram mostrar que essas “ilhas de prosperidade” não eram tão sustentáveis como sugeriam parte dos textos acadêmicos e dos discursos da época.

Contudo, ao adentrar na década de 1990 algumas transformações no ambiente institucional começaram a ocorrer. O desequilíbrio nas contas externas nacionais levou ao estouro da crise da dívida em meados da década de 1980, e, conseqüentemente, a mudanças de rumos na década seguinte. O que ocorre é que a partir do déficit nas contas externas brasileiras em conjunto com um movimento internacional liderado pela potências mundiais (Estados Unidos e Inglaterra, principalmente) em favor de uma nova ordem mundial, se instaurou o padrão de intervenção neoliberal.

Esta nova configuração do modelo internacional avançou principalmente nos países que enfrentaram problemas fiscais e se socorreram com ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). Este processo de mudança foi moldando um novo ambiente institucional, no qual o padrão de regulação de intervenção direta do Estado que influenciava as decisões dos agentes foi abandonado. O novo padrão que passou a vigorar nos anos 1990 foi o de regulação via mercado, no qual o Estado atuou como facilitador das operações feitas e autorreguladas pelo mercado, sem atuar diretamente e, portanto, sem incorrer no elevado volume de gastos públicos que foi próprio do desenvolvimentismo (BUAINAIN, 2007).

O novo padrão de intervenção do Estado brasileiro foi configurando um novo ambiente institucional a partir das mudanças nas suas ações. O Estado não mais atuou de forma ativa, e com isto uma série de ações e instrumentos de política pública que vinham sendo conduzidos pelo setor público nas

décadas anteriores, reduziram seus respectivos ritmos ou mesmo desapareceram, dando lugar a novos instrumentos, utilizados na perspectiva da regulação e não da intervenção. (BUANAIN, 2007).

Nos anos 1990 o Brasil passou por um processo de abertura comercial, entre 1989 e 1994 as estruturas protecionistas que existiam para subsidiar a produção nacional foram completamente extintas, através da redução tarifária sobre as exportações e pela extinção do Anexo C da CACEX¹⁰, que proibia a importação de determinados produtos. Deste modo, a política de substituição de importações – instaurada ainda na metade do século XX – foi completamente esvaziada e destituída (LOPES; LOPES, 2010).

Com a crise da dívida a economia brasileira entrou em colapso já em meados dos anos 1980, vindo a ser estabilizada somente em 1994, por intermédio do Plano Real, composto por um conjunto de ações que visavam estabilizar a moeda brasileira. Uma das principais ações daquele plano era a restrição dos gastos públicos, o que acarretou na diminuição dos subsídios agrícolas e das compras governamentais da safra brasileira. A política de preços mínimos, que foi uma das políticas mais importantes nas décadas anteriores foi fortemente contida.

Além das mudanças econômicas, as relações comerciais alteram-se nos anos 1990, uma maior abertura econômica e a criação do MERCOSUL, em 1995, levaram à derrubada das barreiras protecionistas e, assim, a aumentar a competitividade entre os produtos nacionais e estrangeiros (LOPES; LOPES, 2010).

A alteração do padrão de regulação do Estado brasileiro na década de 1990 provocou mudanças no ambiente, nas relações entre os agentes, e, conseqüentemente, nas estruturas de governança das novas cadeias produtivas que emergiram no meio rural brasileiro (BELIK et al., 2007), afetando a trajetória de desenvolvimento rural do Rio Grande do Norte (PENHA et al., 2011).

Nas décadas anteriores o Estado tinha agido de forma direta através de alguns instrumentos, os quais auto-selecionaram a área e os agentes que adentraram na modernização difundida sob a égide da Revolução Verde.

¹⁰ Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. Tinha como principal função o licenciamento das importações e exportações.

Entretanto, as mudanças ocorridas no ambiente institucional internacional e nacional acarretaram efeitos sobre o Brasil, os quais levaram o Estado a utilizar novos instrumentos de políticas, que conjuntamente com os arranjos institucionais existentes, como também novos surgidos em meio ao processo de reordenamento do marco institucional formam-se uma nova configuração dos agentes.

A abertura comercial e a redução da intervenção direta do Estado na economia e dos seus respectivos gastos deram origem a novas formas de governança nas atividades desenvolvidas, assim como na constituição dos agentes no Rio Grande do Norte. O Estado nas décadas anteriores tinha criado uma infra-estrutura física e financeira para o aporte dos investimentos privados. Entretanto, após a concretização das mudanças ocorridas no ambiente institucional, as empresas se viram face a face com a realidade dos mercados oligopsônicos, o que as forçou a buscarem novas estratégias para inserção nos mercados internacionais, e principalmente nacionais (PENHA et al.,2011).

A abertura econômica brasileira e os avanços das tecnologias de informação e comunicação fizeram com que os produtos competitivos ganhassem força e adentrassem nos mercados internacionais. Enquanto que os produtos não competitivos foram assolados pela concorrência intensa com diversos produtos transnacionais.

Com o novo ambiente institucional do início dos anos 1990 as regiões passaram a ser vistas como pontos estratégicos de produção e comercialização, e desta forma as áreas competitivas foram tomadas pelos capitais privados que então passaram a circular em busca de formas rápida de oportunidades de rentabilidade. Desta forma, enquanto algumas áreas foram dominadas pelos capitais privados em busca de oportunidades de bons negócios, as demais regiões foram relegadas, pois não interessava para a reprodução de capitais áreas não competitivas. Em resumo, a falência do Estado nacional combinada com a crise da dívida e sua nova forma de coordenação, passaram a relegar de vez as áreas e os agentes estagnados (ARAÚJO, 2000).

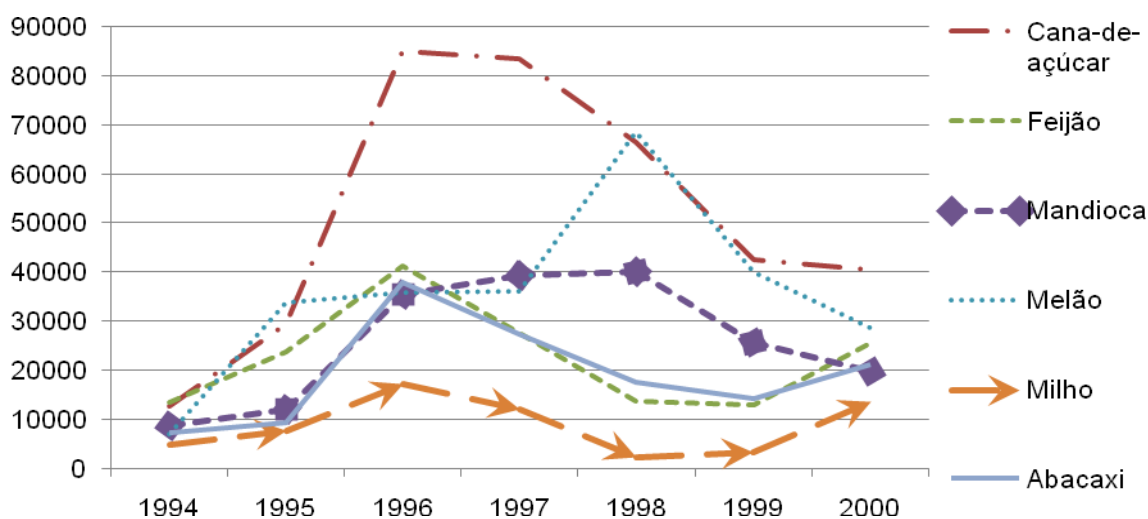
Nos anos 1990 a produção de frutas tropicais *in natura* ganhou destaque no Rio Grande do Norte, aproveitando a infra-estrutura herdada das décadas anteriores de intervenção estatal. Diante do novo padrão de intervenção do

Estado, as Microrregiões Mossoró e Assu, em particular as áreas irrigáveis da Chapada do Apodi e do Vale do Açu, tornaram-se áreas voltadas para a fruticultura irrigada de frutas tropicais destinadas a exportação. O processo de globalização e a maior abertura comercial brasileira permitiram que os europeus vislumbrassem a produção de frutas frescas, especialmente o melão, para abastecer o mercado durante o rigoroso inverno do hemisfério norte de setembro a janeiro. A possibilidade de comercialização no mercado europeu aliada ao potencial de produção na região foram condições fundamentais para o desenvolvimento das produções.

Entretanto, diante da mudança do ambiente institucional as articulações não se deram mais diretamente com o Estado e sim com o mercado. Assim, diante das mudanças ocorridas entre o final da década de 1980 e especialmente nos primeiros anos da década de 1990, houve alterações nas regras que regulavam a interação entre os agentes, as principais mudanças foram de ordem macro, ou seja, alteraram-se o ambiente institucional que por sua vez influenciou no processo de tomada de decisão dos agentes, implicando em alterações nas estruturas de governança.

Diante disto, o Rio Grande do Norte passou por uma reconfiguração, da qual emergiu a fruticultura irrigada no Vale do Açu e Mossoró. Entretanto, além destas culturas, outras apresentaram importância para o PIB potiguar nos anos 1990 após a mudança do ambiente institucional, especialmente a partir de 1994, diante da nova configuração política e econômica do Brasil, como pode ser visto nos gráficos a seguir.

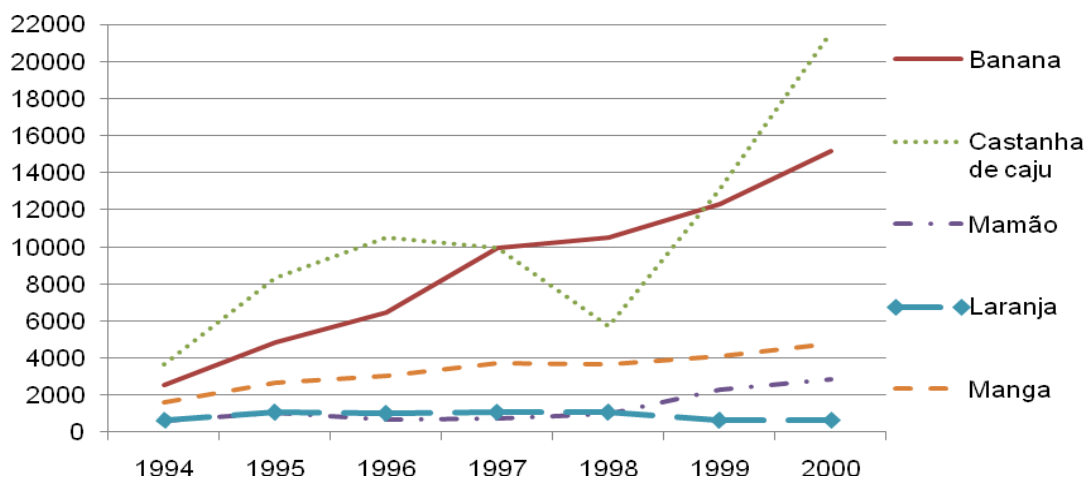
Gráfico 3 – Valor da produção das principais culturas temporárias do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) – SIDRA, 2011

Dentre as culturas temporárias a cana de açúcar e o melão foram os principais produtos em termos de valores de produção. Durante os anos 1990 estes dois produtos apresentaram tendência de crescimento. No entanto, nos últimos anos da década apresentaram declínio nos seus valores de produção. Outros produtos importantes durante o período enfatizado pelo gráfico acima são a mandioca, o feijão e o abacaxi.

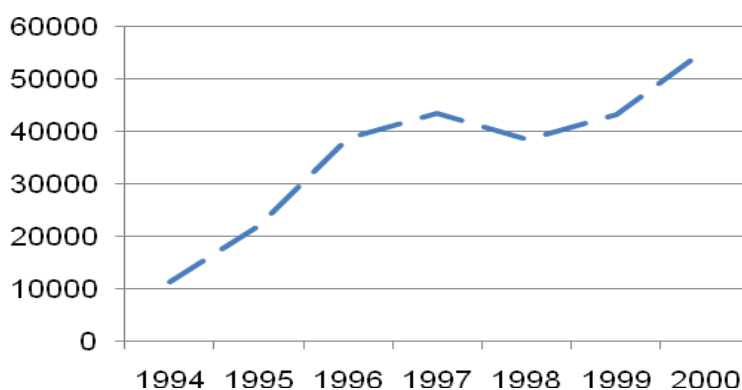
Gráfico 4 – Valor da produção das principais culturas permanentes do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM) – SIDRA, 2011

Por sua vez nas culturas permanentes os produtos que apresentam maior importância foram a castanha de caju e a banana, os quais apresentam elevado crescimento no valor da produção no período analisado pelo gráfico acima. Além destas culturas outro produto de destaque no período foi o leite, o qual durante o período de 1994 a 2000 mais que quintuplicou o valor de sua produção, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Valor de produção leite Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

Os gráficos acima demonstram a trajetória de desenvolvimento dos produtos agropecuários no Estado do Rio Grande do Norte durante meados da década de 1990. Percebe-se que a relação entre ambiente institucional e as estruturas de governança conotou o movimento de evolução dos produtos. O caso do desenvolvimento da fruticultura irrigada, principalmente com a cultura do melão, deveu-se a formação de uma interconexão íntima entre o ambiente institucional consolidado na primeira metade dos anos 1990, em que houve um processo de seleção de áreas pelo capital privado, entretanto a seleção destas áreas se deve a uma infraestrutura mínima criada pelo Estado brasileiro, e da conjuntura internacional de maior integração dos mercados.

Além disso, os arranjos formados na região para o desenvolvimento da fruticultura foram preponderantes para a consolidação daquelas regiões como áreas dinâmicas, pois a partir da constituição de determinados arranjos institucionais as interrelações com o ambiente visaram reforçar o potencial fruticultor da região, através de diversas ações e estratégias, foi o caso da

criação da associação dos produtores (COEX¹¹) que passou a dialogar com os diversos agentes envolvidos no processo econômico, Estado, compradores estrangeiros e produtores. A formatação dessa estrutura de governança foi imprescindível na trajetória de desenvolvimento da produção de frutas, assim como das regiões que se destacaram neste segmento no Rio Grande do Norte.¹²

Os outros produtos tiveram trajetórias diferentes, pois as trajetórias individuais são dadas devido à relação de cada agente individual na construção das estruturas de governança que se interrelaciona com o ambiente institucional e denotam a trajetória individual de cada um dos agentes envolvidos. No caso da evolução da cultura de cana-de-açúcar o ambiente formado no final dos anos 1980 com o programa do PROALCOOL, beneficiou e alavancou a produção dos agentes instalados no Rio Grande do Norte, fato esse que repercute na ascensão do valor da produção com observado no gráfico acima. Assim os principais produtos agropecuários do Estado do Rio Grande do Norte tiveram suas trajetórias ligadas ao ambiente institucional vigente do período e sua combinação com suas estruturas de governanças particulares, que cercava cada produto, sem deixar de lado também o espaço, ou seja, a região em que cada produto era produzido.

Em meados dos anos 1990, o estado do Rio Grande do Norte apresentava uma clara distribuição de sua produção em seu território. Como apresentado acima os principais produtos em valor de produção do estado eram a fruticultura (melão, manga, abacaxi, mamão e laranja), produtos de tradicionais (milho, feijão e mandioca), o leite, a castanha de caju e a cana de açúcar. Sendo a fruticultura e a cana de açúcar os de maiores valores de produção durante toda a década de 1990, e com um destaque muito maior em relação aos outros.

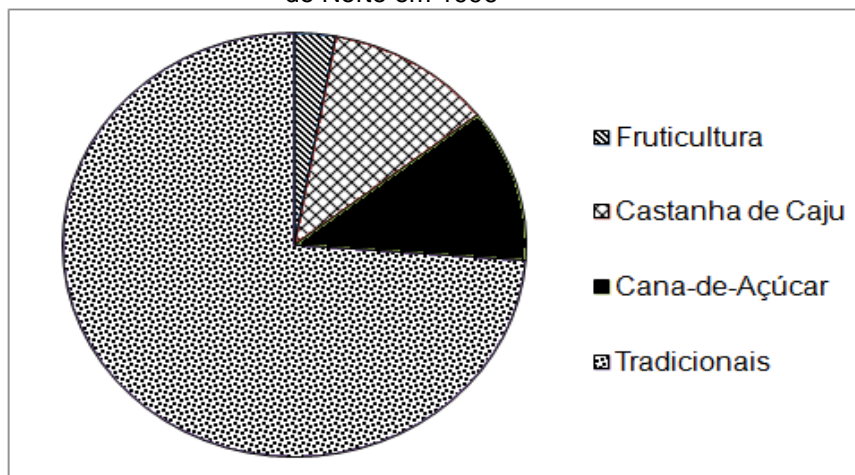
Quando se considera a relação entre o valor bruto da produção e a área cultivada, verifica-se que há uma disparidade muito grande entre os produtos, revelada pela concentração espacial de alguns produtos, vis-à-vis a dispersão

¹¹ O Comitê de Executivo de Fitossanidade do Rio Grande do Norte (COEX) é o órgão que representa os produtores de frutas tropicais.

¹² Conforme entrevista realizada com o senhor Segundo de Paula, presidente da COEX, entrevista concedida no dia 12 de julho de 2011.

deste valor para outros produtos, como aqueles que compõem a cesta básica, como mostra a figura a seguir.

Gráfico 6 – Área Plantada em Hectares das Principais Culturas Agropecuárias do Rio Grande do Norte em 1996



Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

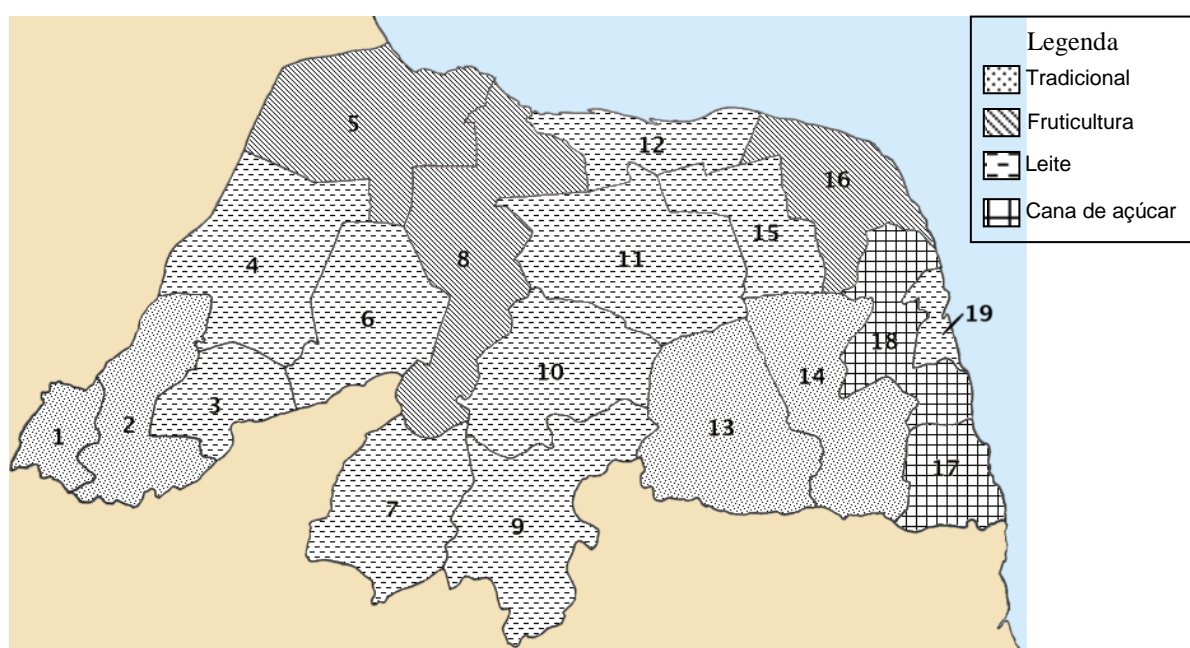
A figura acima demonstra que no estado do Rio Grande do Norte apesar dos principais produtos em valores de produção ser a fruticultura e a cana-de-açúcar, estas culturas apresentavam uma área cultivada muito inferior aos produtos tradicionais. Ilustrando um fenômeno de concentração, o qual a cana-de-açúcar e a fruticultura (produtos com maiores valores de produção) estavam concentradas em poucas áreas e em poucos produtores, enquanto que os produtos tradicionais (com baixo valor de produção) estavam espalhados com os demais agentes e em maior parte do estado.

A fruticultura irrigada encontrava-se distribuída nos territórios do Vale do Açu e Mossoró, tendo o melão como principal cultura a partir dos anos 1990. Na Microrregião do Litoral Norte, em que o principal produto durante a década de 1990 foi o abacaxi. Por sua vez a cana de açúcar concentrava-se principalmente nas Microrregiões do Litoral Sul e Macaíba. No estado, neste mesmo período destacou-se a produção de leite bovino, ocorrendo em pelo menos 10 microrregiões como produto principal.

As demais Microrregiões, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros, Borborema Potiguar e Agreste Potiguar, destacavam-se pela concentração de culturas tradicionais voltadas para o mercado interno. O Agreste Potiguar merece um destaque, pois na década de 1990 apresentou-se diversificada,

além da cultura de produtos tradicionais, que correspondiam a cerca de 37% do valor da produção no ano de 1996 – especialmente a mandioca com 21% – teve como outros produtos de destaque a produção de abacaxi, produzida em quase sua totalidade no município de Ielmo Marinho que correspondia a 21%, além do leite, responsável por 34%. Esta característica peculiar desta região fez com que o valor da sua produção superasse as demais, com esta combinação de produtos tradicionais com a cultura do abacaxi.

Figura 5 – Distribuição espacial dos principais produtos agrícolas no Rio Grande do Norte no ano de 2000, por microrregiões.



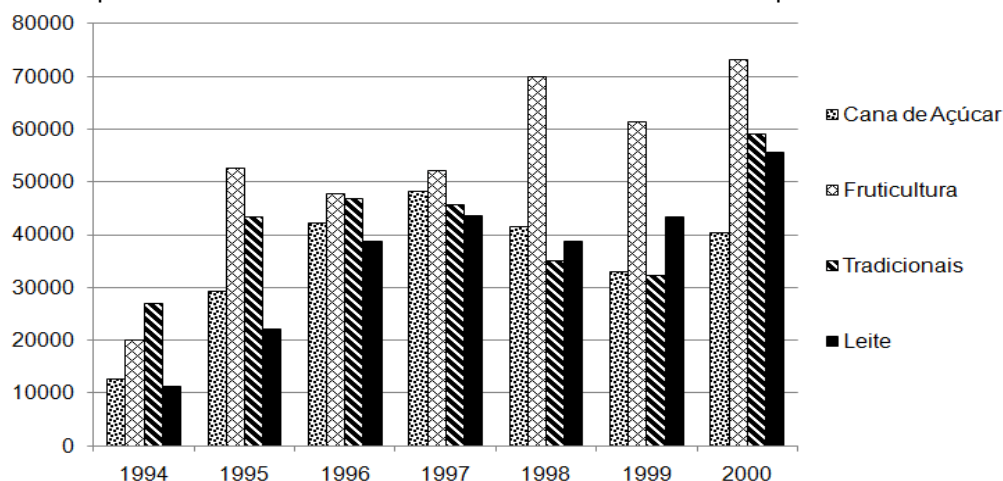
1-Serra de São Miguel	8-Vale do Açu	14-Agreste Potiguar
2-Pau dos Ferros	9-Seridó Oriental	15-Baixa Verde
3-Umarizal	10-Serra de Santana	16-Litoral Nordeste
4-Chapada do Apodi	11-Angicos	17-Litoral Sul
5-Mossoró	12-Macau	18-Macaíba
6-Médio Oeste	13-Borborema Potiguar	19-Natal
7-Seridó Ocidental		

Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

Observa-se durante os anos 1990 que a dinâmica do setor agropecuário do Rio Grande do Norte foi impulsionada pela fruticultura. Apesar dos seus produtos estarem concentrados em apenas três microrregiões seu valor de produção é superior ao conjunto dos demais produtos. A cana de açúcar, que também é um produto concentrado em duas microrregiões específicas,

apresenta uma dinâmica forte, mas no final da década teve um declínio. Portanto, durante a década de 1990 a fruticultura foi o principal produto produzido no Rio Grande do Norte, especialmente a cultura do melão, concentrada em algumas regiões, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Valor de produção dos principais produtos do Rio Grande do Norte durante o período 1994-2000 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

A partir destes dados podemos inferir que a relação entre o ambiente institucional e as estruturas de governança vigentes no período influenciou a trajetória de cada tipo de produto produzido no Rio Grande do Norte, como também as trajetórias das regiões do estado. Isto é, a relação macro e micro institucional foi um fator relevante no processo de reorganização produtiva e espacial do estado.

Deste modo, em conjunto com mudança no ambiente institucional, novas estruturas de governança foram formadas no Rio Grande do Norte, como foi o caso da COEX, ANORC¹³, ANCOOC¹⁴, as quais passaram a representar respectivamente os interesses dos produtores de fruticultura irrigada, pecuária bovina, caprinocultura e ovinocultura do Rio Grande do Norte. Esses arranjos passaram a demandar e “orquestrar”¹⁵ relações entre o Estado e os produtores, com intenção de representar e defender os interesses específicos de cada

¹³ Associação Norte Rio-Grandense de Criadores (ANORC)

¹⁴ Associação Norte Rio-Grandense de Criação de Ovinos e Caprinos (ANCOOC)

¹⁵ Termo utilizado por Graziano da Silva (1996) a fim de definir a combinação de políticas e ações do Estado com as demandas dos setores produtivos na agricultura.

cadeia produtiva. Alguns arranjos são mais robustos, e assim conseguem maiores espaços no diálogo com os demais agentes, entretanto, outros não têm a mesma força diante da arena em que se travam as relações entre agentes.

A COEX buscou incentivar pesquisas e adoção de novas tecnologias para o desenvolvimento da produção irrigada. A associação buscou integrar-se com a antiga ESAM hoje Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA)¹⁶, buscando focar as pesquisas para os produtos desenvolvidos na região. Assim como houve uma forte ação articuladora da COEX para que as indústrias de sementes buscassem produzir sementes testadas e adaptadas para as condições locais, o que resultou na instalação de grupos produtores de sementes com laboratórios na região.¹⁷

Portanto, o novo ambiente institucional que emergiu no início dos anos 1990 foi em função da conjuntura de política econômica nacional e internacional. Durante a década de 1990 as empresas foram favorecidas mediante ao processo de globalização, intensificado pelos avanços das tecnologias de informação e comunicação. Além disso, o Brasil no início da década absorveu a doutrina neoliberal que tinha como ideal o livre comércio e a eliminação das barreiras comerciais, o que fez com que os produtos brasileiros que tinham competitividade se inserissem no comércio internacional e a fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte ganhasse destaque na sua produção e assim adentrasse no comércio mundial. (Quadro 3).

Tabela 1 – Principais Frutas Exportadas pelo Rio Grande do Norte em toneladas no Período de 1995 a 2000

Produto	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Melão	31729,3	43854,1	42303,5	58867,8	54711,2	50126,1
Castanha	3502,5	3492,2	3462,7	2846,0	3062,1	3893,3
Banana	7,7	126,6	6634,4	9998,2	9902,1	22420,7
Manga	679,2	1565,4	1106,2	6444,9	4638,3	2251,9

¹⁶ ESAM era a Escola Superior de Agricultura de Mossoró fundada em 1967, ofertando o curso de Agronomia. Em 2005 a ESAM transforma-se na Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA).

¹⁷ Conforme entrevista realizada com o senhor Segundo de Paula, presidente da COEX, entrevista concedida no dia 12 de julho de 2011.

Melancia	36,6	898,4	214,5	544,5	2005,4	3467,0
Abacaxi	-	-	-	191,5	10,8	1230,7
Uva	5,6	13,2	6,7	-	0,1	153,4
Mamão	-	-	-	-	6,5	149,5
Total	35960,9	49936,7	53748,3	53748,3	74336,5	83782,6

Fonte: Torres; Moutinho, 2002

Diante disto, nos anos 1990 o modo de atuação do Estado se deu via mercado, e com incentivos para o desenvolvimento do capital privado. No Rio Grande do Norte, no processo de retirada do Estado neste período fez com que algumas áreas e produtos dinâmicos fossem selecionados pelo capital privado. A produção de frutas frescas para exportação foi a principal área selecionada pelos capitais modernos e privados, fato que ocorreu mediante a toda a infraestrutura de irrigação já existente, em conjunto com o novo padrão e seus novos instrumentos de regulação do Estado e a articulação com o mercado europeu durante o rigoroso inverno no hemisfério norte. A articulação com mercado europeu possibilitou a formação de arranjos entre produtores locais e consumidores, além de mecanismos de distribuição e financiamento da produção.¹⁸ Assim, o ambiente institucional combinado com as estruturas de governanças foram quesitos preponderantes neste processo de seleção adversa.

No entanto, ainda na década de 1990 algumas mudanças institucionais começaram a ocorrer, causando alterações no ambiente institucional que por sua vez implicou na reconfiguração dos agentes no estado do Rio Grande do Norte. Uma mudança fundamental ocorrida no período decorreu da concepção do desenvolvimento agrícola no Brasil, a partir de 1995, quando os formuladores de políticas, pressionados pelos movimentos sociais e organizações sindicais, notadamente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), começaram a reconhecer as especificidades da agricultura familiar, entender a sua importância e incluí-la na agenda das políticas públicas.

¹⁸ Conforme entrevista realizada com o senhor Segundo de Paula, presidente da COEX, entrevista concedida no dia 12 de julho de 2011.

A entrada dos problemas da agricultura familiar na agenda governamental deu origem a novas políticas, entre as quais ganhou destaque o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visava garantir dotações anuais de crédito específicos para a agricultura familiar, financiar a infra-estrutura nos municípios e garantir ações de assistência técnica e pesquisa agropecuária visando à profissionalização dos agricultores e agricultoras familiares, com linhas específicas para as áreas de assentamentos de trabalhadores rurais (SABOURIN, 2001).

Este redirecionamento das prioridades da política brasileira teve como marco a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2001, compondo assim dois ministérios que atuam no meio rural. O outro é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O MDA tem como principal foco a organização agrária e a agricultura familiar, enquanto o MAPA atua na produção, comercialização e abastecimento.

A criação do MDA apenas reforça o movimento que já vinha ocorrendo no direcionamento e formato das políticas e ações do governo para o campo, desde meados da década de 1990. Este movimento, já podia ser percebido nos anos 1990 com a mudança da postura de coordenação do Estado brasileiro e seus novos mecanismos de regulação mais ligados ao mercado. Entretanto, é nos anos 2000 que se acentua esta conjuntura. Entre 2000 e 2009 as taxas de crescimento das despesas com agricultura cresceram em média 2,4%, passando de aproximadamente 10,9 bilhões no ano de 2000 para cerca de 14,1 bilhões em 2009. Enquanto que as despesas ligadas à organização agrária cresceram numa média de 11%, saíram de cerca de 2,3 bilhões em 2000 e pulando para cerca de 4,7 bilhões no ano de 2009. O PRONAF, por sua vez, criado em 1995 para promover o protagonismo da produção familiar no ano de 2009 já concentrava 11,85% dos recursos destinados a créditos agrícolas (GASQUES et al., 2010, pág. 83-86).

No Rio Grande do Norte durante os anos 2000 mudanças institucionais provocam uma nova configuração do ambiente institucional e das estruturas de governança. A conjuntura nacional, a qual inseriu a produção familiar como ponto importante para o desenvolvimento rural; a queda dos subsídios agrícolas; e a emergência de um novo padrão de intervenção do Estado brasileiro, configuraram uma nova realidade no âmbito estadual.

Ao final da década de 1990, como já destacado em parágrafos anteriores, o destaque da produção potiguar estava na fruticultura, localizada principalmente nas Microrregiões do Vale do Açu e Mossoró, sendo esta produção constituída por empresas voltadas para exportação.

Entretanto, no início dos anos 2000 o Rio Grande do Norte se defronta com um novo ambiente e assim inicia-se uma reconfiguração, com as regiões dinâmicas do Vale do Açu e Mossoró sofrendo alterações significativas. Além da nova conjuntura do Estado nacional, outras mudanças afetaram o estado potiguar: a dinâmica atrelada ao comércio exterior sofreu um revés devido às novas regras, como o surgimento do EUREPGAP, por exemplo, instituição esta criada pelos comerciantes varejistas europeus com a finalidade de assegurar a qualidade e uma padronização global do produto, considerando diversos aspectos como saúde; segurança e bem-estar dos empregados; preocupação com o meio ambiente; além de pregar a sustentabilidade, com vistas a assegurar boas práticas agrícolas.

Além disso, as empresas privadas instaladas na região passaram a enfrentar uma maior organização dos seus trabalhadores, os quais passaram a se sindicalizar, aumentando assim a representatividade dos sindicatos de trabalhadores rurais que em conjunto com o Ministério do Trabalho passaram a exigir maiores obrigações trabalhistas das empresas.¹⁹

Estas mudanças iniciaram na segunda metade dos anos 1990 e consolidaram-se nos anos 2000, levando a uma reconfiguração das macro e micro instituições. Estas mudanças alteraram significativamente a configuração do Rio Grande do Norte, a região fruticultura tem como símbolo a falência das duas principais empresas da fruticultura irrigada nas Microrregiões do Vale do Açu e Mossoró, a MAISA em 2002 e a FRUNORTE em 2003.

A falência dessas duas empresas – que protagonizaram a produção de frutas tropicais no Rio Grande do Norte durante os anos 1990 – é um fato que esclarece o processo de reconfiguração pelo qual passaram os agentes diante das mudanças institucionais. O novo ambiente institucional que emergiu ao

¹⁹ Conforme entrevistas realizadas com o senhor Flávio Fernandes, engenheiro agrônomo, entrevista concedida no dia 5 de julho de 2011; e com o senhor José Lacerda, secretário-adjunto da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAN), além de professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), entrevista concedida no dia 21 de julho de 2011.

final dos 1990, conjuntamente com as novas estruturas de governança foram decisivos nas transformações ocorridas.

O ambiente formatado que consolidou a fruticultura irrigada como o principal produto do setor agrícola da economia do Rio Grande do Norte era propício para a proliferação de empresas de capital privado, as quais tinham capitais para realizarem investimentos consideráveis. Entretanto, a partir das mudanças institucionais houve a formação de um novo ambiente, e na formação deste há um processo de acomodação de antigos agentes, surgimento de novos, havendo um processo de seleção natural.

A falência destas empresas pode ser explicada pelo processo de deseconomia de transação, o qual está relacionado com o limite de crescimento das empresas em relação aos custos de transação, mais especificamente com a capacidade de administração da firma. A partir do momento em que a firma passa a crescer sob as mesmas estruturas de organização ocorre maiores custos de transação (BELIK et al., 2007).

Isto pode ser observado na região produtora de fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte, em que durante a expansão da produção que ocorreu a partir do início da década de 1990 e se intensificou nos anos 2000, as grandes empresas apoiadas no projeto de modernização passaram a enfrentar uma crise devido às mudanças institucionais. As alterações ocorreram tanto no ambiente institucional como nas estruturas de governança e podem ser resumidas da seguinte maneira: a adoção de uma maior austeridade fiscal enfrentada pelo Brasil a partir do Plano Real (1994); diminuição das políticas de incentivo e subsídios; maior organização sindical dos trabalhadores rurais, provocando maior pressão sobre as obrigações trabalhistas; maior competitividade; novas regras impostas pelo EUREPGAP para a produção adequada aos padrões internacionais. Estas alterações elevaram os custos de produção e de transação, levando as empresas a enfrentarem uma crise de reorganização produtiva.

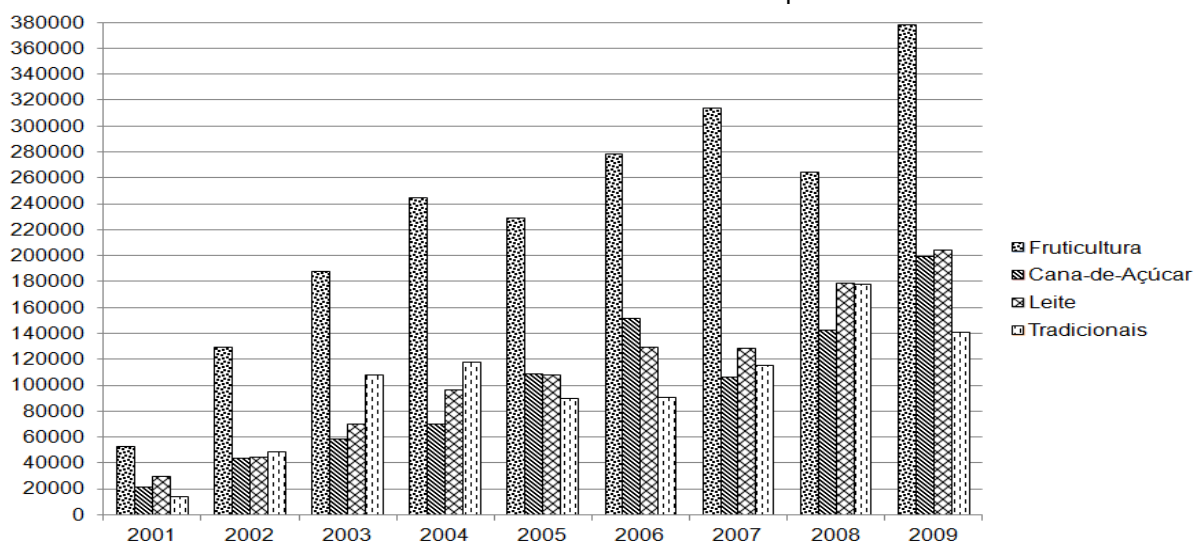
Diante de um maior protagonismo dado à produção familiar no início dos anos 2000, possibilitou aos agentes ganharem contornos de maior destaque até nas áreas dominadas até então pelos capitais privados, como as regiões do Vale do Açu e Mossoró. Em meio à crise que atravessava as grandes empresas privadas de fruticultura, uma maneira de tentar contornar a falta de

poder de investimento e a alta carga trabalhista foi buscar integrar os agricultores familiares assentados na região através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com apoio do Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), e mais recentemente, com o Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (PNCF).

As linhas de crédito subsidiadas concedidas aos agricultores familiares assentados possibilitaram o desenvolvimento de novas instituições nas regiões de Açu, Mossoró e Litoral Oriental do Rio Grande do Norte, como foi o caso dos contratos de integração entre as grandes empresas e os agricultores familiares assentados, cabendo a estes a produção e às empresas a garantia de prestação de assistência técnica e compra da produção com preços fixados em contratos específicos de produção (NUNES; SCHNEIDER, 2008).

Desta forma, os anos 2000 foram um período de mudança nas macro e micro instituições que estruturavam as relações entre os agentes do Rio Grande do Norte. Emergiu, assim, uma nova configuração no Rio Grande do Norte, mas apesar de todo o processo de mudança institucional que ocorreu no fim da década, a característica da produção não se alterou, ou seja, as culturas de maior destaque, em termos de valor da produção, permaneceram sendo as mesmas da década anterior: a fruticultura, cana-de-açúcar e o leite, ao lado das culturas tradicionais de milho, mandioca e feijão.

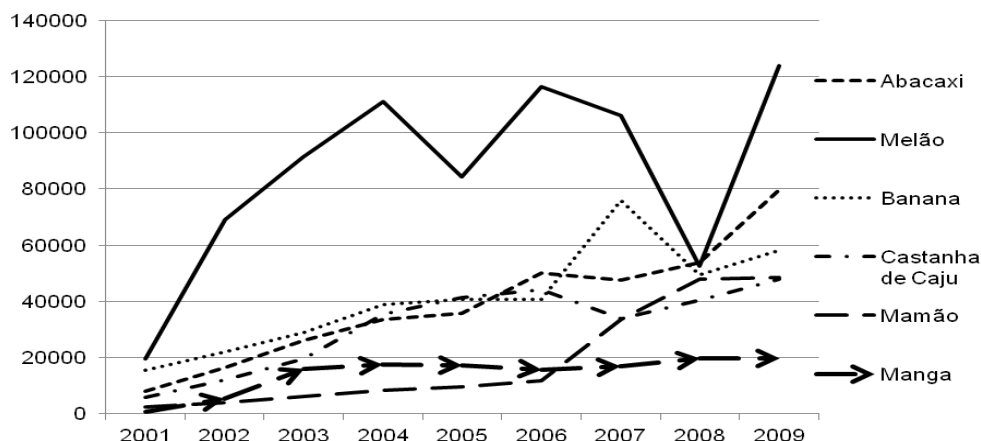
Gráfico 8 – Valor de produção dos principais produtos do Rio Grande do Norte no período 2001-2009 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

Entretanto, esta aparente não alteração do cenário no Rio Grande do Norte, revela nuances. Como já mencionado anteriormente, diante da mudança institucional algumas grandes empresas que tinham se consolidado na década de 1990 entram em decadência e desaparecem. Todavia, como podemos perceber na figura acima, essa aparente crise de desestruturação destas empresas não impacta na produção. No período de 2001 a 2009 a fruticultura apresentou uma tendência de crescimento, com exceção de 2008²⁰. Isto significa que mediante a crise das empresas os novos atores que surgiram dentro deste novo ambiente mantiveram a dinâmica local.

Gráfico 9 – Evolução do valor de produção das principais frutas produzidas no Rio Grande do Norte durante o período 2001-2009 em valores constantes deflacionados pelo IGP-DI



Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

Além da alteração de agentes dentro da fruticultura, houve também um processo de desconcentração da produção em torno do melão, antes disparado o principal produto. Como observa-se no gráfico acima, outros produtos durante este período ganharam destaque, como foi o caso do mamão, abacaxi, castanha de caju e especialmente a produção de banana. Esta última deve-se a um fenômeno curioso: em 2006, aproximadamente 50% da sua produção está concentrada no Vale do Açu sob o domínio hegemônico da empresa DEL MONTE FRESH PRODUCE, uma multinacional que tem

²⁰ O que se justifica por ser um ano atípico, pois neste ano ocorreu um inverno muito rigoroso na região do Vale do Açu. As inundações ocorridas no Vale provocaram a perda de diversas áreas de plantação, especialmente na produção de melão e banana

produção espalhada por diversos locais do globo, instalando-se no Rio Grande do Norte ainda nos anos 1990 com a produção de banana.

No quadro abaixo se percebe que as regiões produtoras de cana-de-açúcar e fruticultura irrigada ficam nos seis primeiros lugares do ranking. Enquanto que as demais regiões que têm como principais produtos de destaque o leite e os produtos tradicionais ostentam valores de produção inferiores.

Quadro 4 – Ranking do Valor de Produção das Microrregiões do Rio Grande do Norte e seus Produtos de Destaque no Ano de 2006

Microrregião	Valor (em mil R\$)	Principais Produtos
Mossoró	189465	Melancia/melão/castanha de caju
Litoral Sul	122226	Cana-de-açúcar
Litoral Nordeste	94742	Abacaxi/cana-de-açúcar
Agreste Potiguar	84736	Abacaxi/Cana-de-açúcar/Mandioca/Leite
Macaíba	82228	Cana de açúcar/leite
Vale do Açu	54591	Banana/Manga
Serra de Santana	25655	Tradicional/leite
Seridó Oriental	25357	Leite
Seridó Ocidental	18693	Leite
Pau dos Ferros	18285	Leite
Borborema Potiguar	16450	Leite
Baixa Verde	15298	Tradicional/Leite
Chapada do Apodi	15282	Castanha de caju
Natal	8813	Leite
Serra de São Miguel	8746	Tradicional/Leite
Umarizal	8570	Tradicional/Leite
Médio Oeste	6755	Leite
Angicos	4960	Leite
Macau	3990	Castanha de caju

Fonte: IBGE – SIDRA, 2011

Entretanto, para compreendermos a trajetória do Rio Grande do Norte e assim seu atual retrato, precisa-se ir além dos valores da produção. Para isto, é necessário analisar os movimentos dos agentes diante do ambiente institucional que passou a vigorar nos últimos anos. Deste modo, para compreender a composição destes agentes no Rio Grande do Norte observemos a tabela a seguir:

Tabela 2 – Porcentagem dos Estabelecimentos que Recebem Transferências do Governo nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006

Microrregiões	Estabelecimentos que recebem transferências (%)	Valor Total das Transferências (1000 R\$)
Pau dos Ferros	36,39	13.226
Serra de São Miguel	34,24	11.235
Seridó Oriental	32,79	9.347
Seridó Ocidental	30,87	4.622
Umarizal	30,81	7.178
Chapada do Apodi	28,71	11.338
Serra de Santana	27,68	10.952
Mossoró	24,01	5.087
Borborema Potiguar	23,05	11.736
Médio Oeste	21,81	2.812
Agreste Potiguar	18,01	13.415
Baixa Verde	14,85	2.322
Angicos	14,69	1.636
Vale do Açu	13,55	3.291
Macau	12,67	673
Litoral Sul	10,37	1.772
Litoral Nordeste	7,13	1.669
Macaíba	7,09	1.944
Natal	2,10	30

Fonte: CENSO Agropecuário, 2006

A tabela acima destaca a porcentagem de estabelecimentos que recebem transferências do governo, incluindo a aposentadoria rural, a qual

constitui a maior porcentagem dentre os benefícios inclusos nos valores inseridos na tabela. Estes números elucidam a importância das transferências para a produção rural, conforme mostram diversos estudos, em particular aqueles que evidenciam uma relação positiva da previdência rural com a produção, principalmente na agricultura familiar. Ou seja, o aumento das receitas do produtor por meio das transferências causa externalidades positivas mediante a aplicação de recursos desta origem no custeio da produção agropecuária (DELGADO; CARDOSO JR., 1999)

Comparando atentamente o quadro do valor da produção das microrregiões com a tabela anterior, percebe-se que as regiões de menor valor da produção são as que possuem maior porcentagem de estabelecimentos beneficiados com transferências. As sete microrregiões que mais têm porcentagem de estabelecimentos que recebem transferências são as regiões que possuem valor da produção inferior a 25 milhões (no ano de 2006). Enquanto que as regiões com maior valor da produção possuem uma quantidade inferior de beneficiados.

Este pode ser um reflexo da importância da previdência rural e outras transferências para alguns agentes que não conseguiram ser incluídos no processo de modernização e ainda resistem produzindo para o auto-consumo produtos tradicionais como milho, feijão, mandioca e principalmente o leite. Desta maneira, podemos considerar que estes agentes são dependentes das ações sociais do Estado.

No entanto, no Rio Grande do Norte além da importância das transferências para os produtores rurais, com uma maior incidência nas regiões menos dinâmicas. Emerge outro fenômeno, a pluriatividade, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 3 – Porcentagem dos Estabelecimentos com Família Pluriativas nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006

Microrregiões	Estabelecimentos com Famílias Pluriativas (%)
Natal	33,33
Macau	26,80
Pau dos Ferros	26,21

Seridó Oriental	25,20
Serra de Santana	24,28
Seridó Ocidental	23,25
Litoral Sul	23,01
Angicos	22,22
Baixa Verde	21,49
Agreste Potiguar	20,69
Vale do Açu	20,15
Macaíba	19,75
Chapada do Apodi	18,74
Médio Oeste	17,07
Mossoró	17,06
Serra de São Miguel	16,89
Umarizal	16,01
Litoral Nordeste	14,71
Borborema Potiguar	12,70

Fonte: CENSO Agropecuário, 2006

A tabela acima evidencia a pluriatividade no Rio Grande do Norte, confirmando o fenômeno ressaltado por Schneider (2003) como sendo o resultado de diversas transformações no campo. No entanto, estas transformações acontecem em ritmos diferentes. Dependendo das características locais, esta diferenciação origina tipos diferentes de pluriatividade, como evidenciado no capítulo anterior, dependendo de fatores conjunturais e estruturais de cada região pode-se ter pluriatividades mais ou menos dinâmicas (SCHNEIDER, 2006).

No Rio Grande do Norte esta pluriatividade ressalta algumas características dos agentes e das dinâmicas locais. As microrregiões de Natal e Macau possuem maior porcentagem de estabelecimentos com famílias pluriativas do estado, este resultado possivelmente está ligado ao fato de serem regiões mais dinâmicas que concentram diversas outras atividades. A região de Natal é a maior em termos de produto, possuindo uma dinâmica muito forte, principalmente no setor de serviços para o turismo e administração

pública, enquanto que a microrregião de Macau concentra diversas atividades ligadas à extração de petróleo e sal.

Assim, o fenômeno da pluriatividade no Rio Grande do Norte ocorre em um número considerável nas microrregiões. Entretanto sua maior ocorrência está ligada ao dinamismo e a trajetória de cada região, ou seja, quanto mais dinâmico o local maior a apresentação da pluriatividade.

Deste modo, ao observar-se o Rio Grande do Norte percebe-se que existem diversos agentes imersos dentro do ambiente institucional que se configurou nos últimos anos, como se pode perceber na tabela a seguir, que enuncia diferentes tipos de produtores rurais, segundo sua condição de produção.

Tabela 4 – Condição dos Produtores nas Microrregiões do Rio Grande do Norte no Ano de 2006

Microrregiões	Produtor individual		Condomínio, consórcio ou sociedade pessoas		Cooperativa		Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	
	Estabele - cimentos	Área (ha)	Estabele - cimentos	Área (ha)	Estabele - cimentos	Área (ha)	Estabele - cimentos	Área (ha)
Mossoró	3 970	174 405	42	5 806	3	69	42	15 863
Chapada do Apodi	5 958	216 693	35	3 269	5	496	10	1 715
Médio Oeste	2 086	166 270	47	5 035	2	x	6	7 222
Vale do Açu	3 988	173 653	56	3 562	2	x	186	10 655
Serra de São Miguel	5 220	54 556	228	4 685	2	x	4	26
Pau dos Ferros	5 503	221 819	135	5 024	3	56	16	96
Umarizal	3 835	118 367	59	1 333	2	x	3	122
Macau	801	33 501	5	7 655	2	x	11	11 275

Angicos	2 917	267 148	27	5 177	2	x	10	7 828
Serra de Santana	6 757	174 545	80	3 224	1	x	80	1 038
Seridó Ocidental	2 108	202 933	39	9 819	3	401	10	383
Seridó Oriental	3 548	255 530	137	10 245	3	70	32	2 020
Borborema Potiguar	8 494	258 297	100	7 273	1	x	4	1 664
Agreste Potiguar	13 105	236 281	42	1 863	15	61	31	12 682
Litoral Nordeste	3 955	114 123	25	1 977	7	1 192	36	10 794
Macaíba	3 205	70 674	44	2 703	11	268	140	9 108
Natal	325	3 229	1	x	-	-	6	79
Litoral Sul	1 988	49 541	68	1 253	2	x	38	52 133
Baixa Verde	2 221	106 425	41	4 244	-	-	7	1 179

Fonte: CENSO Agropecuário, 2006

Ao confortarmos esta última tabela com as informações trazidas ao longo deste capítulo, podemos caracterizar alguns agentes que atuam no meio rural do Rio Grande do Norte. Percebe-se, em linhas gerais, os seguintes tipos de agentes: empresas, agricultores familiares modernos, produtores pluriativos, e agricultores dependentes das transferências do Estado, tal qual na figura elucidada na figura 4 do capítulo anterior. Entretanto, dentre cada um destes tipos de agentes existe um espectro, como é o caso de empresas multinacionais e empresas pequenas atuando dentro da produção agrícola do Rio Grande do Norte, assim como produtores familiares mais ou menos integrados com a modernização.

Além disso, a manifestação destes diferentes tipos de agentes ocorre de acordo com a relação entre ambiente e arranjo institucional, ou seja, a forma que se desenvolve mais ou menos determinado tipo de agentes depende da relação dos agentes com as macro instituições. Por exemplo, nas regiões do

Vale do Açu e Mossoró, onde se conformou estruturas de governanças construídas pelos agentes que estavam voltados para a produção utilizando práticas modernas voltadas para exportação dos produtos, os agentes que mais se destacam são os das empresas, sendo um espectro de multinacionais a pequenas empresas, assim como produtores familiares que conseguiram se modernizar e assim se inseriram nesta dinâmica. Assim como, nas regiões que se caracterizam pela produção de produtos tradicionais, que se destacam são os de produtores pluriativos e os dependentes das transferências governamentais.

No entanto, o fato de uma região caracterizar-se por um determinado tipo de agente não significa que os outros não existam, eles apenas são menos evidenciados dentro do marco institucional que se consolidou naquele determinado local, ou seja, o confronto entre ambiente institucional e estruturas de governança, exaltou determinados tipos de agentes e deixou os demais em segundo plano. Portanto, sob o mesmo ambiente institucional existem trajetórias diferentes, isto se deve a combinação distinta entre as instituições de ordem macro e micro.

Cada agente possui sua trajetória individual, com suas estratégias, originando diferentes estilos de agricultura. Estes diferentes estilos emergem em meio ao ambiente hostil que estão imersos os agentes, e estes travam uma constante batalha na busca por autonomia, utilizando-se de estratégias próprias para permanecerem dentro do processo.

Diante deste conflito os agentes, em especial dos agricultores que praticam o tipo de produção familiar (pluriativo, moderno e voltado para auto-consumo), necessitam criar estruturas de governanças próprias que diminuam os custos de transação e conseqüentemente a vulnerabilidades deles. Assim no próximo capítulo estas questões tentarão ser resolvidas através da retomada da discussão das teorias institucionalistas com ênfase na abordagem da Nova Economia Institucional e suas relações com a Teoria dos Custos de Transação para compreender a racionalidade dos agentes frente aos custos de transação. A partir disto construiu-se uma estrutura de governança através de um mecanismo de incentivos, baseando-se na racionalidade dos agentes, para possibilitar a estes tipos de agentes ganharem autonomia.

CAPÍTULO III

4 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇAS E OS AGENTES ECONÔMICOS NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

4.1 A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI): ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

Como mencionado em capítulos anteriores a análise institucional compreende dois níveis fundamentais: um de abrangência macro, correspondente ao ambiente institucional, e outro micro, limitado às estruturas de governança. Nesta seção serão elucidadas algumas características das microinstituições e suas contribuições para o entendimento do meio rural de forma ampla, como também especificamente o Rio Grande do Norte.

As micro instituições atuam nas interações entre indivíduos, associações, cooperativas ou empresas, de maneira a facilitar o relacionamento entre os agentes através de códigos, condutas e contratos que visem regular uma transação específica (AZEVEDO, 2000). Diante disto emerge uma nova figura na análise das relações entre os agentes – compostos por firmas ou indivíduos – que são os custos de transação – isto é, os custos inerentes ao processo de negociação entre os agentes na relação de troca em que se baseia o sistema capitalista. Tais custos são completamente desconsiderados pela teoria neoclássica.

A teoria dos custos de transação é constituída por hipóteses comportamentais relacionadas com as transações que se realizam entre os agentes econômicos. Tais hipóteses admitem que esses agentes possuem racionalidade limitada e que a incerteza permeia as transações, o que leva à assimetria de informações e à possibilidade de ocorrência de comportamentos oportunistas (BELIK et al., 2007).

A Teoria dos Custos de Transação tem suas origens na obra seminal de Ronald Coase “*The Nature of the Firm*”, na qual se investiga os custos advindos das relações transacionais. A firma é então descrita como algo que vai além de uma estrutura de alocação ótima, na medida em que também se caracteriza como um agente de coordenação interna e de relação com o mercado (COASE, 1988).

As transações podem ser definidas como as relações de trocas de produtos realizadas entre agentes, as quais, de um modo geral, estão distribuídas nas diversas etapas do sistema de produção e de comercialização de produtos. Tais relações tornam-se fonte de investigação devido aos custos que são inerentes à sua realização, tais como: custos de planejamento, adaptação e monitoramento (BELIK et al., 2007).

Williamson (1991) resgata os estudos de Coase (1988) avançando na investigação relacionada com as instituições, buscando compreender, com base na Teoria dos Custos de Transação de que maneira as instituições lidam com as peculiaridades envolvidas nas transações, quer sejam as relações entre mercados, firmas, contratos, ou até mesmo indivíduos (BELIK et al., 2007). Tais relações sofrem a influência das instituições na tomada de decisão dos agentes devido aos custos de transação, ou seja, os agentes tomam decisões baseados nas instituições macro que o cercam (ambiente institucional) adotando instituições (estruturas de governança) que diminuam seus custos de transação. Portanto, os agentes adotam estruturas de governança para facilitar suas relações, diminuindo a incerteza e evitando a ocorrência de oportunismos.

As estruturas de governança constituem um ramo da Nova Economia Institucional (NEI) que possui duas abordagens que contemplam aspectos distintos da relação ente as estruturas de governança nos custos de transação dos agentes: a abordagem estática e a abordagem dinâmica. Os aspectos estáticos estão ligados aos limites da mensuração de informações dos produtos envolvidos numa transação, e, portanto, à incerteza e ao oportunismo dos agentes e aos problemas de coordenação, eficiência e mensuração. Por sua vez, os aspectos dinâmicos estão relacionados com as características da incompletude que possuem os contratos, referindo-se ao processo de mutação destes contratos na trajetória de transação entre os agentes, e, deste modo, com problemas de adaptação mudanças nos contratos (AZEVEDO, 2000).

A forma de coordenação é uma instituição construída pelos agentes, com a finalidade de reduzir os custos de transação. Assim eles buscam mecanismos adequados para regular as transações, isto é, constituem estruturas de governança. Quanto mais apropriada for a forma de coordenação adotada pelos agentes, menores serão os custos de transação, como também, mais rápida será a sua adaptação deles às mudanças no ambiente.

Deste modo, o conceito de eficiência é considerado pelos teóricos da Nova Economia Institucional com elemento importante na análise da relação das estruturas de governança e o ambiente institucional. Entretanto, este conceito tem um significado diferente em relação à definição neoclássica. Para a NEI, o termo eficiência refere-se à compatibilidade da estrutura de governança construída pelos agentes e às características das transações a qual está ligada. Diferentemente do tradicional neoclássico que se remete a eficiência alocativa dos fatores pelos agentes (AZEVEDO, 2000).

Assim a firma analisada a partir da Teoria dos Custos de Transação ganha contornos distintos da firma clássica criada a partir da Teoria do Produtor inspirada em Marshall. Deste modo, a firma para os autores que utilizam o referencial da Economia dos Custos de Transação é vista como uma estrutura de governança, a qual tem o objetivo principal de garantir a coordenação mais eficiente, que permita diminuir os custos de transação pela redução da incerteza, de maneira tal que compense os agentes da sua racionalidade limitada, precavendo-os do oportunismo (BELIK et al., 2007).

No entanto, apesar da racionalidade limitada dos agentes e da assimetria de informações que é característica do ambiente real no qual os agentes se confrontam para realizar suas interações, isto não significa que estes agentes não sejam racionais. Os agentes de fato, utilizam da melhor forma possível as informações acerca do ambiente buscando os melhores meios para o alcance dos seus objetivos (AZEVEDO, 2000). Utilizando a idéia da metáfora de um jogo utilizada por North (1993), os agentes tentam ganhar o jogo utilizando a melhor tática possível, sejam elas leis ou não. Portanto, cabe às instituições, macro e micro, coordenar este jogo.

Contudo, dentro do jogo disputado entre os agentes são utilizadas instituições que permitem diminuir esta incerteza, como é o caso dos contratos. Todavia, a formulação de contratos gera custos estáticos, os quais irão variar de acordo com as características específicas de cada transação e cada produto, podendo existir problemas de mensuração nas transações e, conseqüentemente, na elaboração dos contratos (AZEVEDO, 2000).

Por essas razões, o custo de uma determinada transação está atrelado a características particulares do tipo de produto envolvido na negociação, sendo os produtos caracterizados de acordo com a capacidade dos agentes

assimilarem as informações relevantes para a realização da troca. De tal modo, Distinguem-se três tipos de produtos, sendo que para cada um deles uma estrutura de governança pode estar associada, de modo que diminua os custos de transação (AZEVEDO, 2000), conforme observado a seguir:

- Produtos que têm todas as suas características conhecidas antes da celebração de um acordo de troca, assim não há problema de assimetria de informação (AZEVEDO, 2000, p. 37).
- Produtos que possuem algumas informações que só serão conhecidas após a aquisição e consumo/utilização (AZEVEDO, 2000, p. 37).
- Produtos os quais nem após sua utilização será possível conhecer algumas de suas características, são os chamados “bens de crença”, como por exemplo, a forma como foi processado e constituído o produto. Neste caso em particular os contratos serão elaborados com um alto grau de confiança entre ambas as parte, ou então, os agentes irão incorrer em custos de monitoramento para certificar estas características inobserváveis (AZEVEDO, 2000, p. 37).

As peculiaridades das transações e seus respectivos custos até aqui apresentados, referem-se ao aspecto estático da Teoria dos Custos de Transação. São custos observados de forma *ex-ante*. Entretanto, existe um caráter dinâmico nas trocas entre os agentes que vai se moldando em decorrência das transações, portanto, durante a execução dos contratos. Estes custos estão ligados à capacidade ou não dos agentes se adaptarem as mudanças externas (AZEVEDO, 2000).

Como frisado, os custos de transação dependem das características específicas do produto, como também das características das transações. Existem três dimensões principais que em conjunto permitem inferir os custos de transação diante das especificidades da transação que realizam os agentes, isto é: frequência, incerteza e especificidades dos ativos (BELIK et al., 2007). Estes três parâmetros são fundamentais na determinação de como se construíram as estruturas de governança entre os agentes para realizarem transações específicas.

A frequência remete-se à medida de recorrência em que a transação se efetiva, de maneira tal que quanto maior a frequência com que ocorrem as transações menores serão os custos associados à coleta de informações e à elaboração de contratos. Deste modo, se a frequência for muito elevada os agentes serão mais reticentes a praticar comportamentos oportunistas, pois a transação é interrompida imediatamente (AZEVEDO, 2000).

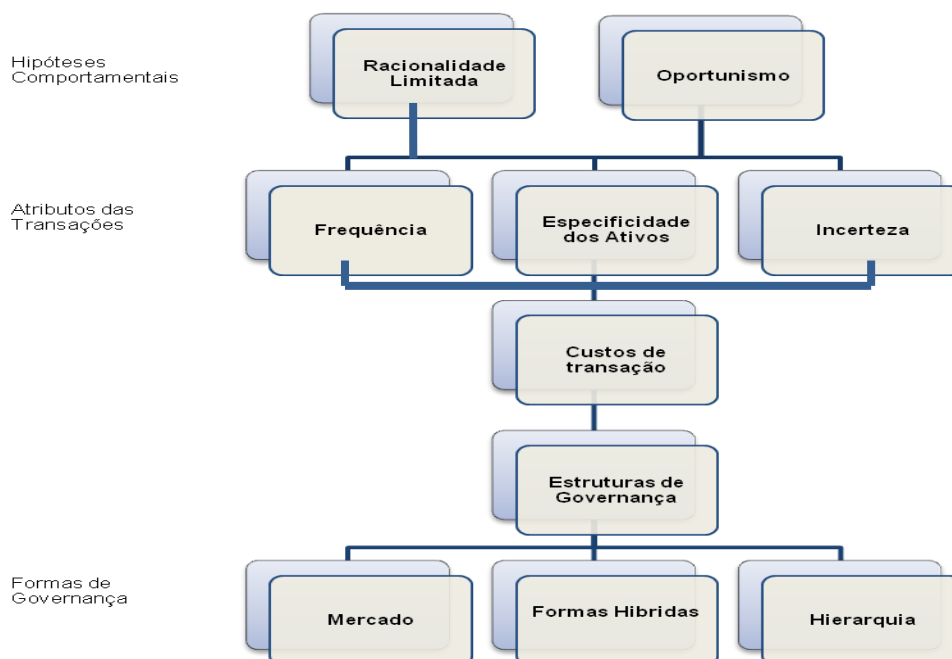
Por sua vez a incerteza está intimamente ligada à possibilidade de ocorrência de comportamentos oportunistas entre os agentes numa determinada transação (BELIK et al., 2007). Uma maior incerteza amplia a desconfiança dos agentes, o que leva a constantes renegociações de contratos, o que irá incorrer em custos mais elevados (AZEVEDO, 2000).

Por fim, a especificidade dos ativos refere-se ao retorno dependente da continuidade da transação, associado a um determinado ativo que atua sobre os custos de transação de maneira que quanto maior a especificidade dos ativos maior será a perda associada a ela, conseqüentemente maiores serão os custos de transação (AZEVEDO, 2000).

Esta especificidade dos ativos pode ser de seis tipos distintos: I) especificidade locacional, na qual a proximidade entre os agentes economiza custos de transportes, armazenagem; II) especificidade de ativos físicos, no qual determinado ativo é utilizado na produção de um componente; III) especificidade de ativos humanos, determinados pelo *learning-by-doing*; IV) ativos dedicados, estão relacionados ao montante de investimento cujo retorno depende de uma transação; V) especificidade da marca, relacionada ao custo imposto por uma determinada marca numa transação; VI) especificidade temporal, assemelha-se a não separabilidade tecnológica, tendo assim uma possível defasagem na resposta entre as partes no processo de transação, gerando custo no processo de troca (WILLIAMSON, 1991).

Deste modo, a maneira como as estruturas de governança são formadas pelos indivíduos leva em conta estes parâmetros em torno das transações. Tais padrões afloram do ambiente institucional e influenciam a tomada de decisões e as maneiras como os indivíduos se organizam para realizar as interações. Este complexo sistema pode ser percebido na figura a seguir.

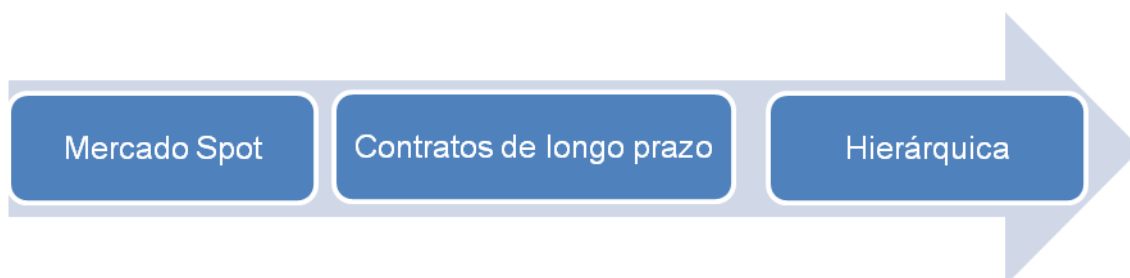
Figura 6 – Estrutura Conceitual da Teoria dos Custos de Transação para Determinação das Formas de Governança de Oliver Williamson



Fonte: GUEDES apud Belik et al., 2007

Podemos perceber na figura acima a ordenação dos diversos modos de se realizar uma dada transação, de acordo com as especificidades que a envolvem, assim como, pode-se compreender como se dá o processo de racionalização dos agentes, uma vez que estes estão sempre buscando a estrutura de governança mais eficiente para realizar uma transação. Portanto estes agentes se defrontam com a sua racionalidade limitada e o comportamento oportunista, os quais dão origem aos parâmetros que envolvem a transação (especificidade dos ativos, incerteza e frequência), os quais influenciam os custos de transação, que por sua vez irão incidir diretamente na escolha da estrutura de governança mais apropriada que diminua estes custos.

Figura 7 – Ordenação das Formas de Governança de Oliver Williamson



Fonte: Elaboração própria

A figura acima representa a ordenação das estruturas de governança no sentido de uma estrutura mais flexível no que se refere ao controle das transações (mercado *spot*) para uma estrutura mais rígida (hierárquica), na qual uma única firma detém todo o controle sobre as transações. Conforme se caminha no sentido de formas organizacionais indicado na figura ganha-se em controle sobre a transação, mas perde-se em capacidade de resposta a estímulos externos (motivação) (AZEVEDO, 2000).

4.2 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E O MEIO RURAL: A COOPERAÇÃO COMO UMA ESTRATÉGIA DE COORDENAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA OS AGRICULTORES DO MODO DE PRODUÇÃO FAMILIAR

A agricultura é uma atividade que possui particularidades como: incerteza; *gap* de tempo entre produção/consumo e investimento/retorno, relativamente maior do que dos produtos industrializados; trabalha com organismos vivos, deste modo é influenciada por condições naturais (RAMOS, 2007). Diante dessas especificidades a agricultura torna-se uma atividade com alto nível de incerteza e propensa ao oportunismo dos agentes. Assim as microinstituições são cada vez mais importantes na dinâmica do processo de produção e comercialização dos produtos agropecuários (BELIK, 2001).

No ambiente hostil em que se dão as relações na agricultura, em que o produtor encara a “tesoura dos preços”, isto é, custos crescentes com preços

decrecentes, a coordenação e a eficiência nas interrelações entre os agentes tornam-se importantes. Baseando-se na NEI os agricultores – quando inseridos na dinâmica de produção – buscam da melhor maneira que podem, dado que existe a racionalidade limitada, serem mais eficientes implica em adotar uma estratégia de coordenação que diminua seus custos de transação.

Devido à heterogeneidade de agentes no meio rural e a assimetria de informação que existe entre estes, as estruturas de governança podem ser das mais diversas formas, dependendo dos parâmetros que irão reger a transação (frequência, incerteza e especificidade dos ativos). As estruturas nas relações dos agentes podem se apresentar como estruturas flexíveis sem muita regulamentação de contratos formais, na qual os agentes se relacionam com atravessadores, feiras e outros agentes. Podem ser também baseadas em contratos de longo prazo com empresas agroalimentares, centros de abastecimentos, cadeias de supermercados, sejam nacionais ou internacionais, como também podem adotar de maneira mais hierárquica as transações dominando as transações por completo, constituindo grandes impérios alimentares, na visão de Ploeg (2008).²¹

Na realização das transações no meio rural os contratos ganham contornos expressivos para diminuir a possibilidade de oportunismos, uma vez que a agricultura está envolta por um grande complexo agroindustrial, e deste modo, tem encadeamentos a jusante e a montante, além de transações com os mais diversos tipos de agentes, tanto na produção quanto na comercialização. Desta maneira, o meio rural tornou-se um ambiente imerso em transações entre produtores rurais, dos mais diversos tipos, agroindústrias, redes de distribuição entre outros.

Os custos de transação não podem, portanto ser negligenciados. Os agentes devem ater-se as peculiaridades de cada transação, ao ambiente institucional, como também à sua condição e às estratégias que lhe permitam buscar estruturas de governanças eficientes que minimizem seus custos, diminuindo a incerteza e precavendo-se dos comportamentos oportunistas.

Os diversos agentes existentes no meio rural, referidos nos capítulos anteriores, buscam estratégias para enfrentar problemas e ameaças e

²¹ Conceito de Império alimentar na visão de Ploeg (2008) foi elucidado brevemente no primeiro capítulo desta dissertação.

aproveitar as potencialidades locais e as oportunidades que surgem no meio ambiente. Em particular os agentes que praticam a produção familiar, sejam eles do tipo pluriativo, modernizado ou dependente de transferências governamentais, estão numa situação ainda mais desfavorável, devido a um menor raio de manobra de suas estratégias em relação às grandes empresas e *impérios agroalimentares*. Estes produtores familiares enfrentam uma batalha entre autonomia e dependência, e, na busca por autonomia, uma estratégia que emerge é a cooperação entre os agentes.

A cooperação passa a ser uma estratégia e uma forma de organização na qual os produtores tentam ganhar maior margem de manobra para enfrentar as adversidades impostas, tais como: tentar livrar-se de atravessadores; barganhar preços; ganhar maior competitividade através de uma maior escala de produção.

No entanto, esta cooperação envolve uma complexa relação de dependência entre os agentes que participam, pois apesar de atuarem juntos pode haver espaço para comportamentos oportunistas entre os próprios agentes constituintes da estrutura. Desta forma, na constituição desta estrutura de governança os agentes têm uma relação íntima que será regida por contratos, os quais podem ser formais ou informais, porém, em qualquer uma dessas duas situações, devem ser firmados com vistas à construção de uma instituição baseada na confiança entre os produtores participantes.

Estes contratos que regem a construção e afirmação dessa estrutura cooperativa devem ser elaborados de forma a permitir a eficiência da estrutura na realização das transações. No entanto a construção desta estrutura envolve um complexo jogo de interesses individuais que devem ser equacionados para atuarem em cooperação, visando diminuir os custos de transação. As bases em que esta estrutura deve ser construída serão alvo de um estudo na próxima seção, na qual será utilizada a Teoria do Desenho de Mecanismos para montar incentivos aos diferentes agentes da produção familiar do meio rural a trabalharem sobre uma instituição cooperativa.

4.3 DESENHANDO INCENTIVOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA COM BASE NA COOPERAÇÃO

O propósito desta seção é desenhar um modelo de estrutura de governança, baseando-se na Teoria do Desenho de Mecanismos, na qual os diferentes tipos de agentes do modo de produção familiar possam ser incentivados a adotar uma postura cooperativa em busca da eficiência.

A Teoria do Desenho de Mecanismos busca criar um sistema de interação entre os agentes baseado em incentivos para que se alcance um determinado objetivo. O processo de interrelação é um procedimento estratégico em que cada indivíduo se comporta de forma racional, mesmo em meio à incerteza e a racionalidade limitada, visando alcançar seus objetivos (FIANI, 2006). Assim, os agentes irão escolher as suas ações baseados na possibilidade individual do ganho de cada um, levando em consideração seu próprio rol de escolha. O desenho não deve “forçar” o agente a ter determinado tipo de ação, o agente deve se sentir incentivado, de livre e espontânea vontade a fazer parte deste sistema, ou seja, ele deve participar racionalmente do mecanismo.

Consequentemente, na criação do mecanismo há duas restrições que envolverão os agentes a Restrição de Participação, na qual os avaliando suas possibilidades de escolha aceitarão ou não os termos de participação (contratos). Como também, a Restrição de Compatibilidade de Incentivos, em que na construção da estrutura o ganho dos agentes deve ser o suficiente para induzir os agentes a escolher o desejado comportamento (LAFFONT; MARTIMORT, 2002).

Deste modo, para criar uma estrutura baseada na cooperação como uma estratégia que diminua a vulnerabilidade do produtor familiar, os agentes devem ser incentivados a formar uma estrutura de governança. No entanto, cada agente tem sua própria curva de utilidade que irá determinar o quanto cada tipo de agente necessitará ser motivado. Assim, o mecanismo deve incentivar a cooperação a fim de diminuir os custos de transação dos agricultores que praticam o modo familiar de produção. Portanto, quanto maior o nível das receitas menor será a vulnerabilidade dos produtores familiares.

Com isto, temos uma estrutura de governança como uma instituição capaz de coordenar através de regras as ações dos agentes, estes agentes são os agricultores que praticam três estilos de produção familiar:

$$M : (X, Y, Z)$$

$$(3.1)$$

Onde,

M : Conjunto de Produtores Familiares

X : Produtores familiares modernos que estão inseridos nos mercados, que tem alto custo de oportunidade em participar da estrutura de governança. Com sua probabilidade dada por $P(X) = 1 - P(Y) - P(Z)$

Y : Produtores familiares pluriativos, os quais têm um médio custo de oportunidade em participar de uma estratégia de co-operação. Com sua probabilidade dada por $P(Y) = 1 - P(X) - P(Z)$

Z : Produtores familiares que produzem para o auto-consumo e são dependentes das transferências governamentais, os quais possuem um baixo custo de oportunidade para entrarem na estrutura de governança. Com sua probabilidade dada por $P(Z) = 1 - P(X) - P(Y)$

Os agricultores buscam fugir da tesoura dos preços que existem na produção agropecuária, os quais se defrontam com custos crescentes e preços decrescentes. Assim, estes agentes buscam estratégias que para minimizar a sua vulnerabilidade, a qual enfrenta em menor ou maior grau cada tipo de agricultor, em meio às dificuldades apresentadas pelas especificidades da produção agrícola aliada a incerteza inerente ao sistema. Uma estratégia capaz de inserir autonomia a estes produtores é a cooperação (PLOEG, 2008), a qual é realizada através da formação de uma estrutura de governança que possui regras que incitam a ação conjunta entre os agentes.

Os agentes quando inseridos numa estrutura de governança, que os incite ao comportamento cooperativo, sabem que deverão aplicar uma determinada quantidade de esforço θ . Esta quantidade de esforço empregado

pelos agentes gerará um ganho q em torno da estrutura de governança, que por sua vez origina um benefício S na estrutura de Governança, $S(q)$, onde:

$$S'(q) > 0$$

(3.2)

$$S'(q) < 0$$

(3.3)

$$S'(q) = 0$$

(3.4)

Genericamente, podemos chamar θ de custo de oportunidade empregado pelos diferentes tipos de produtores, tal custo não é observado diretamente na estrutura de governança, mas podemos inferir que além do custo fixo (F), temos o seguinte conjunto de custos de oportunidades para cada tipo de agente $\Theta = (\theta_h, \theta_m, \theta_l)$. Ou seja, o produtor familiar pode ser do tipo que possui um alto custo para incorporar-se na estrutura de governança θ_h , ter um médio θ_m ou ter um baixo custo θ_l . Dessa forma, a função custo dos agentes é dada da seguinte maneira:

$$C = \theta q + F$$

(3.5)

Individualmente temos:

$$C(q, \theta_h) = \theta_h q + F$$

(3.6)

$$C(q, \theta_m) = \theta_m q + F$$

(3.7)

$$C(q, \theta_l) = \theta_l q + F$$

(3.8)

Percebe-se que $\Delta\theta = \theta_h - \theta_m - \theta_l > 0$, ou seja, a diferença da incerteza associada ao custo marginal do agente.

Utilizando a estratégia da cooperação através da constituição de uma estrutura de governança, o agente produz uma quantidade q e tem um ganho t . Seja então, \wp o conjunto de alocações viáveis. Formalmente temos:

$$\wp = \{(q, t) : q \in \mathbb{R}_+, t \in \mathbb{R}\}$$

(3.9)

A função de bem estar social é dada:

$$W = S(q) - \theta q - F$$

(3.10)

Onde W é a função bem-estar da estrutura de governança e produtores familiares, sendo que o bem-estar social para cada tipo de agricultor é diferente.

$$W_h = S(q_h) - \theta_h q_h - F$$

(3.11)

$$W_m = S(q_m) - \theta_m q_m - F$$

(3.12)

$$W_l = S(q_l) - \theta_l q_l - F$$

(3.13)

Desconsiderando o custo fixo temos que o bem-estar será maximizado da seguinte forma:

$$\frac{\partial W_h}{\partial q_h} = S'(q_h) - \theta_h = 0$$

(3.14)

$$S'(q_h) = \theta_h$$

(3.15)

$$\frac{\partial W_m}{\partial q_m} = S(q_m) - \theta_m q_m - F = 0$$

(3.16)

$$S'(q_m) = \theta_m$$

(3.17)

$$\frac{\partial W_l}{\partial q_l} = S'(q_l) - \theta_l = 0$$

(3.18)

$$S'(q_l) = \theta_l$$

(3.19)

Portanto, será realizada uma quantidade positiva pelos agentes se e somente se esse nível de bem-estar for positivo, logo:

$$W_l \geq 0$$

(3.20)

$$W_m \geq 0$$

(3.21)

$$W_h \geq 0$$

(3.22)

Assim, caso não houvesse assimetria de informação entre os agentes teríamos a seguinte relação para unidades iguais produzidas: $\theta_l q_l - F < \theta_m q_m - F < \theta_h q_h - F$, implicando que o esforço para participar será tratado da seguinte forma: em $q_l^* < q_m^* < q_h^*$. Tomando $F = \emptyset$, o nível ótimo de produção será obtido equacionando o valor marginal da estrutura de governança e o custo marginal dos agentes. Assim temos o *first-best*, em que o resultado é dado pelas seguintes condições de primeira ordem:

$$S'(q_h^*) = \theta_h$$

(3.23)

$$S'(q_m^*) = \theta_m$$

(3.24)

$$S'(q_l^*) = \theta_l$$

(3.25)

Deste modo, para que se atinja esse nível ótimo, ou seja, para que os três tipos de agricultores sejam incentivados a fazer parte deste arranjo, a estrutura de governança deve oferecer aos produtores familiares um nível de utilidade que seja pelo menos tão elevado quanto o nível que o agente obtém ao não participar desta relação. Assim temos a restrição de participação de cada tipo de produtor familiar da seguinte maneira:

$$t - \theta_h q_h \geq 0$$

(3.26)

$$t - \theta_m q_m \geq 0$$

(3.27)

$$t - \theta_l q_l \geq 0$$

(3.28)

Esta restrição de participação individual para cada tipo de agente significa que para aceitar o contrato, a estrutura de governança tem que lhe dá um ganho maior ou pelo menos igual ao que cada agente ganharia individualmente, caso não faça parte desta estrutura.

Entretanto, este resultado de *first-best* não considera que a racionalidade dos agentes é limitada, como também não incorpora a incerteza que permeia as relações entre os agentes, ocorrendo uma assimetria de informação entre os agentes, a qual abre espaço para comportamentos oportunistas. Portanto, no *first-best* não se consegue encontrar o nível ótimo,

em que a estrutura de governança incite a cooperação e participação dos três tipos de agentes. Desta maneira, partiremos para o *second-best*.

Ao constituir-se uma estrutura de governança que busca superar o ambiente hostil através de uma estratégia de cooperação, esta estrutura deve oferecer um incentivo para os três tipos de produtores familiares. Deste modo, temos as seguintes relações:

O agente do tipo θ_h tem o seguinte bem-estar individual:

$$t_h - \theta_h q_h \geq t_l - \theta_h q_l \geq t_m - \theta_h q_m \quad (3.29)$$

O agente do tipo θ_m tem o seguinte bem-estar individual:

$$t_m - \theta_m q_m \geq t_h - \theta_m q_h \geq t_l - \theta_m q_l \quad (3.30)$$

O agente do tipo θ_l tem o seguinte bem-estar individual:

$$t_l - \theta_l q_l \geq t_h - \theta_l q_h \geq t_m - \theta_l q_m \quad (3.31)$$

Essas são as restrições de compatibilidade de incentivos de cada um dos tipos de produtores familiares

No entanto, como ocorre assimetria de informações, podendo haver comportamentos oportunistas entre os agentes, o contrato que envolve a estrutura de governança deve ser viável mesmo que haja ação de *free riders* entre os agentes participantes da estrutura de governança. Assim temos que:

$$t_h - \theta_l q_h - \theta_m q_h = t_h - \theta_h q_h + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l = U_h + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l \quad (3.32)$$

$$t_m - \theta_h q_m - \theta_l q_l = t_m - \theta_m q_m + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l = U_m + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l$$

(3.33)

$$t_l - \theta_h q_l - \theta_m q_m = t_l - \theta_l q_l + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l = U_l + \Delta\theta q_h + \Delta\theta q_m + \Delta\theta q_l$$

(3.34)

Dessa forma, mesmo que algum agente tente realizar comportamento oportunista, e assim os demais tenham o nível de utilidade reduzido a zero, ainda assim existem ganhos Δq para os agentes. Portanto, mesmo que haja um comportamento oportunista a função utilidade dos agentes ficará de seguinte maneira:

$$U_h = U_m + \Delta\theta q_m + U_l + \Delta\theta q_l$$

(3.35)

$$U_m = U_h + \Delta\theta q_h + U_l + \Delta\theta q_l$$

(3.36)

$$U_l = U_m + \Delta\theta q_m + U_h + \Delta\theta q_h$$

(3.37)

Entretanto, para que todos tipos de agentes se sintam incentivados a fazer parte da instituição, os agentes θ_h , θ_m e θ_l devem obedecer às seguintes restrições de incentivos respectivamente:

$$U_h \geq U_m + \Delta\theta q_m \geq U_l + \Delta\theta q_l$$

(3.38)

$$\Delta\theta q_m \geq U_h + \Delta\theta q_h > U_l + \Delta\theta q_l$$

(3.39)

$$\Delta\theta q_l \geq U_h + \Delta\theta q_h \geq U_m + \Delta\theta q_m$$

(3.40)

Logo temos que as restrições de participação para cada um dos tipos de agentes são respectivamente:

$$U_h > 0$$

$$(3.41)$$

$$U_m > 0$$

$$(3.42)$$

$$U_l > 0$$

$$(3.43)$$

Portanto, a estrutura de governança tem a seguinte função objetivo:

$$\underset{\{q_h, q_m, q_l\}}{\text{Max}} P(X)(S(q_h) - \theta q_h) + P(Y)(S(q_m) - \theta q_m) + P(Z)(S(q_l) - \theta q_l) - (P(X)U_h + P(Y)U_m + P(Z)U_l + U_l)$$

$$(3.44)$$

Sujeita a (3.38) a (3.43)

Sabendo-se que as relações entre os agentes ocorrem num ambiente de assimetria de informações, e conhecendo as restrições de incentivos dos agentes (3.38), (3.39) e (3.40) e também suas respectivas restrições de participação (3.41), (3.42) e (3.43). Temos que a estrutura de governança se defronta com o seguinte *payoff*:

$$U_h = \Delta \theta q_m + \Delta \theta q_l$$

$$(3.45)$$

$$U_m = \Delta \theta q_h + \Delta \theta q_l$$

$$(3.46)$$

$$U_l = \Delta \theta q_m + \Delta \theta q_h$$

$$(3.47)$$

Substituindo (3.45), (3.46) e (3.47) em (3.42), obtemos a maximização do resultado da estrutura de governança com as variáveis de escolha, assim temos:

$$\underset{\{q_h, q_m, q_l\}}{\text{Max}} P(X)(S(q_h) - \theta q_h) + [1 - P(X) - P(Y)](S(q_m) - \theta q_m) + [1 - P(X) - P(Y)](S(q_l) - \theta q_l) - P(X)(\Delta \theta q_m + \Delta \theta q_l) - P(Y)(\Delta \theta q_h + \Delta \theta q_l) - P(Z)(\Delta \theta q_h + \Delta \theta q_m)$$

$$(3.48)$$

Sujeita a (3.45) a (3.47)

Portanto, sob informação assimétrica, a otimização da estrutura de governança deve oferecer um ganho aos agentes mesmo que ocorra um comportamento oportunista de algum deles. Deste modo, a maximização da equação (3.48) gera o seguinte resultado a partir do *second-best*:

$$S'(q_h^{SB}) = \theta_h + P(Y)\Delta\theta + P(Z)\Delta\theta, \text{ Então } q_h^{SB} = q_h^*$$

(3.49)

$$S'(q_m^{SB}) = \theta_m + P(X)\theta_m + P(Z)\theta_m P(X)\Delta\theta + P(Z)\Delta\theta, \text{ Então } q_m^{SB} = q_m^*$$

(3.50)

$$S'(q_l^{SB}) = \theta_l + P(X)\theta_l + P(Y)\theta_l + P(X)\Delta\theta + P(Y)\Delta\theta, \text{ Então } q_l^{SB} = q_l^*$$

(3.51)

Desse modo, sobre informação assimétrica a estrutura de governança deve construir regras por meio de contratos, e o contrato que otimiza o comportamento dos três tipos de agentes que participarão do arranjo requer os seguintes aspectos:

- Não deve haver distorção no resultado dos agentes, ou seja, $q^{SB} = q^*$. Assim temos que, os agentes θ_h , θ_m e θ_l devem ter seus *pay off* de acordo com as equações (3.49), (3.50) e (3.51), respectivamente.
- Os agentes obterão ganho através da ação conjunta mesmo que aja comportamento oportunista por parte de algum deles, assim suas utilidades no *second Best*, são dadas da seguinte maneira.

$$U_h^{SB} = \Delta\theta q_m^{SB} + \Delta\theta q_l^{SB}$$

(3.52)

$$U_m^{SB} = \Delta\theta q_h^{SB} + \Delta\theta q_l^{SB}$$

(3.53)

$$U_l^{SB} = \Delta\theta q_h^{SB} + \Delta\theta q_m^{SB}$$

(3.54)

- O ganho dos agentes dentro da estrutura de governança é dado da seguinte maneira no *second-best*:

$$t_h^{SB} = \theta q_h^* + \Delta\theta q_m^{SB} + \Delta\theta q_l^{SB}$$

(3.55)

$$t_m^{SB} = \theta q_m^* + \Delta\theta q_h^{SB} + \Delta\theta q_l^{SB}$$

(3.56)

$$t_l^{SB} = \theta q_l^* + \Delta\theta q_h^{SB} + \Delta\theta q_m^{SB}$$

(3.57)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Esta dissertação apresentou uma discussão sobre as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro, em particular, a trajetória no Rio Grande do Norte. Para isto, foram revisitadas algumas teorias acerca do desenvolvimento rural, assim como, buscou-se nas teorias institucionalistas uma maneira de lançar um novo olhar na análise do meio rural.

Assim, compreendendo o processo de transformação que se passou no meio rural brasileiro, o entendimento das mudanças no meio rural potiguar partiu-se das seguintes indagações: como se caracterizou o ambiente institucional que contribuiu para essas mudanças? como se constituíram e se organizaram os agentes do meio rural do Rio Grande do Norte mediante estas mudanças? A fim de guiar a investigação para a resposta destas perguntas partiu-se da hipótese que o meio rural do Rio Grande do Norte é bastante heterogêneo, no qual os diversos agentes praticam diferentes estilos de agricultura.

Logo, se iniciou o estudo analisando algumas abordagens sobre o desenvolvimento rural, partindo de teorias que discutiam a modernização da agricultura, como a Teoria dos Complexos Agroindustriais de Graziano da Silva e Ângela Kageyama, na qual estes autores contextualizavam no processo histórico do desenvolvimento do meio rural, em que o Complexo Rural, abordagem criada por Ignácio Rangel, era desmantelado pelo aprofundamento das relações capitalistas no campo, deste modo a agricultura passava a ser modernizar a partir do momento em que outros setores da economia passavam a agir dentro do processo de produção dos produtos agrícolas, até o momento que a relação homem natureza era desmanchada, e então, a indústria passava a ditar o processo de produção. No desmanche do complexo rural, os vários produtos vão se organizando em vários complexos agroindustriais, cada qual com suas próprias dinâmicas e especificidades.

Analisando também a industrialização da agricultura Wilkinson, Sorj e Goodman, investigam tal processo por outro caminho, entendendo que as visões marxistas e neoclássicas não deram conta das complexidades que tomou o sistema agroalimentar. Então, os autores afirmam que a agricultura

está sob a influência de dois processos distintos e complementares que estão modificando de forma radical a produção de alimento, são eles: o *apropriacionismo* e o *substitucionismo*. Estes dois processos ocorrem devido à enorme revolução tecnológica que se avança, na qual as biotecnologias estão definindo novos padrões, a partir de então, a agricultura vem tendo partes apropriadas e outras substituídas pelas novas tecnologias.

Entretanto, alguns autores observam o meio rural sobre outra ótica, a qual apesar da modernização do campo, o modo familiar de produção não desapareceu, apenas ganhou novos contornos. Para Abramovay (1992) e Veiga (2001) o modo de produção familiar é à base da dinâmica da produção agrícola, sendo estes produtores agentes que utilizam práticas modernas e conseguem penetrar em mercados competitivos. Entretanto, esta força da produção familiar, especialmente nos países europeus e nos Estados Unidos, deve-se a atuação do Estado como assegurador de políticas que permitem uma menor vulnerabilidade destes.

Na nova dinâmica que envolve o meio rural, alguns autores perceberam uma maior expressão de alguns novos fenômenos, como o surgimento das ocupações rurais não-agrícolas, discutida por José Graziano da Silva, na qual o campo passa ser um ambiente em que diversos setores da economia estão entrelaçados e, assim, dão uma nova roupagem ao meio rural, ou seja, ocupações do setor secundário e terciário passam a fazer parte da dinâmica dos agentes que vivem no campo.

Diante desta nova configuração no rural, sendo este composto também de um rural não-agrícola, emerge a pluriatividade, ou seja, a família que habita o meio rural passa a combinar atividades (agrícolas e não-agrícolas) como uma estratégia em meio a pluralidade que envolve o campo. Entretanto, a pluriatividade tem que ser relativizada de acordo com as características específicas dos locais em que emerge, pois pode haver pluriatividades virtuosas, em que os agentes se integram em ocupações qualificadas. Como também, os agentes pode se integrar em atividades pouco qualificadas.

Estes novos fenômenos e a heterogeneidade do meio rural foram alvos do estudo de Ploeg (2008), no qual este autor trabalhou com a idéia de estilos de agricultura. Nesta abordagem a pluralidade do meio rural é vista como diferentes modos de “fazer” agricultura: tipo capitalista, tipo empresarial e tipo

familiar. Assim, caracterizam-se diferentes agentes atuando no campo, os quais têm percepções, objetivos e meios diferentes dentro da agricultura.

Estas abordagens, descritas sucintamente acima, investigaram o desenvolvimento rural privilegiando a análise de alguns fenômenos. No entanto, neste trabalho buscou-se explorar a heterogeneidade do meio rural de forma plural, de modo que se buscou um diálogo destas teorias a respeito do desenvolvimento rural com as teorias institucionalistas, com isto, a partir deste debate teórico formulou-se um instrumento de análise para compreensão da diversidade de agentes dentro do meio rural.

As abordagens institucionalistas permitem uma análise plural, a qual é importante na compreensão de uma realidade tão heterogênea que caracteriza o rural. Estas teorias constituem um novo campo teórico analítico, a qual ainda vem se desenvolvendo, havendo muito ainda no que se avançar a seu respeito. No entanto, o eixo central da análise está na importância das instituições, entendendo como regras formais e informais que moldam as interações entre os agentes.

A abordagem institucionalista comporta diversas correntes de análise. Este trabalho abordou diferentes vertentes da teoria institucionalista, entretanto, adotou-se com mais relevância a Nova Economia Institucional. Desta maneira, a análise institucional opera em dois níveis, macroinstituições ou ambiente institucional e microinstituições ou estruturas de governança. Por ambiente institucional entende-se o conjunto de regras formais e informais (leis, códigos, legislações, condutas e *etc.*) as quais influem nas tomadas de decisões dos agentes. Por sua vez, as microinstituições são instituições construídas pelos indivíduos as quais dialogam com o ambiente institucional envolto.

Deste modo, no diálogo entre as teorias institucionalistas e algumas abordagens sobre o desenvolvimento rural formulou-se um instrumento de análise capaz de perceber a heterogeneidade do meio rural, identificando os diversos tipos de agentes que constituem o meio rural. O ponto central da análise está na relação entre ambiente institucional e estruturas de governança, pois, é deste embate que se conforma a trajetória de uma determinada região. Neste processo, o ambiente institucional evolui constituindo normas que alteram as tomadas de decisões dos agentes, que por

sua vez se organizam em estruturas de governança para responder as regras vigentes. Num processo de alteração das macroinstituições os agentes tentaram se organizar de forma que alguns conseguirão se adaptar e outros não, criando um processo seletivo dos agentes a partir desta relação dialética entre ambiente institucional e estruturas de governança.

Assim, existem diversos agentes do meio rural entre os quais se incluem empresas, agricultores familiares modernos, agricultores pluriativos e agricultores que dependem das transferências governamentais. Sendo que sua configuração numa determinada região se dá a partir da interrelação entre macro e micro instituições, podendo esta combinação resultar numa configuração equilibrada na co-habitação do espaço, ou pode haver um desequilíbrio, isto é, um determinado tipo de agente ser mais preponderante que outro.

Assim atendendo-se este primeiro objetivo, partiu-se para identificar o segundo, o qual consistia em investigar a mudança do ambiente institucional e a configuração dos agentes no meio rural do Rio Grande do Norte. Para isto, investigaram-se as mudanças nas macroinstituições que ocorreram desde a última década do século passado até os dias atuais. Mediante isto, percebeu-se que o ambiente institucional passou por algumas alterações neste período, inicialmente tinha-se um conjunto de regras que favoreciam apenas a seleção de agentes modernos (empresas), influenciadas por um Estado que atuava de forma direta na economia, esta configuração permaneceu até o final da década de 1990.

Após esta data, algumas mudanças foram fundamentais para a constituição de um novo ambiente institucional, a abertura econômica, um período de austeridade fiscal do Estado brasileiro, estabilidade da moeda, maior globalização e avanço das tecnologias de informação e comunicação. Estas mudanças influenciaram na configuração dos agentes que constituem o meio rural, defronte estas novas regras do jogo alguns agentes passaram a enfrentar dificuldades, pelo fim dos incentivos fiscais, maior competitividade internacional. Por fim, em meados da década de 1990 a agricultura familiar passa a ser uma categoria reconhecida e beneficiada pelas políticas públicas, o PRONAF, por exemplo, e então os agentes pertencentes a esta categoria passam a ganhar mais espaço. Diante destas alterações no ambiente

institucional, atualmente a configuração do meio rural do Rio Grande do Norte é bastante heterogênea, possuindo empresas, agricultores familiares modernos, pluriativos e dependentes de transferências do governo.

Percebendo esta heterogeneidade do meio rural do Rio Grande do Norte, este trabalho propôs uma ferramenta para tentar os agentes que praticam tipos de produção familiar, tendo em vista a maior vulnerabilidade destes agentes em face de um ambiente hostil, que se constitui a agricultura. Deste modo, baseando-se na Teoria do Desenho de Mecanismo criou-se, de forma propositiva, uma estrutura de governança em torno dos incentivos dos agentes, para que esta pudesse utilizando a estratégia cooperativa permitir uma maior autonomia dos agentes em confronto com o ambiente competitivo, através de formulações matemáticas.

Portanto, esclarecida algumas conclusões deste trabalho podemos julgar que a hipótese que guiou esta dissertação pode ser considerada, ou seja, a configuração dos agentes do Rio grande do Norte é bastante heterogênea com os distintos agentes praticando diferentes estilos de agricultura.

Finaliza-se esta dissertação recomendando futuras pesquisas para aprofundar algumas questões que se revelaram ao longo desta pesquisa e necessitam ser respondidas:

- Uma pesquisa de campo para perceber a dimensão de cada tipo de agricultura praticada no Rio Grande do Norte.
- Uma pesquisa teórica em que se busque uma teoria institucional para o desenvolvimento rural que possibilite a melhor interpretação possível das especificidades de um estado localizado na Região Nordeste no contexto da economia brasileira.
- Uma análise mais aprofundada das estruturas de governança e dos contratos nas relações entre os agentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipanguaçu-RN**. 2005. Dissertação apresentada no programa de pós-graduação e pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

ALBANO, Gleydson Pinheiro; SÁ, Alcindo José de. Multinacionais e organização espacial: o estudo de caso da *del monte fresh produce* no vale do Açu-RN. **Revista de geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n. 2, maio/ago. 2007.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste em 2007. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/enfoc/arquivos/documento/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura**. São Paulo: [s.n.], 2000.

BAPTISTA, Margarida A. C. **Política Industrial: uma interpretação heterodoxa**. Campinas: UNICAMP, 2000.

BELIK, W. **Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. 2001. Tese - Livre Docência, Instituto de Economia da Unicamp, Unicamp, Campinas, 2001

BELIK, Walter et al. Instituições, ambiente institucional e políticas agrícolas. IN: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portal do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Modelo e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2002.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: UNESP, 2004.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. In: **The firm, the market, and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

CONCEIÇÃO, Otávio A. C.. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.119-146, Jul./dez. 2002.

CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo Dabdab. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.

CONTINI, E. et al. Dinamismo da agricultura brasileira. **Revista de política agrícola**, Brasília, n. 19, p. 42-64, jul. 2010. Edição Especial. Aniversário do MAPA - 150 anos.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JR., J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. **Textos para discussão**, Brasília, IPEA, n. 688, dez. 1999.

DELGADO, G.C.; SCHWARZER, H. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In. DELGADO, G. C; CARDOSO JR.; J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000, p. 187-210.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1997.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa; BASTOS, Eliana Teles. Gastos públicos na agricultura. Uma retrospectiva. **Revista de política agrícola**, Brasília, p.74-92, 2010. Edição Especial de Aniversário do Mapa – 150 anos.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias:** agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1990.

GRAZIANO da SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. O Novo Rural Brasileiro. In: _____. **Nova economia,** Belo horizonte: [s.n.], 1997. p.43-81.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: MDA/NEAD, 2001. (Série Textos para discussão, 2).

GRAZIANO da SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O Novo Rural Brasileiro. In: IAPAR (Org.). **Ocupações rurais não-agrícolas:** oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. p. 165-173.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). **Censo agropecuário de 1996.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm>. Acesso em 10 jan. 2011.

_____. **Censo agropecuário de 2006.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/default.shtm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução: C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. Brasília: INEP, 1980.

LAFFONT, J.-J.; MARTIMORT, D. **The theory of incentives:** The Principal-Agent Model. Princeton: Princeton University, 2002.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:** novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução: Maria Betariz Miranda Lima. São Paulo: Debates, 1980.

LOPES, Ignez Vidigal; LOPES, Mauro de Resende. O fim das cinco décadas de tributação da agricultura no Brasil. **Revista de Política Agrícola,** Brasília, DF, Ano XIX, p. 42-64, 2010. Edição especial de aniversário do MAPA – 150 anos.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnica de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MULLER, J. M. Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s.n.], 2007.

NIEDERLE, Paulo André. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. **Revista extensão rural**, [S.l.], v. 16, n. 18, Jul./dez. 2009.

NORTH, Douglass. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura, 1993.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN). Tese (Doutorado em desenvolvimento rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Emanuel Márcio; MELLO, Márcio Antônio de. A busca pelo projeto moderno e a questão da sustentabilidade no pólo de desenvolvimento integrado Assu-Mossoró (RN). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.

NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. A dinâmica desigual do desenvolvimento regional no nordeste: o pólo Assu/Mossoró (RN). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da nação**. Campinas. UNICAMP, 1998.

PENHA, Thales Augusto M. et al. Mudança institucional e reestruturação produtiva nos territórios rurais do rio grande do norte: uma análise da nova configuração do Pólo Açú-Mossoró. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFRG, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, Pedro (Org.). **Dimensões do agronegócio brasileiro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007.

SABOURIN, Eric. Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semi-árido brasileiro. In. CONFERÊNCIA NO COLÓQUIO INTERNACIONAL "DESENVOLVIMENTO RURAL DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: sociedades e Territórios, 2001, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPB; CIRAD, 2001. 17-18 set. 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

SILVA, Aldenôr Gomes da. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Pernambuco: [s.n.], 2004, 380 p.

SOUZA, Francisco das Chagas. Análise da sustentabilidade da fruticultura irrigada no semi-árido norte-rio-grandense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

TIGRE, Paulo Bastos. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de economia contemporânea**. n. 3. Jan./jun. 1998.

TORRES, André Castelo B. A.; MOUTINHO, Lúcia Maria Góes. **A caracterização do cluster de melão de Mossoró-Baraúna-RN**. João Pessoa: [s.n.], jul. 2002. Série texto para Discussão. n. 250

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2008.

VEIGA, José Eli da et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: FIPE – IICA, 2001.

WILLIAMSON, Oliver E. Comparative economic organization: the analysis of discrete structural alternatives. **Administrative science quarterly**, v.36, p. 269-96, Jun. 1991.